



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PERÍODO DE GESTÃO 2016-2020

Maringá-PR

Presidente da Mantenedora

Claudio Ferdinandi

Reitor

Wilson de Matos Silva

Vice-Reitor

Wilson de Matos Silva Filho

Pró-Reitor de Educação a Distância

Willian Kendrick de Matos Silva

Pró-Reitor de Ensino

Valdecir Antonio Simão

Pró-Reitor de Administração

Marcos Gois

Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Marcos Antônio da Silva

Diretor do Centro de Ciências Exatas Tecnológicas e Agrárias

Ângelo Cesar Colombini

Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Solange Munhoz de Arroyo Lopes

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Margareth Soares Galvão

Diretora de Pesquisa

Ludhiana Ethel Kendrick Silva

Diretor de Extensão e Apoio Comunitário

Claudio Alexandre Ferdinandi

Diretora de Recursos Humanos

Simone M. S. Oliveira

Diretor de Operações

Chrystiano Mincoff

Diretor de Serviços Acadêmicos

Ricardo Sardinha

Coordenador de Pós-Graduação

Ludovico Omar Bernardi

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. INTRODUÇÃO.....	11
3. PERFIL INSTITUCIONAL.....	13
3.1 MANTENEDORA.....	13
3.2 MANTIDA.....	13
4. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO.....	14
4.1 UNICESUMAR ATUAL – ESTRUTURA EXISTENTE.....	16
5. INSERÇÃO REGIONAL E NACIONAL.....	21
5.1 CONTEXTO EDUCACIONAL: INSERÇÃO REGIONAL.....	21
5.1.1 JUSTIFICATIVA PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL - MARINGÁ.....	21
5.1.2 PERFIL AVANÇADO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	24
5.2 CONTEXTO EDUCACIONAL: INSERÇÃO NACIONAL.....	28
5.2.1 JUSTIFICATIVA PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	28
6. A MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MÁRINGA E O REPLANEJAMENTO DE SUA ATUAÇÃO ..	29
7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	32
7.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS.....	35
7.2 REFERENCIAL ÉTICO-POLÍTICO.....	36
7.3 REFERENCIAL FILOSÓFICO-EDUCACIONAL.....	40
7.4 PERFIL DO EGRESSO.....	44
7.5 CONCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DE CURRÍCULO E DO PLANEJAMENTO.....	45
7.5.1 EDUCAÇÃO PRESENCIAL.....	45
7.5.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	51
7.5.3 CONCEPÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO NEAD – UNICESUMAR.....	55
7.5.4 MOMENTOS DE AUTO ESTUDO.....	56
7.5.5 MOMENTOS INTERATIVOS.....	57

7.5.6	MOMENTOS PRESENCIAIS OBRIGATÓRIOS:	57
7.6	AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE	58
7.7	DIVULGAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	59
7.7.1	RESPONSABILIDADES E DESAFIOS IMPOSTOS	59
7.8	ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	60
8.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	61
8.1	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	62
8.1.1	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CURRÍCULO	63
8.2	INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.	65
8.3	FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	66
8.4	FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	67
8.5	FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	67
9.	PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS	68
9.1	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	68
9.2	MATERIAL PEDAGÓGICO	69
9.3	MATERIAL PEDAGÓGICO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	69
9.3.1	DESIGN INSTRUCIONAL	69
9.3.2	EQUIPE DE REVISÃO	70
9.3.3	EQUIPE DE EDITORAÇÃO	70
9.3.4	ESTÚDIO	70
9.4	INCORPORAÇÃO CRESCENTE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	71
9.5	DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS	71
9.6	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	72
9.7	ESTÁGIO E PRÁTICA PROFISSIONAL	74
9.8	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	75
10.	DESAFIOS DA QUALIDADE	76

10.1	AÇÕES DE QUALIDADE DA UNICESUMAR DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ENSINO.....	76
10.1.1	CALENDÁRIO ACADÊMICO.....	76
10.1.2	SEMANA PEDAGÓGICA DOCENTE.....	77
10.1.3	SENSIBILIZAÇÃO DO ALUNADO.....	77
10.1.4	INTEGRAÇÃO COM OS PAIS.....	77
10.1.5	PROGRAMA DE NIVELAMENTO.....	78
10.1.6	AULAS ESTRUTURADAS.....	78
10.1.7	ATIVIDADES DE ESTUDO PROGRAMADO.....	78
10.1.8	DISCIPLINA DE FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA.....	79
10.1.9	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS PROVAS.....	79
10.1.10	FISCAIS DE PROVAS.....	80
10.1.11	AVALIAÇÃO INTEGRADA.....	80
10.1.12	AVALIAÇÃO INSTANTÂNEA.....	80
10.1.13	AVALIAÇÃO DAS MÉDIAS BIMESTRAIS.....	81
10.1.14	AVALIAÇÃO DE FALTAS.....	81
10.1.15	SUPEVISÃO OPERACIONAL.....	81
10.1.16	RETENÇÃO E CONTROLE DE EVASÃO.....	82
10.1.17	ENADE.....	82
10.1.18	AÇÕES DO ENADE.....	82
10.1.19	PLANO DE METAS.....	82
10.1.20	MÉRITO ACADÊMICO.....	82
10.1.21	FALTA COLETIVA.....	83
10.1.22	PROGRAMA GESTÃO DE PESSOAS.....	83
10.1.23	ALUNO OCULTO.....	83
10.1.24	VISITA AOS POLOS: COORDENADORES.....	83
10.1.25	ENQUETE NAS AULAS AO VIVO.....	83
10.1.26	AVALIAÇÃO AO FINAL DE CADA MÓDULO.....	83
10.1.27	INDICADORES: SAE, SPO, MENSAGENS.....	84

10.1.28	SISTEMA BI	84
10.1.29	CONVENÇÃO ANUAL COM OS POLOS	84
10.1.30	ENCONTROS REGIONAIS DE FORMAÇÃO	84
10.1.31	ENCONTROS SEMANAIS DE TREINAMENTO	84
10.1.32	PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	84
11.	POLÍTICAS ACADÊMICAS	85
11.1	POLÍTICAS DE ENSINO	85
11.2	POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	87
11.3	POLÍTICAS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	89
11.4	POLÍTICAS PARA A PESQUISA	91
11.5	POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	93
11.6	POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	94
11.7	POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL	96
11.7.1	PROJETO DE INCLUSÃO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	97
11.8	POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	104
11.9	POLÍTICAS PARA A GESTÃO E INFRAESTRUTURA FÍSICA	105
11.10	POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	105
11.11	POLÍTICA DE RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE ACADÊMICA	106
11.12	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	107
11.13	POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DE PLANEJAMENTO	107
11.14	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	108
11.15	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	109
12.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	111
12.1	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	111
12.2	A ADMINISTRAÇÃO DO UNICESUMAR: ÓRGÃOS EXECUTIVOS	112
12.3	GABINETE DA REITORIA, ASSESSORIAS E ÓRGÃOS ESPECIAIS	113

12.4	ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	113
12.5	ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE APOIO ACADÊMICO.....	114
12.5.1	NAP – NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO.....	114
13.	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	115
13.1	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS.....	115
13.2	OBJETIVOS E METAS.....	116
13.3	GESTÃO ACADÊMICA.....	116
13.4	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA.....	118
13.5	PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO FÍSICA.....	120
13.6	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	121
13.7	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	121
13.8	EVOLUÇÃO NA EXPANSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO ATÉ 2015.....	123
13.9	EVOLUÇÃO NA EXPANSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – PDI 2016-2020.....	125
13.10	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL – PDI 2016-2020.....	126
14.	PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	135
14.1	POLÍTICA DE PESSOAL E DE QUALIFICAÇÃO.....	135
14.1.1	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	135
14.2	PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES.....	136
14.3	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE.....	137
14.4	PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO 138	
15.	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	139
15.1	EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL.....	139
15.2	PROJETO – PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	141
15.3	METODOLOGIA.....	141
15.4	PREPARAÇÃO.....	142
15.5	SENSIBILIZAÇÃO.....	143
15.6	PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.....	143

15.7	ANÁLISE DOS DADOS.....	144
15.8	DESENVOLVIMENTO	145
15.9	TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	146
15.10	RELATÓRIOS PARCIAIS.....	146
15.11	CONSOLIDAÇÃO - RELATÓRIO FINAL	147
15.12	AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA	147
15.13	FLUXO DO PROCESSO AVALIATIVO.....	148
16.	ATENDIMENTO AOS DISCENTES	149
16.1	PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO.....	149
16.2	EGRESSOS	151
17.	INFRAESTRUTURA FÍSICA	151
18.	BIBLIOTECA	152
18.1	ESPAÇO FÍSICO.....	153
18.2	ACERVO DA BIBLIOTECA CENTRAL	154
18.3	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	155
18.4	POLÍTICA DE INFORMATIZAÇÃO	157
19.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
19.1	ATUALIZAÇÃO DA NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL	159
19.2	CRONOGRAMA GERAL DE IMPLANTAÇÃO	159
19.3	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS.....	160
	ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL.....	161
	ANEXO II - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO – PDI 2011-2015	162

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do **Centro Universitário de Maringá (Unicesumar)**.

O presente documento trata do **PDI 2016-2020** e está organizado a partir dos parâmetros legais do Decreto nº. 5.773 de 09/05/06, D.O.U. de 10/05/06, que em seu Art. 16 apresenta os tópicos que devem constar no PDI e que merecem atenção e avaliação do MEC/INEP, nos processos de avaliação da IES.

Para a elaboração do **PDI**, a colaboração e envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos foram fundamentais, de modo que o plano refletisse o compromisso de todos os níveis da organização. No **Unicesumar**, a ênfase na elaboração de planos e estratégias tem início com a própria instituição, e pode ser observado nos resultados dos **PDI's** anteriores, no caso específico, foram utilizados os resultados da avaliação do **PDI 2011-2015** (conforme anexo II).

Alguns resultados podem e devem ser destacados, pois refletem a busca interminável pela oferta de serviços de qualidade: ampliação da infraestrutura com 100 mil m² de área construída, que abriga 300 salas de aula, 05 anfiteatros e 100 laboratórios; crescimento do acervo da biblioteca de 80 para mais de 200 mil livros; revisão permanente dos projetos pedagógicos dos cursos; consolidação dos cursos da modalidade de ensino à distância; ampliação do financiamento estudantil interno do PROUNI e do PROMUBI; ampliação do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP; criação de novos cursos bacharelados e superiores de tecnologia, dentre outros; novos grupos de pesquisa financiados pela IES, CNPQ, FUNADESP e Fundação Araucária; consolidação do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ e implantação do juizado especial; credenciamento da clínica de fonoaudiologia pelo SUS; construção da praça do conhecimento; implantação do centro de convivência acadêmica com restaurante escola, agência de turismo escola, farmácia escola, bancos e caixas eletrônicos, salão de beleza e livraria; implementação de geração própria de energia para situações de emergência; implantação do projeto de atendimento aos portadores de necessidades especiais; implantação do centro de pesquisas em biotecnologia, credenciamento do mestrado em direito; credenciamento de 3 Mestrados, em Gestão do Conhecimento nas Organização, Promoção da Saúde, Tecnologias Limpas, modernização da central de atendimento; aperfeiçoamento do sistema acadêmico; implantação da emissora de rádio própria; do núcleo integrado de saúde – NIS Aclimação dentro do *campus*; criação do projeto institucional para a

disciplina de formação sociocultural e ética; início da construção do museu histórico de Maringá; ampliação e criação de novos laboratórios e clínicas; criação da orquestra filarmônica e do coral; ampliação dos recursos multimídias disponíveis aos docentes; ampliação do estacionamento para 5000 novas vagas; e ampliação da biblioteca, de 2 mil para 4 mil m².

O **Unicesumar**, ao explicitar seu **PDI**, está fazendo um exercício constante de pensar estrategicamente o seu futuro, definindo as metas que pretende atingir, facilitando o diálogo institucional com todos os segmentos da comunidade diretamente envolvidos. Para isso, busca garantir a articulação das metas propostas em torno dos objetivos institucionais, revisando e atualizando à medida que estratégias são redirecionadas aos objetivos institucionais.

Este documento trata da continuidade do quinquênio anterior, e é fruto dos resultados apresentados nos Relatórios de Auto Avaliação Institucional da CPA, das reuniões periódicas de discussão acadêmica, seja do conselho superior universitário ou do conselho de ensino, pesquisa e extensão, além das transformações que se percebem na sociedade local.

Nesse sentido, o documento materializa as metas definidas para o desenvolvimento institucional do **Unicesumar** na forma de planos de ação, cuja execução, sob a responsabilidade dos dirigentes e dos órgãos colegiados desta IES, será acompanhada e avaliada pela comunidade.

A Construção do PDI não se encerra com a elaboração do Plano para o quinquênio vigente de 2016 a 2020, mas pressupõe um processo que envolve consulta e participação da comunidade deste Centro Universitário. O sucesso do Plano depende da participação efetiva, do comprometimento e do esforço das pessoas que formam esta Instituição de Ensino Superior.

Tendo em vista a sua concepção como planejamento estratégico, entendemos que o presente PDI deverá ser periodicamente revisto e reformulado, caso seja necessário, pois a gestão da Instituição **Unicesumar** constitui-se num processo dinâmico, visando à perpetuidade da mesma.

Prof. Wilson de Matos Silva
Reitor

2. INTRODUÇÃO

O **PDI** - do **Unicesumar**, apresentado a seguir, além de constituir uma exigência da atual legislação do ensino superior, expressa as finalidades e as projeções do **Unicesumar** para o **quinquênio 2016-2020**.

Deste modo, o presente plano visa:

- I. preparar a transformação do **Unicesumar** em Universidade;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social e cultural;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

O **PDI** foi elaborado em consonância com os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas do **Unicesumar** com sua organização didático-pedagógica que define suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e da responsabilidade social da IES, políticas que são de grande relevância com a determinação de contribuir para a comunidade onde está inserida e a sociedade em geral em seu fazer, no cumprimento de sua missão de **“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”**.

Para a elaboração deste PDI foi mobilizada a participação de todos os setores da Instituição. Para tanto, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DPDI - demandou a cada setor do **Unicesumar** que elaborasse um Plano de Ação Integrada. As ações desencadearam dois grandes conjuntos de atividades:

- I. Análise dos aspectos do PDI anterior, visão retrospectiva e seus resultados.

- II. Definição de estratégias, seus respectivos objetivos e metas para o PDI **2016-2020** de cada setor, em todas as abordagens e perspectivas futuras, trazendo no seu bojo o diagnóstico institucional e as propostas.

O Plano apresentado reflete a integração desses dois processos de construção, buscando incorporar, também, as orientações emanadas do Ministério da Educação e demais órgãos competentes.

Considerando a dinâmica dos ambientes interno e externo da instituição, o presente plano constitui-se de um conjunto de compromissos, possibilidades e intencionalidades do **Unicesumar** que deverá ser continuamente monitorado e ajustado para atender aos desafios apresentados, entendendo que somente com o envolvimento coletivo, o Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR crescerá ainda mais com qualidade e contextualizado, superando desafios concretos e tendo noção exata de suas possibilidades e limitações.



3. PERFIL INSTITUCIONAL

3.1 MANTENEDORA

- Centro de Ensino Superior de Maringá - **CESUMAR**
- CNPJ: 79.265.617/0001-99
- Endereço: Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
- Tel: (44) 3027-6360
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Presidente da Mantenedora: Cláudio Ferdinandi

3.2 MANTIDA

- Centro Universitário de Maringá - **Unicesumar**
- Endereço: Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
- Tel: (44) 3027-6360
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Reitor: Wilson de Matos Silva

4. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O **Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR - Mantenedora)** é pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Maringá – Estado do Paraná, fundado em 7 de junho de 1986.

A atuação na educação superior teve início no ano de 1990 com a implantação do Curso de Administração, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 98.471, de 5 de dezembro de 1989.

No mesmo ano, de 1990, teve início o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Processamento de Dados, cuja autorização ocorreu em 5 de janeiro de 1990, com a publicação do Decreto Federal nº 98.796. A Instituição mantida para agregar os cursos autorizados foi a Faculdade de Administração e Informática de Maringá, que também abrigou os cursos de Ciências Contábeis, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal de 11 de abril de 1994 e Direito, aprovado pelo Decreto Federal datado de 21 de junho de 1994.

No ano de 1998 foram credenciadas as seguintes faculdades, também mantidas pelas Faculdades Integradas de Maringá (FAIMAR): Faculdade de Comunicação Social de Maringá, Faculdade de Medicina Veterinária e Fisioterapia e Faculdades Integradas de Maringá que abrigaram os respectivos cursos. O Processo de transformação das faculdades existentes em Faculdades Integradas de Maringá, assim como seu Regimento Unificado, foi consolidado com a aprovação do Parecer nº 467/99-CES, de 18/05/99 e publicação da Portaria Ministerial nº 1.092/99-MEC, de 13/7/99 no diário Oficial da União de 16/7/99, cujo Processo recebeu o nº 23025.005571/98-16.

A Instituição também investiu no financiamento da educação, implantando, no ano de 1993, o Programa de Crédito Educativo Interno, sendo que atualmente, possuímos cerca de 540 contratos ativos e o valor da carteira atual encontra-se em aproximadamente R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais) concedidos de descontos mensalmente aos alunos.

O ano de 1993 também marcou a Instituição com o Reconhecimento dos dois primeiros cursos – Administração, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 7 583/93-MEC, de 16/02/93 e Tecnologia em Processamento de Dados, reconhecido pela Portaria nº 728/93-MEC, de 29/04/93.

A consolidação do processo administrativo da Instituição ocorreu, notadamente no ano de 1995, com investimentos em informatização visando à garantia da qualidade do gerenciamento das

atividades acadêmicas e administrativas. Nesse período foi desenvolvido o Sistema de Administração Escolar – AES.

Os anos seguintes foram marcados pela ampliação gradativa do patrimônio físico da Instituição. A aquisição de 1,5 alqueires de terra no ano de 1997 e mais dois alqueires, no ano de 1998, ampliou a área total do campus para 5,5 alqueires (134,2 mil m²).

A estrutura organizacional da Instituição mantida foi reformulada e implantada no ano de 1997, quando foram criadas a Diretoria Administrativa e Diretoria de Ensino e seus diversos órgãos de execução do processo administrativo/pedagógico.

As atividades de extensão e prestação de serviços se consolidaram e tomaram impulso com a criação do Núcleo de Prática Jurídica, que além de atender a obrigatoriedade curricular do curso de Direito, presta atendimento à população carente que necessita de assistência Jurídica. Também foram implantadas as semanas acadêmicas dos cursos de graduação, organizadas pelos respectivos alunos e órgãos colegiados.

O ano de 1999, além da consolidação da Instituição e implantação dos diversos cursos na graduação e na pós-graduação com cursos de especialização e mestrado, também foi marcado pela valorização da Iniciação Científica com a realização do 1º congresso de Produção Científica das FAIMAR, realizado no mês de outubro de 1999. No ano de 2001, realizou-se o II Encontro de Produção Científica do CESUMAR de 23 a 25 de outubro de 2001.

Em janeiro de 2002 recebeu parecer favorável do Ministério da Educação para transformação das Faculdades Integradas de Maringá em **Unicesumar**, através do Parecer CNE/CES nº 1.359/2001 de 12/12/2001, Portaria Ministerial nº 95 de 16/1/2002.

Em 2006, a **Unicesumar** teve a conquista do Credenciamento da Educação a Distância (EaD) para oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Mantém na Unidade Sede o Polo de Maringá e possui 54 polos espalhados pelo Brasil. O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) tem alcançado alto índice de satisfação, demonstrado pelos diversos tipos de avaliação, inclusive dos conceitos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O **CESUMAR** dedicou os quatro primeiros anos de sua instalação para a consolidação dos dois cursos de graduação implantados. A ampliação das instalações físicas, principalmente àquelas destinadas a laboratórios, biblioteca, espaços acadêmicos diversos, instalações administrativas, de esporte e lazer e, ainda, para atividades docentes e discentes.

Os cursos de graduação formam bacharéis, licenciados e tecnólogos, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

O Incentivo à pesquisa e a pós-graduação acontece, no **Unicesumar**, pelo cultivo da atitude e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo; na concessão de bolsas ou auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

4.1 UNICESUMAR ATUAL – ESTRUTURA EXISTENTE

Considera-se de extrema importância essa transformação, visto que, mediante as legislações do Ministério da Educação, somente são credenciadas como Centro Universitário as instituições que possuem capacidade administrativa e de infraestrutura; qualificação acadêmica e experiência profissional do corpo docente; conceitos e resultados obtidos nos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Assim, conforme Portaria do Ministério da Educação, nº 95 de 16/1/2002, publicada no DOU de 18/1/2002, na Seção 1, página 29, as Faculdades Integradas de Maringá ficam credenciadas como **Centro Universitário de Maringá - Unicesumar**.

Trata-se de um sonho idealizado por um grupo de educadores e que está se concretizando. Alicerçado neste ideal, o **Unicesumar** tem como lema: “Atuar no presente e projetar-se para o futuro, na busca constante de soluções para os desafios da atualidade”, pois sabemos que “sem desafios, não há mérito na vitória, nem mesmo há vitórias”. Desde 1986, quando foi fundado, esse crescimento acadêmico tem alcançado, cada vez mais, o respeito da sociedade e, portanto, a cidade de Maringá ganhou sua segunda instituição universitária.

No que tange ao contexto educacional, considerando a responsabilidade social e cultural da **Unicesumar** no sentido de incentivar e promover o desenvolvimento regional, que traz benefícios para a sociedade, à instituição expande esse movimento quando se estabelece por meio dos polos de apoio presencial em diversas regiões do país procurando atendê-las com excelência. Essas regiões carecem de iniciativas que promovam a educação voltada à inclusão e ao desenvolvimento econômico, social e cultural. Sendo assim, a **Unicesumar** assume por meio da EaD, o seu papel enquanto agente transformador da sociedade e promotor de uma educação para todos. Em âmbito nacional, o NEaD/**Unicesumar** está presente em vários municípios de grande relevância econômica e social nas regiões e estados da Federação. Considerando as áreas de influência destes municípios, a população de

acordo com o Censo IBGE 2010 chega a 42.419.572 habitantes, por abranger regiões com alto índice de concentração populacional. Os polos atendidos pelo NEaD da **Unicesumar** são: Salvador; Brasília Asa Sul; Primavera do Leste; Rondonópolis; Sinop; Campo Grande; Três Lagoas; Belo Horizonte; Betim; Contagem; Itajubá; Montes Claros Pará de Minas; Patrocínio; Poços de Caldas; Sete Lagoas; Ubá; Varginha; Belém; Eldorado dos Carajás; Apucarana; Arapongas; Astorga; Barbosa Ferraz; Campo Mourão; Cascavel; Cornélio Procópio; Curitiba Centro; Curitiba Pinheirinho; Foz do Iguaçu; Goioerê; Guarapuava; Londrina; Maringá; Medianeira; Ponta Grossa; Porecatu; Roncador; União da Vitória; Rio de Janeiro; Rio Grande; Santa Maria; Balneário Camboriú; Blumenau; Florianópolis; Ituporanga; Jaraguá do Sul; Lajes e São Bento do Sul.

O **Unicesumar** disponibiliza, para 2016, uma infraestrutura assentada em 100 mil m² de área construída, assim distribuída: 300 Salas de Aula; 100 Laboratórios; 6 Clínicas (Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Estética e Psicologia); Núcleo Integrado de Saúde – NIS Aclimação; 4 Anfiteatros; Núcleo de Prática Jurídica e Hospital Veterinário; Museu; Biblioteca Central; com um acervo de livros, fitas de vídeo e multimeios; artigos indexados, coleção de periódicos nacionais e estrangeiros; centro de hospitalidade (Hotel e Restaurante); 2 restaurantes, 3 cantinas, refeitório para os colaboradores, agência bancária; farmácia; agência de turismo; livraria; piscina coberta e aquecida; academia de ginástica; 3 ginásios de esportes cobertos, o principal deles com capacidade para acomodar 3.000 pessoas; duas quadras de tênis, pista de atletismo, campo de futebol suíço; estacionamentos internos, estruturados para acomodar 3.000 veículos, Emissora de rádio, a RUC FM 94,3 e a TV **Unicesumar**, canal aberto 28.

Além dos espaços para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a instituição disponibiliza uma área de 15.939m² para a convivência de alunos, professores e técnicos administrativos, e possui ainda a Rádio **Unicesumar** que abriga três projetos de extensão, os quais envolvem 12 professores, 34 alunos e três técnicos administrativos, além de serviços de atendimento à comunidade acadêmica, tais como: Agências bancárias - Banco Santander e Banco do Brasil, uma farmácia e drogaria, seis postos de reprografia (terceirizados), uma livraria e papelaria e terminais de consultas on-line.

O **Unicesumar** dispõe de um conjunto de centros especiais que servem à formação e às atividades acadêmicas em geral compostas pelos laboratórios, clínicas, hospital veterinário, fazenda escola e centro de biotecnologia.

Os laboratórios e as clínicas do **Unicesumar** são espaços especialmente equipados com recursos didáticos necessários ao desenvolvimento das atividades experimentais no âmbito das

diferentes áreas temáticas, abordadas pelos conteúdos programáticos dos ciclos de ensino dos cursos existentes na instituição.

A **Unicesumar Empresarial** com 16 (dezesseis) anos de atuação é um programa integrante da política de Extensão Universitária da **Unicesumar** que promove o fortalecimento da relação academia - mercado. Tendo o empreendedorismo como base para suas ações, o objetivo é aproximar as atividades acadêmicas das necessidades das organizações, sejam elas públicas ou privadas, aumentando a competitividade dos empreendimentos através do conhecimento técnico-científico estabelecido na instituição, colocando esse ambiente acadêmico favorável ao surgimento de novas ideias, a serviço do mercado.

A **Unicesumar** Empresarial inova também na forma de envolvimento dos acadêmicos, cuja característica básica é a interação do ambiente acadêmico e o mercado de trabalho, possibilitando que o aluno exercite os conhecimentos teóricos adquiridos nos cursos por meio de atividades práticas de prestação de serviços. Essa mesma abordagem é adotada com os professores, que se envolvem nos projetos para aplicar suas experiências profissionais em um ambiente multidisciplinar, capaz de dar soluções inovadoras para os problemas apresentados.

A **Unicesumar** Empresarial oferece aos seus parceiros serviços em praticamente todos os ramos do conhecimento humano, especialmente nas áreas de gestão, meio ambiente, tecnologia da informação, engenharias, ciência agrárias, marketing, publicidade, recursos humanos e saúde. Por meio de metodologias consagradas, os problemas são mapeados, analisados sob várias perspectivas diferentes, e são apresentadas soluções diferenciadas, sempre com foco sustentável na inovação e na visão empreendedora.

Esta estrutura contribui para a consolidação da cultura científica, promove o ensino experimental prático das ciências, facilitando o acesso dos estudantes a equipamentos e materiais auxiliares de ensino, promovendo o desenvolvimento do espírito científico e cria condições para a dinamização de projetos e atividades científico-experimentais. As aulas nos laboratórios e clínicas são programadas obedecendo à infraestrutura e a logística necessária para a oferta do ensino de qualidade.

Distante 10 km do centro de Maringá, a Fazenda Escola **Unicesumar** abriga o Centro de Biotecnologia em Reprodução Animal - BIOTEC. A missão é proporcionar um ensino inovador e de qualidade, articulado com a pesquisa, extensão e prestação de serviços em diversos cursos.

São 176 alqueires. Desses, 40%, aproximadamente, são ocupados por uma das derradeiras reservas de mata nativa do município. A área construída de empreendimento totaliza 3 mil metros quadrados, com ampla estrutura para a prática estudantil. Estudantes de Agronomia, Agronegócio, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Biomedicina desenvolvem ali o aprendizado prático, participando de projetos que vão muito além das salas de aula.

Ao mesmo tempo em que a **Unicesumar** prepara melhor o aluno, oferece também um pacote tecnológico com baixo custo ao produtor e criador, que visa aumentar a produtividade e a qualidade de rebanho, aproveitando o que há de melhor na genética dos plantéis nacionais e internacionais.

Para garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e extensão, a instituição possui em 2016, 15.000 estudantes no ensino presencial e 55.000 estudantes no ensino de graduação a distância; na pós-graduação *lato sensu* existiam 2.300 estudantes matriculados e na pós-graduação *stricto sensu*, 80 estudantes matriculados, em fase de obtenção de créditos ou de elaboração de dissertação. 73 cursos de Graduação (presencial e a distância), corpo docente formado por 540 professores, sendo 86% de doutores e mestres e 87% de tempo integral e parcial, uma equipe de 1250 técnico-administrativos preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho do **Unicesumar**.

O NEaD ocupa hoje uma área de 3.000 m² na Unidade Sede do Centro Universitário de Maringá. Nesta área estão distribuídos espaços destinados à Pró-Reitoria de Educação a Distância, as Diretorias de Desenvolvimento de Negócios e Expansão, Operacional e de Ensino, bem como as coordenadorias de Graduação, Administrativa e Serviços Compartilhados, Tecnológica, Comercial, de Polos e de Cursos. Conta ainda com os espaços destinados para a Produção de Materiais, Secretaria Acadêmica, Sala de Tutoria, Sala de Professores Formadores e Estúdios de TV, além do Polo de Apoio Presencial.

O incentivo à pesquisa e à pós-graduação ocorre, no **Unicesumar**, pelo cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo, na concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

A oferta de pós-graduação *stricto-sensu* se dá por meio do Programa de Pós-graduação Mestrado em Ciências Jurídicas, Mestrado em Promoção da Saúde, Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações e Mestrado em Tecnologias Limpas, todos recomendados pela CAPES.

No ano de 2016 são ofertados 40 cursos de pós-graduação lato-sensu. Além disso, o **Unicesumar** no Programa de Iniciação Científica: 332 projetos, 362 alunos e 207 professores; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação(PIBIC/CNPq-Fundação Araucária-**Unicesumar**, PIBITI/CNPq--Fundação Araucária e PROBIC): 114 projetos, 130 (sendo 114 bolsistas) alunos e 174 docentes (orientadores); Projetos de Pesquisa Docente: 106 , Grupos de Pesquisa: 49 cadastrados no CNPq, 274 docentes e 443 alunos

No mesmo ano, foram celebrados, aproximadamente, 27 (vinte e sete) convênios com instituições públicas e privadas, Nacionais e Internacionais, perfazendo um total de 288 convênios, que permite à Instituição a ampliação de novas parcerias para que a missão institucional seja alcançada.

5. INSERÇÃO REGIONAL E NACIONAL

5.1 CONTEXTO EDUCACIONAL: INSERÇÃO REGIONAL

5.1.1 JUSTIFICATIVA PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL - MARINGÁ

A cidade de Maringá completa sessenta e sete anos de fundação neste ano de 2016, reforçando como nunca o binômio desenvolvimento e preservação ambiental – uma cidade politicamente correta. É o terceiro maior município do Estado do Paraná. Foi construída de forma planejada. Sua arquitetura nasceu da prancheta do urbanista Jorge Macedo Vieira e do espírito empreendedor de seus primeiros moradores.



Maringá é polo de uma região que abrange mais de 100 municípios. As diversas etnias formam um meio cultural múltiplo, incluindo descendentes de alemães, italianos, japoneses, árabes, portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades. A economia sente o reflexo dessa diversificação. Nos dias atuais, com a derrubada de fronteiras do MERCOSUL, são cada vez maiores os investimentos estrangeiros na cidade.

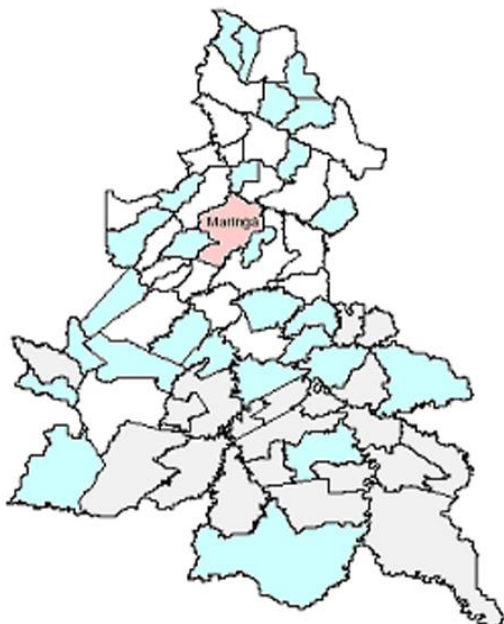
A região polarizada por Maringá é o que é, economicamente, por causa da agricultura. Se normalmente a região converge para a cidade, em época de safra a procura é ainda maior, o que movimenta o comércio e a indústria.

Região 1	Região 2	Região 3
Astorga	Ângulo	Arapuã
Atalaia	Araruna	Ariranha do Ivaí
Campo Mourão	Bom Sucesso	Barboza Ferraz
Colorado	Borrazópolis	Cândido de Abreu
Doutor Camargo	Cafeara	Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão	Faxinal	Cruzmaltina
Floraí	Fênix	Farol
Floresta	Guaraci	Godoy Moreira
Flórida	Itaguajé	Grandes Rios
Iguaraçu	Ivaiporã	Iretama
Itambé	Kalorê	Jardim Alegre
Ivatuba	Mamborê	Lidianópolis
Jaguapitã	Marumbi	Luiziana
Jandaia do Sul	Munhoz de Melo	Lunardelli
Lobato	N Sra das Graças	Manoel Ribas
Mandaguaçu	Paiçandu	Nova Tebas
Mandaguari	Peabiru	Novo Itacolomi
Marialva	Pitanga	Rio Bom
Ourizona	Presidente Castelo Branco	Rio Branco do Ivaí
Santa Fé	Quinta do Sol	Rosário do Ivaí
Santo Inácio	Sabáudia	
São Pedro do Ivaí	Santa Inês	
	São João do Ivaí	
	São Jorge do Ivaí	
	Sarandi	
	Terra Boa	

O pioneirismo do maringaense pode ser percebido em qualquer parte do município. Cidade planejada, o verde em harmonia com o concreto, uma catedral em forma de cone, com 124 metros de altura, a segunda maior cooperativa singular do país, pioneira em vários tipos de cultura, um dos maiores centros produtores de grãos do país e por aí adiante. Estes são apenas alguns dos fatores que fazem do município de Maringá, uma região peculiar dentro do DGE 33.

Vocacionada para desempenhar o papel polarizador de centro dinâmico de uma extensa região em desenvolvimento, Maringá tem cumprido com fidelidade essa destinação histórica, constituindo-se no principal núcleo populacional da Microrregião 9 - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - AMUSEP, a qual congrega 28 unidades municipais e amplia sua esfera de influência social, econômica e política para uma área estadual ocupada por cerca de 4.000.000 de habitantes.


Na região, destacam-se Maringá, cidade sede, com uma população estimada em 350.000 habitantes, com área de 473,00 km², e outras cidades como Londrina, uma das mais populosas do DGE-33, Apucarana, Astorga, Colorado, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e São Jorge do Ivaí, municípios mais populosos do Setentrão Paranaense.



A região possui um potencial muito grande e passa por um momento de busca da consolidação de sua economia, por meio de crescimento e procura de alternativas na área de produção agropastoril e da criação de oportunidades para o desenvolvimento industrial das cidades, bem como a expansão e modernização do comércio. A nova identidade a ser consolidada por Maringá é de progresso e de expansão com equilíbrio para que seu crescimento não prejudique a bela qualidade de vida que oferece a seus munícipes. Por isso, o **Unicesumar**, como instituição organizada da sociedade civil, é e deve ser parte desse esforço de desenvolvimento de Maringá no tocante à Educação, sua razão de ser.

Polo: Maringá Fonte: AMUSEP, 2015

5.1.2 PERFIL AVANÇADO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

TERRITÓRIO E PREFEITO(A)					
Microrregião Geográfica	MRG de Maringá				
Desmembrado de	Mandaguari				
Data de Instalação	14/12/1952				
Data de Comemoração (Aniversário)	10 de Maio				
Altitude da sede (IBGE) (m)	596				
Distância à Capital (SETR) (km)	423,60				
Prefeito(a) (TRE-PR)	Carlos Roberto Pupin				
ELEITORES E ZONAS ELEITORAIS	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Eleitores	TSE	2014	248.689	389.838	7.865.950
Quantidade de Zonas Eleitorais	TRE-PR	2014	5	8	206
ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Área Territorial (ITCG) (km ²)	ITCG	2015	486,433	1.572,463	199.880,200
Densidade Demográfica (hab/km ²)	IPARDES	2015	817,04	378,88	55,85
Grau de Urbanização (%)	IBGE	2010	98,20	97,13	85,33
População - Estimada (habitantes)	IBGE	2015	397.437	595.781	11.163.018
População - Censitária (habitantes)	IBGE	2010	357.077	540.477	10.444.526
População - Contagem (habitantes) ⁽¹⁾	IBGE	2007	325.968	502.201	10.284.503
Taxa de Crescimento Geométrico (%)	IBGE	2010	2,15	1,83	0,89
Índice de Idosos (%)	IBGE	2010	43,50	39,20	32,98
Razão de Dependência (%)	IBGE	2010	36,50	38,49	43,78
Razão de Sexo (%)	IBGE	2010	92,65	94,23	96,56
Taxa de Envelhecimento (%)	PNUD/IPEA/FJP	2010	8,11	7,83	7,55
DESENVOLVIMENTO HUMANO E RENDA	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2010	0,808	...	0,749
Índice de Gini da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	IBGE	2010	0,4937	...	0,5416
EDUCAÇÃO	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO

Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2014	7.873	10.703	175.064
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2014	8.224	12.630	221.229
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2014	43.426	68.764	1.476.146
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2014	14.694	22.129	476.110
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2014	3.783	4.268	66.362
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	32.554	33.536	376.563
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	3,27	...	6,28
SAÚDE	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Estabelecimentos de Saúde (número)	MS-CNES	2014	1.274	1.467	21.694
Leitos Hospitalares Existentes (número)	MS-CNES	2014	1.389	1.682	27.691
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	1,40	...	1,86
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA-PR	2014	12,57	13,27	14,43
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA-PR	2014	5,39	5,56	6,24
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2014	9,96	10,25	11,16
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2014	11,38	12,04	12,91
Taxa de Motalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2014	60,95	76,87	41,28
DOMICÍLIOS E SANEAMENTO	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Domicílios	IBGE	2010	129.464	192.228	3.755.090
Número de Domicílios Particulares Permanentes	IBGE	2010	116.794	174.724	3.298.297
Abastecimento de Água (unidades atendidas ⁽²⁾)	Sanepar/Outras	2015	159.506	190.174	3.679.296
Consumo de Água - Volume Faturado (m ³)	Sanepar/Outras	2015	26.318.075	30.999.509	580.839.736
Consumo de Água - Volume Medido (m ³)	Sanepar/Outras	2015	22.353.897	26.183.173	478.339.085
Atendimento de Esgoto (unidades atendidas ⁽²⁾)	Sanepar/Outras	2015	151.199	169.604	2.499.625
ENERGIA ELÉTRICA	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Consumo de Energia Elétrica (Mwh)	COPEL	2014	1.140.925	1.518.235	29.468.894
Consumidores de Energia Elétrica (número)	COPEL	2014	172.713	256.194	4.458.073
TRABALHO	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2014	16.881	21.578	314.609
Número de Empregos - RAIS	MTE	2014	159.025	196.134	3.167.134

População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	315.711	473.672	8.962.587
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	204.301	302.943	5.587.968
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	195.136	289.377	5.307.831
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	64,78	64,01	62,35
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	95,51	95,52	94,99
AGROPECUÁRIA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (R\$ 1,00)	DERAL	2014	152.492.376,38	727.736.678,32	70.675.022.152,79
Bovinos (cabeças)	IBGE	2014	5.259	41.615	9.181.577
Equinos (cabeças)	IBGE	2014	150	785	301.931
Galináceos (cabeças)	IBGE	2014	809.000	4.040.906	301.885.901
Ovinos (cabeças)	IBGE	2014	2.000	7.880	650.231
Suínos (cabeças)	IBGE	2014	3.700	14.390	6.394.330
Soja (toneladas)	IBGE	2014	67.015	205.317	14.913.173
Milho (toneladas)	IBGE	2014	116.562	281.746	15.823.241
Cana de Açúcar (toneladas)	IBGE	2014	90.652	742.815	47.947.529
FINANÇAS PÚBLICAS	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Receitas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2014	1.031.039.812,44	1.225.467.546,67	26.727.385.073,50
Despesas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2014	974.055.360,22	1.176.566.022,35	25.942.371.794,75
ICMS (100%) por Município de Origem do Contribuinte (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2015	700.476.572,62	770.282.417,66	24.587.574.935,48
ICMS Ecológico - Repasse (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2014	710.306,49	3.340.239,33	230.723.935,27
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 1,00)	MF/STN	2014	50.616.210,84	127.374.320,39	4.336.170.922,00
PRODUTO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
PIB <i>Per Capita</i> (R\$ 1,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	35.602	29.501	30.265
Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos (R\$ 1.000,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	11.743.246	14.806.353	287.052.092
VAB a Preços Básicos - Agropecuária (R\$ 1.000,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	88.899	394.943	29.926.172
VAB a Preços Básicos - Indústria (R\$ 1.000,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	2.423.616	3.260.953	75.068.383
VAB a Preços Básicos - Serviços (R\$ 1.000,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	7.997.452	9.341.415	146.069.847
VAB a Preços Básicos - Administração Pública (R\$ 1.000,00) ⁽³⁾	IBGE/Ipardes	2013	1.233.279	1.809.044	35.987.678
Valor Adicionado Fiscal (VAF) (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2013	7.058.655.484	9.111.180.032	222.013.884.242

VAF - Produção Primária (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2013	145.467.853	483.411.759	41.984.935.887
VAF - Indústria (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2013	2.201.601.191	3.195.888.774	98.085.035.195
VAF - Comércio/Serviços (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2013	4.702.209.036	5.418.308.222	81.590.428.308
VAF - Recursos/Autos (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2013	9.377.404	13.571.277	353.484.852

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).
- (3) Nova metodologia. Referência 2010

5.2 CONTEXTO EDUCACIONAL: INSERÇÃO NACIONAL

5.2.1 JUSTIFICATIVA PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

No que tange ao contexto educacional, considerando a responsabilidade social e cultural da **Unicesumar** no sentido de incentivar e promover o desenvolvimento regional que traz benefícios para a sociedade, a instituição expande esse movimento quando se estabelece por meio dos polos de apoio presencial em diversas regiões do país procurando atendê-las com excelência. Essas regiões, algumas vezes, carecem de iniciativas que promovam a educação voltada à inclusão e ao desenvolvimento econômico, social e cultural. Sendo assim, a **Unicesumar** assume por meio da educação à distância o seu papel enquanto agente transformador da sociedade e promotor de uma educação para todos.

Em âmbito nacional, o NEaD está presente em 53 municípios de grande relevância econômica e social nas regiões e estados da Federação. Considerando as áreas de influência destes municípios, a população consolidada, de acordo com o Censo IBGE 2010 chega a 42.419.572 habitantes, por abranger regiões com alto índice de concentração populacional, como no caso das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Cabe destacar que o NEaD da **Unicesumar** disponibiliza para consulta um dossiê contendo a descrição de cada polo de apoio presencial, que devido ao extenso volume não se descreve aqui.

Devido à necessidade de potencializar economicamente estas regiões essenciais à economia nacional, a **Unicesumar** oferece cursos de graduação que visam a atender à demanda de profissionais especializados em diversos segmentos da economia presentes em todos os municípios da área de influência de seus polos de apoio presencial.

Segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits educativos e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

Todavia, a ideia de Educação à Distância, como modalidade, precisa ser compreendida como processo educativo e não como um processo tecnológico, no qual as tecnologias são meramente instrumentais, ou melhor, um meio, como foram - e ainda o são – a escrita, o papel e a reprodução

gráfica. É possível admitir que a “proximidade” de uma relação interativa entre professores e estudantes universitários, situados em pontos distantes do espaço territorial, não seja menos intensa que na interação que possam estabelecer em uma sala de aula convencional. A oferta da modalidade deve considerar, portanto, os benefícios relativos aos aspectos individuais e/ou sociais.

6. A MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MÁRINGA E O REPLANEJAMENTO DE SUA ATUAÇÃO

A Missão do **Unicesumar** é fixada pelo seu Estatuto e encontra-se assim definida: “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Pretende ainda como Visão ser reconhecida como uma Instituição universitária de referência regional e nacional pela:

- I. qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial e a distância;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

Ordenados à concretização da Missão e Visão institucional, fixa ainda o Estatuto, os seguintes Fins:

- I - desenvolver a educação superior formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a integrar os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II - formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica assim como para o desempenho do magistério e das

demais profissões;

- III - promover a formação integral do ser humano, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- IV - incentivar o trabalho de pesquisa, notadamente como iniciação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, do conhecimento e da criação e difusão cultural;
- V - promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzida na instituição;
- VI - promover a difusão de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VII - estimular permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VIII - promover o estudo sistemático dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade e de parceria;
- IX - cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade, do Estado e do País.

Como forma de tornar os Fins supracitados claramente direcionados à ordem das ações, no contexto situacional da corrente década, estabeleceu o Centro Universitário de Maringá – cinco objetivos gerais constantes de seu PDI vigente:

- I. preparar a transformação do Centro Universitário de Maringá em Universidade;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social e cultural;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

A consecução desses elevados propósitos compreende múltiplos e diferentes níveis, estendendo-se desde o nível de sua elaboração teórica até o nível da realização regular das atividades de cada setor da Instituição, sob um determinado *modus operandi*, deles derivado. Está compreendida, nesse amplo arco, a necessidade de revisão periódica e replanejamento das estratégias de desenvolvimento institucional, que se tornam necessários tanto em função das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade em que a Instituição se insere quanto em função de seu próprio desenvolvimento, isto é, em função dos resultados obtidos na implementação das ações anteriormente planejadas. Assim, a adoção de novas estratégias e o remodelamento de setores institucionais não implica qualquer mudança na Missão e nos fins institucionais, mas, ao contrário, é condição para sua concretização nos contextos sócio históricos em constante mudança.

Considerando esses fatores, o **Unicesumar** delibera alterar seu PDI, estabelecer o Termo Aditivo durante o período de sua vigência, com o objetivo de melhor concretizar sua Missão institucional. O presente **PDI 2016-2020** foi elaborado durante o ano de 2015, sem que estivesse concluído o trabalho de implementação das ações previstas pelo PDI. Cabe destacar que a CPA Comissão Própria de Avaliação realizou a avaliação da implementação das ações previstas. Esta situação apresentou para o **Unicesumar** o desafio de traçar novos rumos, que efetivamente orientem a ação, mantendo deliberadamente abertas as definições de alguns processos, como forma de permitir os ajustes que posteriormente serão propostos pelas conclusões do Relatório de Auto Avaliação.

As mudanças do contexto socioeconômico-político-cultural em que se insere o **Unicesumar**, ao exigirem destas mudanças na oferta de cursos e em suas modalidades, colocam também exigências de natureza jurídica, que ajustem o corpo normativo institucional às novas atividades e à sua dinâmica própria.

Em atendimento a essas exigências, desenvolver-se-á trabalho de análise e revisão dos instrumentos normativos internos, visando proceder às atualizações que se fizerem necessário.

7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O **PPI** é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do **Unicesumar**, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

O **PPI** do **Unicesumar** sintetiza as discussões realizadas pela comunidade acadêmica, constituindo-se num produto construído coletivamente, que sistematiza e consolida teorias, reflexões e práticas presentes no dia a dia da Instituição.

A elaboração do presente Projeto superou os desafios próprios do exercício da participação e do compartilhamento, num trabalho efetivamente cooperativo, pois apresenta-se como um produto de negociação e confronto provenientes do pluralismo de ideias dos diferentes atores institucionais envolvidos (corpos docente, discente e técnico-administrativo – cada qual em seu âmbito). Se, por um lado, a diversidade de saberes e práticas, próprias da heterogeneidade da formação dos profissionais da Instituição, se refletiu em diferentes e divergentes percepções e propostas em torno do fenômeno educativo, também ampliou e enriqueceu os debates, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto dos princípios acadêmicos.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Instituição procurou refletir e incorporar as mais recentes teorizações e princípios pertinentes. No que concerne ao desenvolvimento regional, buscou atualizar a contribuição da IES para as necessidades do mercado de trabalho e desenvolvimento de tecnologias sem, contudo, perder de vista o perfil de “homem-profissional-cidadão” que se pretende formar.

Quando se reflete sobre a educação na sociedade pós-moderna, a chamada “sociedade do conhecimento”, as dimensões Conhecimento/Saber e Homem/Sociedade se articulam e são interdependentes.

Com estes princípios presentes, pode-se construir um quadro de referência conceitual e metodológica que norteia a missão institucional na medida em que se estabelecem os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e se apresentam políticas institucionais e acadêmicas compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação e da Instituição, o que aponta para o seu constante redimensionamento na perspectiva de sintonizar-se com os avanços científicos e tecnológicos e com o atendimento das demandas sociais da

contemporaneidade. É, pois, a declaração de uma identidade institucional, a explicitação de uma linha filosófico-pedagógica que fundamenta todos os cursos, programas e projetos do **Unicesumar** na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição, no sentido de corpo único, integrado e em interação dialógica, e favorecer a conquista de uma excelência reconhecida pelos atores internos e pela sociedade.

O PPI constitui um documento de grande relevância para o **Unicesumar**, mediante o qual explicita seu posicionamento a respeito de sociedade, de educação e de ser humano. Busca, dessa maneira, assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. O projeto é um instrumento de ação política e pedagógica, que garante “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal” (Veiga, 2005, p.16).

Resultado de uma construção coletiva do corpo social do **Unicesumar**, o **PPI** conjuga-se com o **PDI**, considerando-se que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles. Ambos devem constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo e transparente, em constante interconexão com o contexto da instituição. O **PDI**, em consonância com o **PPI** e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos – **PPCs** deve demonstrar como a IES pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e desenvolvimento das ações propostas.

Em sua fundamentação, o **PPI** expressa uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior nesse contexto. Ao mesmo tempo explicita de modo abrangente o papel da Instituição de Ensino Superior e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional na busca da articulação entre o real e o desejável.

É uma projeção de valores, reflexo do crescimento e amadurecimento da instituição, materializando-se no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento. Esta projeção de valores deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período determinado.

Na construção do presente documento tem-se como pressuposto que um projeto educativo é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o compõem. Entre suas características básicas estão:

- I. identificar uma proposta pedagógica;
- II. entender o “ser humano” como foco de sua concepção;
- III. orientar-se por uma visão educativa e em um estilo de aprendizagem ensino;
- IV. comprometer os contextos social, econômico e cultural no qual se desenvolve o processo educacional;
- V. pautar-se pela ação integrada de gestores, docentes, alunos e pessoal técnico-administrativos.

Este documento resultou do trabalho participativo da comunidade acadêmica do **Unicesumar**, coordenado pela sua Direção Acadêmica. O **PPI** do **Unicesumar** procura construir coletivamente uma identidade que reflita a visão de homem, sociedade, educação e instituição que constituem o sustentáculo para as múltiplas ações pedagógicas que promovem a construção do conhecimento.

O **Unicesumar** trabalha no sentido de contribuir para a preparação de profissionais para o mercado de trabalho, auxiliando, dessa forma, no processo de inclusão social de seus egressos e para o desenvolvimento regional, no qual alicerça a sua missão institucional, qual seja: *Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.* A Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Este projeto visa construir elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e de melhoria dos cursos oferecidos pelo **Unicesumar**. Vale ressaltar que este projeto enseja, também, a plena articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos complementares entre cada uma destas dimensões na formação acadêmica, ética e profissional.

Assim, o **PPI** foi construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação foi embasada nas características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social no qual o **Unicesumar** está inserido. Por outro lado, deve-se respeitar e cumprir os princípios metodológicos articulados pela Instituição no sentido de contribuir para melhorar e qualificar o processo ensino-aprendizagem.

7.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS GERAIS

O **Unicesumar** desenvolve suas atividades com o objetivo de garantir uma formação superior voltada para um ensino diferenciado, de acordo com as exigências legais, do mercado de trabalho e da sociedade, desta maneira se propõe a atender as necessidades de mercado de trabalho, capacitando profissionais com competência técnica e ética, capazes de atuarem para o desenvolvimento da região.

A filosofia dos projetos pedagógicos dos cursos, que fixam os objetivos e as metas a serem alcançados durante a formação dos alunos, bem como os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso, toma como base uma visão humanista e a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional. Integram, assim, os conhecimentos, as competências e as habilidades e talentos na formação do futuro profissional.

A articulação entre o ensino, pesquisa e extensão é de fundamental importância para a sustentação do **Unicesumar**. A qualidade de ensino relaciona-se com a competência que está sendo desenvolvida em pesquisa. As atividades e projetos de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversas oportunidades, a participação de alunos em atividades extensionistas pode constituir-se em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos institucionais de pesquisa e extensão, e sua consequente articulação com o ensino, proporcionam formação integral ao estudante.

Princípios estruturantes do **Unicesumar**:

- I. Fortalecer os princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- II. Ampliar ações comprometidas com a realidade local e regional onde se insere.
- III. Ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial, semipresencial e a distância;
- IV. Fortalecer sua posição estratégica no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico da região de seu entorno;
- V. Promover a educação e a formação integral dos sujeitos do ponto de vista ético e de responsabilidade social;
- VI. Aprimorar o trabalho acadêmico inspirado na pedagogia de qualidade e de renovação do processo de ensino-aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa e solidária;

- VII. Expandir as ações do ensino a distância em parceria com o ensino semipresencial e presencial de graduação e pós-graduação.
- VIII. Fortalecer o Programa de Inclusão social, visando incrementar as políticas de responsabilidade social;
- IX. Incrementar a prática investigativa, por meio da iniciação científica em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as políticas de pesquisa institucionalizadas;
- X. Ampliar as atividades de extensão universitária abertas à participação da comunidade de seu entorno;
- XI. Manter relação de reciprocidade com a comunidade de seu entorno;
- XII. Expandir a fidelização de seus egressos por meio de programas e ações pertinentes;
- XIII. Manter ações de apoio à comunidade universitária, por meio de programas, projetos e cursos extensionistas e livres na modalidade presencial, semipresencial e a distância, de forma a permitir ao acadêmico a opção curricular nas atividades complementares;
- XIV. Ampliar programas de difusão de bens e valores culturais;
- XV. Incentivar o corpo técnico-administrativo a participar dos Programas e/ou Projetos de Capacitação de Recursos Humanos;
- XVI. Aprimorar Programas e Projetos para o desenvolvimento da educação continuada;
- XVII. Dar prosseguimento à expansão da infraestrutura do **Unicesumar** de acordo com as necessidades e demandas da comunidade acadêmica.

7.2 REFERENCIAL ÉTICO-POLÍTICO

Uma breve leitura do processo de globalização característico da sociedade contemporânea e da situação brasileira dentro desse contexto é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de carências e riquezas. Carências que se evidenciam pelas amplas diferenças culturais, sociais, econômicas e de muitos problemas advindos de sua constituição étnica, da forma de colonização das diversas regiões geográficas e de suas diferenças climáticas. Riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas: agrícola, industrial, comercial, turística, entre outras. Essa

disparidade, associada aos problemas vivenciados pela sociedade contemporânea, contribuem para os problemas urbanos ligados à violência, saúde, meio ambiente, desemprego ou subemprego, moradia, educação, dentre outros, os quais também estão presentes em várias partes do mundo. Tais características, associadas ao processo de desenvolvimento oriundo da globalização e das inovações tecnológicas da informação requeridas pelo contexto mundial, desafiam a educação, a função social do ensino superior e o processo de socialização do conhecimento.

O cenário da globalização e a necessidade de maior democratização dos processos e meios de produção, a difusão e as exigências cada vez mais crescentes do acesso a novos conhecimentos especializados e de novos critérios de qualidade, extrapolam os ambientes acadêmicos suscitando preocupações com a qualidade de vida, valores de uso, custo do acesso a produtos e processos, questões éticas relativas ao controle do conhecimento, entre outras. Isso tende a ressaltar a atuação do Estado e de suas agências, e das instituições responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, sejam elas públicas ou privadas. Nessa perspectiva, alguns padrões tornam-se obsoletos cedendo lugar a novos padrões e perfis profissionais e de trabalho, o que requer a adoção de uma nova postura, ou seja, de perfis voltados para maior capacidade inovadora e empreendedora.

Outro aspecto de fundamental importância que precisa ser considerado na sociedade contemporânea diz respeito à fragilidade dos “meios tradicionais de construção de identidade” apontada por Costa¹, tais como a família e a própria escola, pois estes não são lugares únicos de construção de nossa identidade, uma vez que a mídia é responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais de dimensões globais que repercutem diretamente nas relações entre cultura e sociedade. Por exemplo, o acesso rápido às informações que transformam radicalmente os modos de interação entre indivíduos e grupos, em vista da presença cotidiana das novas tecnologias de comunicação na vida das pessoas e no funcionamento geral da sociedade. Outro exemplo, “a forma como os adolescentes e jovens buscam na publicidade uma espécie de inspiração para suas práticas – o modo como se expressam, oralmente ou por escrito, o modo como recebem as manifestações artísticas de todos os tipos, o modo como se comunicam com os adultos e seus pares, o modo enfim como compreendem o social e a si mesmos, quase sempre caracterizado por uma unidimensionalidade de sentidos” (Krug e Azevedo in: Silva org., 2000: 28). Para esses autores, os adolescentes e jovens revelam a identidade de seu tempo e a linguagem que os constitui no seu cotidiano, bem como sua maneira de expressar que, na contemporaneidade, o mercado, a publicidade e os meios de comunicação tem lhes oferecido respostas a questões fundamentais, tais como quem as representa,

¹ Ver COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude e nem favor – estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

quem fala delas e de cada uma delas em particular, quem sabe de seus interesses. Há um grande apelo às suas inquietações, “entre elas o culto ao corpo, por exemplo, o qual se transformou no grande lugar de identidade, muito mais do que a crença em qualquer utopia política ou crença religiosa.” (Idem).

Nesse sentido, as IES, de modo geral, precisam compreender que nem as identidades nem os processos reguladores da cultura são inteiramente fixos. As mudanças percebidas nas questões éticas e morais, quando comparadas à mídia e ao mundo do espetáculo, colocam as escolas, ao mesmo tempo, em situação de perplexidade, desconforto e desafio.

Diante desse contexto, a visão de homem na sociedade requer do ensino superior não só atenção à formação de profissionais, como também à formação de cidadãos. Assim, a função social penetra nas instituições de ensino superior, as quais serão orientadas não só pelos desafios tecnológicos, como também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, sua tarefa é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística.

Tal percepção da sociedade contemporânea exige que as instituições deem conta de todas as noções de imagens prévias dos estudantes (incluindo aí a massa de informações, valores e símbolos identitários consumidos a partir dos meios de comunicação), reelaborando-os, incorporando-os criticamente e realizando sua difícil articulação com o conhecimento científico. Assim, formar profissionais dentro desse contexto é um grande desafio, faz-se necessário repensar o ensino superior brasileiro e acompanhar ininterruptamente a evolução tecnológica, para delinear e formar o perfil profissional esperado nesse cenário.

Outro aspecto a considerar está declarado na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, que é a necessidade de expressivo crescimento da “cobertura educacional requerida para as próximas décadas”. Isso requer das instituições de ensino superior a criação de novas estruturas e de novas propostas acadêmicas que propiciem, por meio de sua autonomia, a formação de profissionais competentes, com excelente suporte sociocultural, técnico, científico e artístico voltados para os países da região, e também a introdução de novos modelos educativos que contribuam para a superação dos baixos níveis de desempenho, do atraso e do fracasso estudantil diagnosticado, bem como para incentivar os professores na utilização de um conjunto de modalidades didáticas presenciais ou virtuais, que melhor se adequem às necessidades e heterogeneidade dos estudantes, sobretudo, que sejam utilizados de forma mais eficaz os espaços educativos que abarcam a atuação de pessoas de diferentes procedências sociais e contextos culturais.

Outro aspecto evidenciado refere-se à dicotomia apresentada à IES, ou seja, de um lado a valorização do conhecimento e a possibilidade de ampliação de novos serviços, de outro, antigas leituras de estabilidade no emprego e de crescente “terceirização” de atividades, antes desenvolvidas pelas empresas e órgãos públicos, forçando os indivíduos a buscar o aprimoramento pessoal, a atualização constante de conhecimentos e a realização de novas ideias para a chance de sucesso em um ambiente altamente competitivo. Esse quadro destaca, cada vez mais, a importância do conhecimento nas sociedades contemporâneas e da necessidade da formação dos indivíduos como homens virtuosos. Em outras palavras, homens completos conforme a doutrina aristotélica, completos porque se expressam sob a ótica da singularidade e sob a ótica da coletividade. Enquanto sujeitos singulares demonstram sua individualidade e, coletivamente, revelam suas riquezas e valores. Assim, aptos não só para responder às demandas sociais, como também para ser agentes de transformação na sociedade, sem prescindir da ética nas práticas humanas.

Essas questões impulsionam o modelo acadêmico caracterizado pela indagação de problemas em seus contextos, quais sejam: a) a produção da transferência do valor social dos conhecimentos; b) o trabalho conjunto com as comunidades, por meio da pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundamentada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para o desenvolvimento do país ou da região e o bem-estar da população; c) uma tarefa ativa de divulgação, vinculada à criação de uma consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, e à diversidade cultural; d) um trabalho de extensão que enriqueça a formação e que colabore na identificação de problemas para a agenda da pesquisa e crie espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente, com os mais excluídos e marginalizados. (Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2008)

Dessa forma, as ações educativas propostas pelo **Unicesumar**, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, precisam dar conta dessa leitura de mundo, em busca de um paradigma de sociedade e de educação que propicie a formação global e crítica dos sujeitos envolvidos no processo, enquanto transformadores dessa realidade percebida, capacitando-os para o exercício de cidadania, com respostas para os problemas contemporâneos.

Para tanto, é necessário exprimir a intencionalidade pedagógica, política, cultural, profissional e social da educação na instituição, de forma a constituir relações entre a escola, sua estrutura formal e os sujeitos que a produzem e vivenciam, no seu cotidiano, os valores elaborados nos contextos sociais que permitam atribuir significado às suas ações. O diálogo com a sociedade é o primeiro passo a ser dado.

Diante disso, o PPI é ferramenta essencial para a condução da IES, porque é ação intencional e compromisso sócio-político voltado para a formação do cidadão em determinada sociedade, ao mesmo tempo em que delimita as ações educativas e características para que a IES consolide seus propósitos e intenções.

O **Unicesumar**, enquanto instituição privada, ainda que precise considerar sua sobrevivência financeira e, para isto, ser administrado como organização, assume, em primeiro lugar, seu compromisso de ser não apenas uma empresa e um local onde se ensinam conteúdos, mas um espaço em que se busca a formação e o desenvolvimento do acadêmico, da região e do país. Assim, o PPI define sua prática educativa e sua proposta de conhecimento e intervenção na realidade diagnosticada, por meio da formação de sujeitos críticos e com habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento.

7.3 REFERENCIAL FILOSÓFICO-EDUCACIONAL

Acreditar na função da universidade como instituição social exige questionamento crítico de sua prática atual e, sobretudo, da compreensão de seu papel. Essa reflexão foi o ponto de partida para o estabelecimento do marco referencial do **PPI do Unicesumar**. Como o próprio nome indica, ele apresenta uma dimensão pedagógica, porque discute o processo de formação e as possibilidades de construção de sujeitos cidadãos, e uma dimensão política, pois trata dos valores, dos fins e do papel da instituição nas transformações sociais e nas relações com a estrutura formal de poder.

A dimensão pedagógica requer compreensão, interpretação e clareza daquilo que se entende por educação, porque é ela que direciona as formas de agir politicamente no contexto escolar. Assim, para o **Unicesumar** a educação é vista como processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Essa visão requer práticas educativas que instiguem a capacidade dos sujeitos envolvidos a exercerem sua autonomia moral e intelectual e, nesse sentido, a educação é concebida como processo que integra todas as modalidades de ensino superior, ou seja, o ensino de graduação, de pós-graduação e as atividades extensionistas. Em virtude de todos os elementos envolvidos nesse processo, faz-se necessário esclarecer qual a tendência filosófica adotada pelo **Unicesumar**, pois ela orientará todo o trabalho da academia. (Luckesi, 1994: 51)

As considerações acima não negam o papel ativo da educação na sociedade, tampouco os condicionantes histórico-sociais, pois considera a possibilidade de agir a partir dos próprios

condicionantes históricos. Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação; contudo se o projeto for transformador medeia a transformação; se o projeto for autoritário, medeia o autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia. A missão do **Unicesumar** de formar cidadãos críticos que contribuam para uma sociedade mais justa e solidária revela sua tendência filosófica, que tem como perspectiva a educação enquanto transformadora da sociedade. Nesse sentido, as ações educativas estarão centradas na formação de profissionais cidadãos comprometidos com a participação ativa na construção de seu aprendizado e, ao mesmo tempo, na busca de respostas efetivas às mudanças da sociedade contemporânea.

Outro aspecto de suma importância a ser considerado é a leitura que o **Unicesumar** faz de seus estudantes, os quais são vistos como pessoas autônomas e livres, na sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades. Quer dizer, enquanto sujeitos que participam do processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e de politização na construção do mundo.

A concepção educacional, a missão e a leitura que o **Unicesumar** faz de seus estudantes são relevantes para a compreensão e concepções de formação e de currículo da IES. Partindo-se da premissa de que a educação não é apenas um projeto científico ou racional, uma vez que a ação pedagógica realiza-se a partir de uma pluralidade de valores e crenças, de ideais e de situação, não sendo possível efetivar a priori o seu controle, não é mais possível pensar em um modelo pautado apenas pela lógica de racionalidade técnica, mas no modelo orientado para a construção de ciências plurais. Essa concepção, certamente, encontrará dificuldades na prática, dado ao modelo vigente no país, no entanto, em meio à crise que desse paradigma emana e que afeta as instituições de ensino superior, ela se afirma como necessária, ainda que emaranhada nos nexos entre poder e conhecimento, sobretudo como instância de luta pela cidadania.

Outro fator que afeta, sobremaneira, a IES diz respeito ao conhecimento. As condições históricas desse século XXI assinalam a necessidade de uma nova relação com o conhecimento, rompendo barreiras cristalizadas, tais como: a) a relação homem e natureza; b) o conhecimento e senso comum; c) a objetividade e a subjetividade; d) o material e o simbólico. Além desses fatores, no caso brasileiro, é perceptível um quadro caótico de retrocesso político que revela restrições de direitos sociais mais amplos, os quais se mostram mais cruéis em função da exclusão educacional e de outros direitos básicos, condição essa vivenciada pela maioria da população. Tais situações são

determinantes para quaisquer propostas educacionais pretendidas, por mais inovadoras que possam se mostrar. Nesse sentido, cabe à IES assumir a relevância pelas lutas em favor da transformação dessa realidade, na medida em que coloca a produção dos conhecimentos elaborados a serviço da pretendida intervenção na comunidade de seu entorno. Essa prática deverá ser pautada e submetida a um processo de avaliação contínua e global de seu fazer acadêmico.

Outro aspecto importante a ser pontuado refere-se à sociedade informacional desse século XXI, que requer um repensar constante da estrutura e da organização das informações, da capacidade de articulação dos conhecimentos e da elaboração das informações. Essas demandas afetam diretamente o mundo do trabalho, atingem fortemente a formação profissional, em virtude do grau de exigências suscitadas pelo mercado, pela excludência e flexibilização crescentes a ele vinculados. O resultado que se observa em decorrência desses fatores envolve uma grande redução na oferta de empregos e postos de trabalho, no nível de remuneração, além das formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Em contrapartida a essa situação, há um aumento da exigência no nível educacional dos trabalhadores que chega até nos setores menos dominantes, os quais também demandam formação polivalente e multifuncional.

Dessa forma, a concepção de currículo constitui-se marco e moldura que delimitam a inserção dos estudantes em sistemas de significação, nos quais são capazes de compreender as funções que representam, de modo a partilhar seus significados para a compreensão da “realidade”. Esse entendimento, que se dá por meio do uso dos signos e da linguagem, caracteriza as práticas curriculares articuladas com o conjunto de práticas sociais, as quais constituem não só a formação técnico-científica, como também todas as experiências que constituem os sujeitos. Nesse contexto, as disciplinas e o bloco de disciplinas que compõem o currículo não podem ser vistos como mecanismos neutros, burocráticos e racional/educacional, fato que exige iniciativas, reformas holísticas e inovações compreensivas, como, por exemplo, necessidade de concretizar a interdisciplinaridade didática tão difícil de ser compreendida e praticada, em função de vários condicionantes que não cabe aqui elucidar, dada a complexidade que esse tema ainda suscita na prática escolar brasileira, mas que não pode ser ignorada. Essa interdisciplinaridade decorre da unidade e da integração do objeto do saber e será buscada pela constante interação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências, pois acreditamos que conhecimento interdisciplinar não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber escolar e se fortalece na medida em que ganha amplitude na vida social. Essa posição epistemológica supõe um eixo integrador a constituir-se como objeto de um projeto de

investigação – pesquisa, como proposta de construção científica – ensino, e como plano de intervenção, aplicação e transferência – extensão.

Tais considerações só terão sentido e significado se o ensino, em todos os seus níveis e graus, concretizar-se por meio da articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas. Dessa forma, o ensino de graduação, dada a sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico. Isso não quer dizer que não possa haver especificidades nas formações profissionais e técnicas, pois os conhecimentos sólidos necessários serão fundamentados nas diferentes áreas do saber que embasam as competências e habilidades esperadas e requeridas dos estudantes. Quanto aos programas de ensino de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), nas áreas de conhecimento pretendidas, precisam atender as necessidades estratégicas da sociedade, no seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural e educacional.

Assim, a educação e o ensino, em todos os níveis e graus, efetivam-se pela eficiência e eficácia, bem como pela sua relevância, importância, pertinência e qualidade. Essas características desejadas constituem-se objeto de avaliação institucional interna e externa, e devem envolver a totalidade da organização institucional e suas partes integrantes. Convém ainda ressaltar a relevância das produções científicas, as quais serão estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas de cada um dos cursos, ou em programas de projetos de disciplinas, de áreas e campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, alunos, técnicos e com a prática das atividades extensionistas.

Isto posto, vale a pena ressaltar alguns estudos recentes que apontam aspectos importantes a serem considerados nas políticas e nas práticas de ensino superior, haja vista a complexidade do mundo no qual vivemos. Dentre os quais se destacam:

- I. O equilíbrio entre egressos e mercado de trabalho, levando em conta as mudanças e necessidades da sociedade contemporânea que demanda por novos profissionais.
- II. As novas exigências na forma de se elaborar, adquirir e transmitir conhecimentos, com base nas novas tecnologias da informação e de comunicação, bem como na visão interdisciplinar e da unidade teórico/prática.
- III. As abordagens que contemplem e que valorizem experiências culturais e locais distintas, diversas epistemologias e espiritualidade.

- IV. A adoção de perspectivas por meio e a partir de problematizações das noções de competências compreendidas em sua dimensão construtiva, processual, coletiva, multifacetada e interdisciplinar do termo.

Nesse sentido, o PPI compreende “um conjunto de interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes e ações planejadas pela IES, capaz de dar sentido, coesão e fundamentação ao próprio desenvolvimento da organização, auxiliando na competição externa e incrementando a integração interna”. (Trigueiro, 2000, p. 81). Portanto, tem caráter propositivo. Suas concepções e princípios estão em consonância com a legislação do ensino superior brasileiro, sobretudo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, que constituem referencial indispensável para a elaboração dos Projetos Pedagógicos e para o planejamento das ações educativas da instituição.

O **Unicesumar** pretende, por meio deste documento, assinalar a importância de se pensar o espaço acadêmico de forma inovadora. Isso exige repensar constantemente suas políticas, seus objetivos e metas, bem como seu próprio dimensionamento, sobretudo quando o processo avaliativo diagnosticar possíveis desvios. Esse cuidado é que possibilitará a consolidação de sua missão institucional que vale a pena ressaltar: “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

7.4 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do **Unicesumar** está intrinsecamente vinculado ao perfil profissional definido no projeto pedagógico de cada curso, aliado à filosofia definida pela IES nesse projeto. Qual seja: a formação de profissionais com perfil empreendedor, cidadãos, que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária, sugere uma consciência ética aprimorada, alto nível educacional e comprometimento com o desenvolvimento cultural, social e econômico.

O perfil dos egressos dos cursos em funcionamento no **Unicesumar** foi definido em consonância com a missão institucional e com a proposta curricular. A definição do currículo leva em consideração o perfil desejado para cada curso, observando a seleção de conteúdos necessários, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, bem como a necessidade de preparação dos alunos para o mundo do trabalho, o atendimento às novas demandas econômicas e de emprego, de formação para a cidadania, a preparação para a participação social em

termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, de formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico e de preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos.

7.5 CONCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DE CURRÍCULO E DO PLANEJAMENTO

7.5.1 EDUCAÇÃO PRESENCIAL

As Diretrizes Pedagógicas do **Unicesumar** constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas de modo a definir e implementar direções a serem agregadas aos projetos pedagógicos dos cursos. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação, no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual a IES está inserida. Estas condições são garantidas pelo Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional. Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a reavaliação necessárias à adequação constante do planejamento institucional às necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Auto Avaliação, o SINAES e às diretrizes preconizadas pelo MEC.

Neste contexto, a organização do **Unicesumar** busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos e estimular as práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares da pesquisa, da extensão e das demais atividades não previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam imperiosa a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança no processo ensino-aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a capacidade de desenvolver instrumentos intelectuais que garanta ao educando a autonomia na aprendizagem tal qual reafirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais, e que envolvam o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais, assim como a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo-se a habilidade de avaliá-las e selecionar, criticamente, as mais pertinentes. Pretende-se, assim, centrar o processo educativo na

construção, na produção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais a partir de uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem modernos e uso de tecnologias apropriadas.

Uma perspectiva inovadora que traz a aprendizagem de valores e a formação de atitudes, para a mudança e para a atuação solidária, calcada em padrões éticos, que promova a formação do profissional, com sólida base de conhecimento teórico, científico e humano, preparando-o para enfrentar as rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Estabelecem-se, nesse sentido, as seguintes linhas diretrizes para a ação pedagógica do **Unicesumar**:

- I. busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- II. formação do profissional, com ampla e sólida base teórico-prática, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- III. valorização da dimensão sociopolítica e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito participe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e da cidadania referenciado por sólidos padrões éticos.

O caminhar na direção desse projeto supõe estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos orientadores prioritários à ação, entre os quais cabe destacar:

- interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade e como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- articulação entre o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- oferta de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação do profissional;
- integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício como espaços privilegiados do processo continuado de ensino-aprendizagem;

- diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;
- desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços oferecidos à comunidade;
- desenvolvimento de paradigmas pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- estruturação de currículos que, a par da diversidade de situações de ensino-aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante, bem como a de crescimento autônomo;
- utilização apropriada de tecnologias diversificadas.

A educação superior desempenha papel inquestionável na preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências da sociedade contemporânea.

As novas tecnologias do mundo atual, as novas formas organizacionais do trabalho e a rápida evolução do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. As Diretrizes contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação do sujeito, contribuindo para o seu sucesso.

Assim, o **Unicesumar** promove a:

- I. formação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, capacitando-o para o enfrentamento das complexas condições do exercício profissional;
- II. construção da cidadania, formando um sujeito capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;
- III. preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sociocomunicativa de iniciativa, de liderança e de solução de problemas;
- IV. preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazos;

- V. formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças;
- VI. formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

Os estudos que conduziram às concepções ora apresentadas consideraram as pesquisas desenvolvidas sobre a formação superior e a distribuição sócio ocupacional.

Ao escolher como foco principal na concepção dos cursos uma visão interdisciplinar formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se, explicitamente, o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnica e pluralista.

A Instituição apresenta proposta diferenciada, integrando formação teórica e prática, a pesquisa e a extensão, o que implica em definição clara do perfil do corpo docente, com qualificação e excelência para o magistério e a pesquisa interdisciplinar, crítica e transformadora.

Para estabelecer as suas linhas de ação, o **Unicesumar** considerou que a formação do profissional representa um conjunto de aspectos internos, inerentes aos cursos, e externos, inerentes à relação sociedade/profissional, que se inter-relacionam dialeticamente. Partindo deste princípio, o **Unicesumar** pautou-se nos fundamentos que idealizaram a formação do profissional, tendo sempre em vista que é necessário:

- I. acompanhar as rápidas mudanças do mundo, a partir de política de graduação que contemple o caráter revolucionário da ciência como um imperativo;
- II. entender a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizar o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela auto-avaliação (professores, técnico-administrativos e alunos);
- III. definir metodologias educacionais adequadas ao processo de aprendizagem cognitiva de caráter social, político e cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais, o que permitirá a revisão dos currículos, das práticas pedagógicas e das pesquisas desenvolvidas;
- IV. identificar as bases de sustentação de uma política de graduação, considerando o aluno como ser global.

A definição das competências (que incluem conhecimentos e atitudes) foi realizada de acordo com o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação, ao qual se

acrescentarão as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos. As principais competências definidas pelo **Unicesumar** a serem desenvolvidas são:

- I. **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais egressos deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.
- II. **Comunicação:** os profissionais egressos devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais e o público em geral. A comunicação verbal e não-verbal, e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias de comunicação e informação.
- III. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os egressos deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.
- IV. **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação; devem, da mesma forma, estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe que integram.
- V. **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Deverão ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e promovendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

As competências comuns e específicas, observadas em cada Projeto Pedagógico de Curso, supõem a formação de atitudes e de valores, o desenvolvimento e o domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicas que levem em conta a realidade local e regional, sem descuidar do caráter de universalidade do conhecimento, de sua relação com os avanços das áreas dos cursos ofertados pelo **Unicesumar** no contexto nacional, bem como dos parâmetros e dinâmica do Projeto Pedagógico de cada curso.

O **Unicesumar** utiliza, no desenvolvimento de seus cursos, observadas as especificidades de cada projeto pedagógico, metodologias ativas e interativas, centradas no aluno, voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, com ênfase na capacidade de adquirir autonomia no processo de aprendizagem e de empreender.

Alguns princípios metodológicos merecem destaque:

- I. Interdisciplinaridade. A integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)significação do conhecimento.
- II. formação profissional para a cidadania. As instituições têm o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- III. estímulo à autonomia intelectual. A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.
- IV. responsabilidade, compromisso e solidariedade social. A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem constituir o ponto integrador das ações de extensão vinculadas aos cursos.
- V. diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem. A diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do aluno na rede de serviços desde os primeiros anos dos cursos devem contribuir para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e realidade socioeconômica, cultural e política.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos.

Os cursos devem buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

Destacam-se como metodologia de ensino-aprendizagem as seguintes atividades: aulas dialogadas, expositivas e práticas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, visitas

técnicas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica, iniciação científica e outras.

7.5.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

É importante ter em mente que o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação, representadas pela entrada em cena da cibernética, de satélites, vídeos, microcomputadores, correio eletrônico, multimídia, hipertextos, infovias e redes eletrônicas, abriu novos horizontes para a educação. Mas elas, por si só, não constituem garantia de qualidade da proposta pedagógica que se queira implementar e sim ferramentas que tornam possível uma maior eficácia e qualidade da educação, em uma perspectiva continuada e a distância.

A metodologia baseada na educação a distância busca um aprendizado ativo em que os conteúdos e as estratégias pedagógicas são planejados para que ocorra um alto grau de interação entre o aluno, seus professores e seus colegas. Essa interação deverá ser mediada tanto por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, como em interatividades pedagógicas. Dentre as principais vantagens da modalidade a distância, destacam-se:

- I. democratização do saber, em virtude do acesso facilitado por meios tecnológicos;
- II. determinação da própria rotina de estudos, o que flexibiliza a organização da aprendizagem;
- III. determinação do ritmo de construção do conhecimento, pelo qual o aluno pode explorar o seu potencial individual;
- IV. oportunidade de atendimento individualizado;
- V. independência espaço-temporal;
- VI. possibilidade de aprendizagem de forma permanente e continuada;
- VII. possibilidade de um ensino participativo pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- VIII. formação para a cidadania e o compromisso social integrado à realidade socioeconômica brasileira;

- IX. articulação da organização curricular com o mundo do trabalho e as demandas da sociedade organizada.

Ao levar em consideração a realidade educacional e territorial brasileira, foi idealizado um formato para a modalidade de Educação a Distância da **Unicesumar**, reforçando a importância de uma metodologia pautada na tecnologia da informação e comunicação que garanta a qualidade no processo ensino-aprendizagem, sobrepondo-se aos paradigmas de tempo e espaço, possibilitando ao aluno a autonomia na organização de sua agenda de estudo e, principalmente, reduzindo a necessidade de deslocamento. Isto é possível mediante a atenção constante ao aluno, desenvolvida pelo corpo docente, aos investimentos em recursos tecnológicos e multimidiáticos, e à rede de Polos de Apoio Presencial.

Com este pensamento, o NEaD considera o desafio em estabelecer uma modalidade que permita momentos síncronos e assíncronos que assegure ao aluno o desempenho das atividades pedagógicas necessárias à sua formação profissional, conforme previsto na legislação.

Considerando que todo ser humano é capaz de buscar o conhecimento por diversos veículos e ferramentas tecnológicas, a premissa básica é de que é possível debater assuntos e seus desdobramentos a partir de instrumentos que superam o tempo e a distância, graças aos recursos tecnológicos disponíveis atualmente ou até mesmo da tradicional correspondência, que durante milhares de anos uniu pensadores, mestres e aprendizes na busca do conhecimento.

Contempla-se, como grande diferencial, a possibilidade de unir por meios eletrônicos - além-fronteiras - professores, alunos e profissionais em debates que promovam a geração e o fortalecimento de contatos e a discussão da teoria versus a contextualização prática, multiplicando-se os cenários em função das realidades locais dos participantes, bem como suas escolas de formação, capacidade de recursos, usos e costumes.

O que justifica pensar Educação a Distância dessa forma, com tantos meios, é a compreensão da educação como fundamento primeiro, garantido em discussão política e pedagógica da ação educativa que contemple, no processo de formação, a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão.

Nesse sentido, na perspectiva do exercício da responsabilidade social, fundamental para qualquer empresa do século XXI, principalmente para as instituições educacionais é que são delineados objetivos geral e específicos para o NEaD.

I. Objetivo geral:

- promover e democratizar o acesso da sociedade ao conhecimento por meio eletrônico, confirmando e ampliando as oportunidades de desenvolvimento.

II. Objetivos específicos:

- ofertar cursos e programas na modalidade a distância para atender à demandas profissionais com o enfoque de valorização da formação continuada;
- incentivar a utilização de recursos de tecnologias de informação e comunicação nos cursos programados, possibilitando práticas inovadoras;
- oferecer cursos que qualifiquem os alunos nas diversas áreas do conhecimento para o exercício profissional demandado pelo mercado crescente ou em desenvolvimento;
- contribuir para a compreensão mais geral dos processos pertinentes ao desenvolvimento da atividade profissional, tanto na esfera do seu desenvolvimento como na de seu gerenciamento.

A idealização do Projeto Pedagógico para a modalidade de educação à distância do **Unicesumar** está baseado no compromisso com duas grandes premissas pedagógicas. A primeira situa-se na ideia da íntima relação do ensinar com o aprender. A ênfase, portanto, desse modelo, concentra-se na preocupação com a relação que deve existir entre os indivíduos que se propõem a adquirir e/ou dominar um conhecimento e os indivíduos que se propõem a fornecer e/ou organizar tanto esses conhecimentos como os meios que poderão otimizar os resultados desejados pelo binômio em questão. A segunda premissa reguladora desse modelo, ou a segunda força propulsora das atividades planejadas e operadas situa-se na exigência básica de estabelecer contínua relação entre o acompanhamento do processo técnico pretendido e a avaliação de todos os elementos integrantes do processo educativo. Isso porque a certeza sobre a qualidade do Curso, seu grau de coerência entre todas as disciplinas, a interdependência dos objetivos, a aglutinação dos conhecimentos perseguidos pelos diversos conteúdos, o trânsito fluído entre o saber e os equipamentos e/ou as novas tecnologias necessitam, continuamente, de avaliações, reestruturações e feedback.

Na operacionalização dessas premissas pedagógicas é que se pretende organizar os materiais instrucionais. Os materiais, portanto, não são pensados fora dos pressupostos pedagógicos, como se fossem apenas recursos instrucionais para estudantes universitários distantes. O planejamento e a elaboração desses materiais, passíveis de sistemática, testes ou avaliação, integram a estratégia

pedagógica, que também implica na busca constante da clareza sobre os objetivos pretendidos pelo Curso, quer por meio dos seus módulos, quer através das disciplinas, enquanto tomadas isoladamente.

Esses materiais servirão como suporte para o estudo dos módulos/disciplinas, esclarecendo e aprofundando os tópicos de maior relevância, apresentando informações práticas e úteis, possibilitando, assim, a aplicação imediata dos conceitos estudados.

Como mencionado anteriormente, as premissas pedagógicas para a organização do programa são consideradas fundamentais para nortear e/ou disciplinar as relações entre docentes e discentes. Na verdade, recursos humanos, recursos físicos, recursos materiais, instrucionais, todos são pensados na perspectiva de provocar aprendizagens reguladas por princípios previamente definidos.

Em todo este contexto não se pode perder de foco a qualidade da educação já consolidada na modalidade de educação presencial do **Unicesumar**. O termo Qualidade em EAD, segundo Demo (1994), "representa o desafio de humanizar a realidade e a convivência social a partir de valores e fins considerados desejáveis, necessários e eticamente sustentáveis; aponta para a dimensão da intensidade diante da expectativa das pessoas; e impacta como competência humana no processo de desenvolvimento do homem, tendo na educação e no conhecimento sua estratégia primordial".

Com este pensamento e com base nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, estabelecidos pelo MEC, que já no seu início explicita "A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada..." (RQUAD - MEC,2007), o NEAD - Núcleo de Educação à distância, idealizou este projeto que considera, na sua estrutura, o desafio em se estabelecer uma modalidade ao estudante sem comprometer que os momentos presenciais obrigatórios possam ser cumpridos, como as avaliações, os estágios e as práticas em laboratórios, quando necessários.

De todo modo, o ponto focal da educação superior - seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância - é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa. Daí a importância da educação superior ser baseada em um projeto pedagógico e em uma organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), e com outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado. (RQEAD - MEC, 2007)

Na perspectiva do exercício da responsabilidade social, fundamental para qualquer empresa do século XXI, principalmente para as instituições educacionais, é que são delineados, nesse projeto, objetivos de longo e médio alcance.

- a) Objetivos de longo alcance: visam promover e democratizar o acesso da sociedade ao conhecimento por meio eletrônico, confirmando e ampliando as oportunidades de desenvolvimento.
- b) Objetivos de médio alcance:
- Ofertar cursos e programas na modalidade a distância para atender à demandas profissionais, com o enfoque de valorização da formação continuada;
 - Incentivar a utilização de recursos de tecnologias de informação e comunicação nos cursos programados, possibilitando o gosto por práticas inovadoras; e, sem esquecer os objetivos próprios deste projeto, registra-se o interesse específico em:
 - oferecer cursos que qualifiquem os estudantes nas áreas escolhidas, com formações diversas, para o exercício profissional demandado pelo mercado crescente ou em desenvolvimento;
 - oferecer situações de análise aos estudantes para que, com os conhecimentos elaborados, possam avaliar condições facilitadoras ou de entraves do mercado em que irão atuar; e,
 - contribuir para a compreensão mais geral dos processos pertinentes ao desenvolvimento da atividade profissional, tanto na esfera do seu desenvolvimento como na de seu gerenciamento.

7.5.3 CONCEPÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO NEAD – UNICESUMAR.

No paradigma da Educação voltada para o Desenvolvimento Humano, o foco está na aprendizagem do aluno. Aprendizagem esta, sustentada pelos 4 pilares da educação propostos pela UNESCO – aprender a ser, a conviver, a fazer e a conhecer.

Neste contexto, o desenvolvimento da aprendizagem, na modalidade de Educação à distância do **Unicesumar**, baseia-se em três momentos no decorrer do curso:

7.5.4 MOMENTOS DE AUTO ESTUDO

O ensino a distância tem no estudante o mais importante agente do processo educativo, enquanto os docentes são organizadores dos objetos de estudo em sua complexidade, dos instrumentos conceituais e metodológicos que podem ajudar o discente a encontrar respostas aos problemas colocados, problemas esses inerentes à sua formação.

A explicitação do perfil necessário para que o estudante tenha sucesso é de fundamental importância para todos os que pretendam aprender por meio da modalidade à distância.

O estudante deve ser disciplinado, organizado, estar motivado e ser persistente na busca de sua constante atualização ou aperfeiçoamento, uma vez que a responsabilidade, pontualidade, administração do seu tempo, iniciativa, capacidade de trabalhar em equipe, são fatores básicos para um desempenho excelente ou para a eficácia da aprendizagem.

Esse conjunto de características fornecem automotivação, ingrediente indispensável para superação de dificuldades e, conseqüentemente, para a conclusão das atividades educacionais pretendidas.

O projeto leva em consideração que cada estudante aprende com estilos e ritmos diferentes, por isso, através do auto estudo espera-se estimular o autodesenvolvimento, a autoaprendizagem e a auto regulação reforçando as capacidades do sujeito de regular ele próprio seus projetos, seus progressos, suas estratégias diante das tarefas e obstáculos.

Assim, objetiva-se que os estudantes absorvam os conteúdos das disciplinas na medida em que os compreendam. Para isso, o curso conta com uma oferta diversificada de recursos didáticos e interfaces para os momentos de Auto Estudo, dentre os quais se inclui o conteúdo programático das disciplinas em materiais impressos e eletrônicos, audiovisuais, objetos de aprendizagem e aulas gravadas em mídia eletrônica - utilizados de forma complementar, adequada e articulada, o que permite uma pluralidade de abordagens possibilitando graus diferentes de aprofundamento nos estudos.

Assim, entendendo o Auto Estudo como meio fundamental para a formação acadêmica a distância, o NEAD adotou o AVA, Ambiente Virtual de Aprendizagem, que será citado posteriormente, como base para a atenção à aprendizagem do discente.

No AVA, por meio da Internet, é possível a disponibilização de materiais diversos, disponibilização de textos, realização de atividades, manutenção do histórico do estudante e socialização de conteúdo, dos quais se destacam:

- Disponibilização do Conteúdo Programático das disciplinas e todo Material de Estudo (textos, aulas gravadas, links e referências) e Material Complementar;
- Desenvolvimento de Atividades de Estudo e Atividades Interdisciplinares, com orientação dos docentes;
- A consulta de acervo da Biblioteca Digital e a consulta de publicações livres de direitos autorais através da Biblioteca Virtual, publicações do corpo de docentes e pesquisadores do **Unicesumar** e das instituições conveniadas.
- As demais atividades e funcionalidades estão descritas no Manual do AVA.

7.5.5 MOMENTOS INTERATIVOS

O conceito de "interatividade" é importante para entender a possibilidade de se trabalhar com diversos tipos de profissionais, pois o estudo mediado pelo computador oferece condições para tal.

Este conceito remete à um perfil muito particular de estudante, que responde agilmente por seu planejamento pessoal, pela consciência e valorização do que seja autoaprendizagem e pela habilidade em organizar e aproveitar, ao máximo, os momentos de interação mediados pela tecnologia.

Assim, este projeto contempla momentos de interatividades síncronas a exemplo das aulas ao vivo, com possibilidade de interação entre docente e discente, bem como nos momentos assíncronos por meio dos fóruns.

7.5.6 MOMENTOS PRESENCIAIS OBRIGATÓRIOS:

São especificados no Projeto Pedagógico de cada curso e/ou determinados pela legislação, que atualmente estabelece:

- Avaliações Presenciais obrigatórias, que o NEAD realiza ao término de cada módulo;
- Estágios Curriculares, Aulas Práticas em laboratórios ou externas, visitas técnicas e Trabalhos de Conclusão de Curso quando estabelecidos nas Diretrizes Curriculares;

Os momentos Presenciais Obrigatórios são amparados e/ou sediados nos Polos de Apoio Presencial, próprios ou de Instituições parceiras do **Unicesumar**, que estão distribuídos geograficamente no território nacional, com o objetivo de proporcionar suporte pedagógico, acadêmico

e administrativo ao projeto, no qual acontecem as Avaliações Presenciais e fica disponível o Acervo Bibliográfico Básico das disciplinas do curso.

7.6 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral do **Unicesumar** (Seção IX, art. 50 a art. 54) e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re) pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas

escritas e orais, auto avaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

7.7 DIVULGAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O **PPI** do **Unicesumar**, construído coletivamente, mediante profunda reflexão de conceitos, métodos e compromissos, representa, em seu conjunto, a identidade institucional, o reflexo de sua inserção regional, a prospecção de futuro e a valorização de seus objetivos presentes. Por isso, os princípios defendidos devem ser apropriados e multiplicados por toda a comunidade acadêmica, possibilitando o alcance das metas e consecução da missão institucional.

Para tanto, há de se garantir procedimentos formais de sua afirmação e publicização. Os gestores institucionais, cada qual em seu âmbito, são os responsáveis pela consolidação do **PPI** e consequentemente sua divulgação.

7.7.1 RESPONSABILIDADES E DESAFIOS IMPOSTOS

O **PPI** impõe, por seu caráter estratégico, uma série de responsabilidades aos agentes e atores institucionais. Primeiro, porque requer profundo conhecimento dos princípios e conceitos declarados e exige a implementação de posturas de planejamento e de construção de métodos e formas de atuação orgânica. Segundo, porque expõe o caráter crítico que deve permear a educação, enfrentando-se as contradições presentes no processo de conhecimento, ao tempo em que impõe o necessário reconhecimento de suas limitações e possibilidades em prol da transformação social. Imprime, ainda, o necessário aprimoramento da cultura institucional na medida em que indica o compartilhamento de valores orientadores de todas as práticas acadêmicas como diretriz, explicitando as contradições inerentes de posicionamentos conceituais e políticos diversos, advindos, muitas vezes, de formações distintas e focadas em modelos de conhecimentos conservadores e fragmentados.

Abordar a articulação de atividades práticas e teóricas, ênfase em currículos e programas baseados em habilidades e competências, a valorização dos saberes pessoais/profissionais/culturais de alunos e professores, a ampliação dos princípios voltados para o compromisso social, etc. trazem,

em si, o espectro da mudança, e promovê-la representa ação de grande responsabilidade, possível somente se assumida e defendida coletivamente e de forma qualificada.

Cabe à Instituição a competente idealização e consolidação de recursos e de políticas de sustentação necessárias à efetiva continuidade de implementação do Projeto Pedagógico Institucional.

7.8 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Tendo em vista as áreas definidas pelo CNPq (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes) o **Unicesumar** se organizou em três centros, com seus cursos, de graduação e tecnólogos, ofertados na modalidade presencial e a distância, sendo:

- I. **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**
- II. **Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**
- III. **Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas**
- IV. **Núcleo de Educação a Distância - NEAD**

O **Unicesumar**, sempre atento à demanda da comunidade regional e nacional por profissionais altamente qualificados, e levando em consideração a autonomia dada aos centros universitários, oferta novos cursos segundo a demanda da sociedade.

Os cursos na modalidade a distância da **Unicesumar** acontecem sob a responsabilidade do NEaD, sendo viabilizados por uma equipe multidisciplinar e contam com uma proposta pedagógica que privilegia a combinação de procedimentos didáticos próprios da educação a distância, utilizando-se de vários meios e momentos de interatividade pedagógica para todos os módulos curriculares. A ideia de educação a distância, como modalidade, precisa ser compreendida como processo educativo e não como um processo tecnológico. Nela as tecnologias são instrumentos, ou seja, um meio, como foram – e ainda o são – a escrita, o papel e a reprodução gráfica. É possível admitir que a proximidade de uma relação interativa entre professores e alunos, situados em pontos distantes do espaço territorial não seja menos intensa que a interação estabelecida em uma sala de aula convencional. A oferta da modalidade deve considerar, portanto, os benefícios relativos aos aspectos individuais e/ou sociais.

8. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A percepção de qualidade do processo educativo do **Unicesumar** ultrapassa a ideia pura e simples de implementação de ações. Ele é tido como processo contínuo e permanente de construção e desconstrução do conhecimento e dos saberes sistematizado transmitido por meio de seu currículo. Para isso, as ações educativas serão tratadas como incentivadoras do processo de ensino-aprendizagem-conhecimento direcionadas aos sujeitos de forma que possam aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a agir para transformar a sociedade. Dessa forma, a proposta educacional do **Unicesumar** buscará se estabelecer de forma a privilegiar as aptidões sociais e a dimensão da personalidade e o desenvolvimento de competências amplas fundamentadas na capacidade do aluno de aprender a aprender, no intuito de conduzi-los a aprendizagens significativas e com autonomia. Isso implica em uma visão de educação continuada, dentro e fora da universidade. Nessa perspectiva, o compromisso ético institucional prima os resultados da aprendizagem.

Essa percepção do processo educativo requer maior dinamicidade de gestão, para que o currículo seja percebido como meio para o desenvolvimento da capacidade de aprender e da constituição de competências explicitadas abaixo no perfil do egresso. Assim, as dimensões desse processo carecem de acompanhamento permanente, de forma a permitir sólido diagnóstico para tomadas e retomadas constantes do fazer pedagógico. Essa preocupação e cuidado se consolidam por meio do Programa de Avaliação Institucional sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. O papel fundamental dos indicadores do processo avaliativo institucional será o de apontar e mensurar parâmetros que fortaleçam os Projetos Pedagógicos dos cursos, para que não sejam construídos a partir de vontades individuais ou fruto de trabalhos solitários de alguns, mas que se tornem a face da instituição.

Essas considerações possibilitam o direcionamento para as propostas curriculares, as quais se orientarão legalmente por legislação do Conselho Nacional de Educação. Esse documento aponta as diretrizes a serem seguidas pelos cursos de graduação, de forma a assegurar a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições para com os programas por elas propostos, assegurando-lhes padrões mínimos nacionais e, ao mesmo tempo, a autonomia necessária de cada uma. Em outros termos, as Diretrizes Curriculares Nacionais são referenciais para a “organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização das áreas do conhecimento na construção dos currículos plenos. Ademais, devem também induzir à criação de diferentes formações e

habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definir múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando o perfil de seus formandos, as competências intelectuais voltados à heterogeneidade das demandas sociais”.

8.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do **Unicesumar** (Seção I à Seção X do Regimento Geral) caminha para a instituição da interdisciplinaridade e princípios de integração. Isso amplia a responsabilidade de seus documentos norteadores, quais sejam: **PDI**, Projeto Pedagógico Institucional – **PPI**, Projeto Pedagógico de Curso – **PPC**, Planos de Ensino – **PE**, os quais convergirão para sua unicidade, de modo a permitir constante processo de intercomunicação, com o propósito de resguardar as ações pedagógicas dos cursos de forma coerente e compatível com suas intenções e possibilidades, sob responsabilidade efetiva de todos os atores envolvidos.

A organicidade da proposta curricular se concretizará a partir de ações que propiciem o desmantelamento das amarras fragmentárias do currículo e das práticas acadêmicas ainda arraigadas nesse viés. A organização curricular vista sob e ótica da interdisciplinaridade e da integração revela um aumento significativo da responsabilidade das IES comprometidas com a formação de profissionais e de cidadãos, ou seja, formação integral dos sujeitos.

Para delineamento dessas propostas, será necessário observar o disposto no Regimento Interno do **Unicesumar** – Seção II – art. 19 e os tópicos orientadores abaixo:

- I. Considerar o ensino de graduação enquanto etapa de construção balizadora do processo de formação continuada;
- II. Estimular o desenvolvimento de conteúdos integradores por meio de processos interdisciplinares;
- III. Estimular continuamente e de forma bem fundamentada as metodologias articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IV. Desenvolver ininterruptamente o espírito crítico e analítico nos estudantes, preparando-os para a resolução dos problemas, com base na evolução científica e tecnológica característica de seu exercício profissional e para o exercício da cidadania;

- V. Primar sempre pelo uso de linguagens concisas e claras na estruturação curricular, que permitam o alcance das metas e objetivos propostos, respeitando-se a temporalidade necessária a cada perfil, buscando eixos temáticos e/ou disciplinas e/ou módulos que compõem os perfis, bem como sua unicidade dentro da área de conhecimento, primando pelo conhecimento interdisciplinar;
- VI. Tornar cada vez mais sólido o pensamento fundamentado nas áreas do conhecimento, como meio de superação do individualismo expressos na visão fragmentadas das grades curriculares.
- VII. Fortalecer a importância dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas dentro e fora do ambiente acadêmico, sobretudo as que se referem às experiências profissionais tidas como relevantes para a área de formação considerada;
- VIII. Fortalecer a articulação entre conhecimento teórico e conhecimento prático por meio da valorização da pesquisa individual e coletiva, dos estágios curriculares e não-curriculares, da participação em atividades extensionistas e/ou cursos livres e monitorias;
- IX. Valorizar e estimular trabalhos coletivos de autoria docente e discente voltados para o desenvolvimento das capacidades de: articular, negociar, transformar, descobrir e apreender posturas éticas e socialmente responsáveis;
- X. Motivar e incentivar os estudantes a conduzirem os estudos disciplinadamente, por meio de atividades dirigidas e inovadoras, hábito constante e permanente da leitura e uso da biblioteca e da autonomia intelectual;
- XI. Incorporar a pesquisa nas práticas educativas enquanto elemento fundamental das atividades de ensino e extensão.

8.1.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CURRÍCULO

A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e os referenciais técnicos e tecnológicos que o concretizam em sala de aula. É um conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

A matriz curricular é parte integrante e fundamental do processo ensino-aprendizagem-conhecimento e deve se configurar como sistema que possibilita articulação e funcionalidade entre seus elementos constitutivos, os conteúdos curriculares. Estes atenderão as Diretrizes Curriculares de cada curso, estabelecidas pelo MEC, e serão organizados em três eixos norteadores: a) eixo comum, b) eixo específico, c) eixo complementar. Os conteúdos de formação básica, do eixo comum, contemplam conteúdos essenciais para a formação profissional. Os conteúdos de formação específica, do eixo específico, são inerentes à formação e à prática profissional dependendo do Projeto Pedagógico de cada curso e devem, obrigatoriamente, contemplar atividades que promovam integração entre teoria/prática e iniciação profissional. Os conteúdos para a formação complementar, do eixo complementar, agregam a prática como componente curricular vivenciado em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, de forma a permitir reflexão sobre a prática em busca de contextualização e significância das abordagens por meio de atividades acadêmicas complementares, de estágios supervisionados e de práticas pedagógicas diferenciadas. A organização da matriz envolve, ao menos, seis componentes:

- I. Disciplina ou equivalente – caracterizada por um conjunto de conteúdos e atividades inerentes a um programa, o qual será desenvolvido durante o período letivo com número de horas pré-fixados;
- II. Unidade temática – conjunto de conteúdos relativos a uma determinada área do conhecimento, oriundos dos três eixos articuladores acima especificados;
- III. Eixo condutor – diz respeito a grandes temas que conduzem as unidades temáticas específicas para cada uma das áreas do conhecimento;
- IV. Estágio curricular – são atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, de caráter teórico-prático, formativo e supervisionado que ocorre dentro e fora da IES. O **Unicesumar** mantém convênios e parcerias com empresas, instituições públicas e particulares e demais organizações de cunho regional e nacional;
- V. Monografia ou trabalho de conclusão de curso – essa atividade atende às especificidades das Diretrizes Curriculares dos Cursos e objetiva o exercício do aprendizado do aluno, incentivo à investigação científica, fixação de competências e habilidades em consonância com a proposta pedagógica do curso, por meio de temas relevantes e pertinentes ao exercício profissional do aluno e da vida acadêmica consolidada. Essas atividades são acompanhadas, orientadas e avaliadas por professores;

- VI. Atividades complementares – são atividades dos cursos de graduação, exigidas para a formação dos estudantes, e integram o conteúdo e a carga horária dos cursos conforme suas especificidades. São regulamentadas pela Resolução CONSEPE 001/2005 do **Unicesumar** e cumpridas pelos alunos de forma independente, fora do horário regular de aula. Para o cumprimento da carga horária dessas atividades, explicitadas nos projetos pedagógicos dos cursos, são oferecidas sugestões aos alunos que podem optar por cursá-las dentro ou fora da instituição, de forma presencial, semipresencial ou a distância. Todas as atividades comprovadas pelos alunos são protocoladas no setor de multiatendimento e validadas pelos coordenadores de curso e/ou professores, segundo normas internas da instituição.

8.2 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.

A flexibilização curricular é muito discutida nos meios acadêmicos, porém tem sido muito pouco praticada em seu sentido *stricto*. Isso porque a ruptura das concepções tecnicistas são difíceis e demandam a construção de uma nova cultura pedagógica no interior dos espaços escolares e na sociedade como um todo. Neste modelo clássico, os currículos estão circunscritos em uma forma organizativa pura e simples de transmissão dos saberes. Em outros termos, o currículo é concebido como um conjunto de instrumentos e procedimentos de ensino normalizados e iguais para todas as escolas e para todos os professores, pois o importante é o que se ensina, e não a quem se ensina, como se ensina, e por que e para que se ensina e se aprende.

Se o que pretendemos é a formação de profissionais cidadãos que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária será preciso romper com essa cultura em detrimento de outra, voltada para a educação como um ato social, orientada para uma formação global e para a criação de condições que propiciem não apenas a aquisição de um conhecimento, mas também a realização de uma escola inclusiva e o desenvolvimento de um conjunto de competências inerentes ao exercício de uma cidadania ativa.

Entendemos que as Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular, a qual pode ser concebida “enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no

interior e no exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.” Também foram discutidos alguns princípios orientadores para a construção dos Projetos Pedagógicos direcionados para o compromisso social e responsabilidade ético-política das instituições que serão retomados integralmente, a saber:

8.3 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. “A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VIII. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

- IX. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

8.4 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- I. O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;
- II. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- III. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

8.5 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização”.

9. PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos - **PPC** orientam os perfis dos cursos de graduação do **Unicesumar** e favorecem a formação de profissionais com visão ampla e crítica da realidade regional e nacional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas à ação transformadora da realidade e efetivo compromisso com o modelo de sustentabilidade de desenvolvimento regional.

Os instrumentos para sua elaboração são acompanhados e regulamentados pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DPDI junto ao Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP. O Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP tem como objetivo de estimular a qualidade do fazer pedagógico da instituição. Suas ações concentram-se no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer atividade. Convém ressaltar que a identidade de um curso se manifesta por meio deste instrumento que constitui a concretização da missão do **Unicesumar**.

9.1 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E A ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A elaboração dos **PPC** oferecidos é fruto da opinião consolidada dos professores que participam das atividades acadêmicas do **Unicesumar**, sob a responsabilidade do coordenador do curso.

A cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares serão reavaliados pelos Colegiados de cada curso, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante – **NDE**, um corpo formado por docentes altamente especializados na área, com vivência no curso e no mercado de trabalho.

9.2 MATERIAL PEDAGÓGICO

O material pedagógico utilizado na Instituição é desenvolvido pelos docentes de cada curso, de acordo com a natureza das disciplinas que ministram, dentro de especificações e padrões definidos pelos Coordenadores dos cursos e aprovados pelo CONSEPE. Os discentes podem eventualmente colaborar no desenvolvimento deste material.

É estimulado o uso entre os docentes de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

O material pedagógico pode também ser adquirido, conforme indicação dos Coordenadores dos Cursos, de acordo com a natureza das disciplinas e do nível tecnológico exigido.

9.3 MATERIAL PEDAGÓGICO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Na Modalidade a Distância, a equipe de produção de materiais é responsável por acompanhar os professores na produção do material didático e das aulas conceituais, de estudo de casos e das aulas ao vivo; coordenar a equipe de estúdios para a produção de vídeos externos e internos; agendar as gravações; realizar aulas-piloto com professores que terão o primeiro contato com a EaD e orientá-los; controlar o recebimento de roteiros de aula e posterior envio ao estúdio; capacitar professores formadores e conteudistas e tutores mediadores para atuação em estúdio; estipular prazo para recebimento dos materiais produzidos pelos professores formadores e conteudistas; orientar os convidados que participam das aulas ao vivo a respeito dos procedimentos no estúdio e coletar autorização de uso de imagens. Além disso, atribui-se a tarefa de solicitar junto à biblioteca da Instituição a ficha catalográfica e, em seguida, produzir o processo para solicitação do ISBN à biblioteca nacional do Rio de Janeiro.

9.3.1 DESIGN INSTRUCIONAL

A equipe de design instrucional tem a função de avaliar a estrutura e organização dos livros didáticos, bem como a correta utilização de elementos pedagógicos e textuais, segundo modelo da **Unicesumar**. Além disso, estes profissionais sugerem elementos visuais adequados para os materiais didáticos, visando a apoiar e favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, é responsável pelo layout do material, que implica em:

- I. Realizar a ilustração do material em consonância com o conteúdo desenvolvido pelo professor formador/conteudista;
- II. Realizar o tratamento das imagens, dos gráficos e das tabelas melhorando-os e adequando-os ao conteúdo produzido no material didático, possibilitando maior interação do aluno;
- III. Acompanhar o processo de produção do material didático impresso e eletrônico.

9.3.2 EQUIPE DE REVISÃO

A equipe de revisão é composta por profissionais especialistas na revisão linguística do material, que verificam a coerência, coesão textual e a originalidade de autoria (direitos autorais) nos livros, slides, provas, atividades e demais materiais didáticos.

Esta equipe também é responsável pela adequação do material aos requisitos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), visando a uma melhor formatação e padronização de todos os materiais produzidos pelo NEaD.

9.3.3 EQUIPE DE EDITORAÇÃO

A equipe de editoração é responsável pelas ilustrações, tratamento de imagens e diagramação do material nos padrões utilizados pela Instituição e é composta por profissionais da área de design gráfico e ilustração, que desenvolvem a formatação final do material que será enviado para impressão. Também é responsável pela programação da Mídia Interativa Digital, material interativo que é disponibilizado para os alunos no AVA.

9.3.4 ESTÚDIO

A equipe do estúdio é composta pelo supervisor de estúdio, editores de imagens e auxiliares de geração de aula, que têm como atividades principais:

- I. Transmissão das aulas ao vivo;
- II. Gravação, edição e disponibilização das aulas conceituais, estudos de caso e vídeos de provas comentadas;
- III. Produção e edição de produções e entrevistas utilizadas pelos professores nas aulas;
- IV. Filmagem e transmissão de palestras e aulas inaugurais;

V. Produção de vinhetas;

VI. Produção e edição de vídeos de apresentação dos cursos.

Esta equipe é responsável por todo material audiovisual utilizado em aulas e demais atividades do NEaD.

9.4 INCORPORAÇÃO CRESCENTE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O **Unicesumar** incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos ao ensino de graduação. Para tanto, promove a aquisição e atualização de seu parque tecnológico. Incentiva, também, a participação de seus docentes e discentes em Congressos e Seminários que abordem temas relacionado à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino/aprendizagem para que promovam no âmbito da IES as inovações desejadas.

9.5 DESCRIÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS

O **Unicesumar**, sempre atento às inovações tecnológicas para melhorar o fazer acadêmico prevê a continuidade para o quinquênio **2016-2020** de inovações significativas, ocorridas no período anterior a este **PDI** sendo as principais: a) a implantação da rede *wireless* em todas as estruturas do campus sede; c) a expansão da rede lógica com cabeamento estruturado em todos os setores; d) atualização do sistema de *Helpdesk*; e) a Implantação Sistema de Workflow de documentos; f) implantação do Sistema de Business Intelligence;

Além disso, a aplicação de novas tecnologias da EAD foram compartilhadas com o ensino presencial do **Unicesumar**, sendo as principais dimensões desse compartilhamento:

1) Sala Virtual: disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para as disciplinas do presencial. Há uma instalação desta ferramenta em uso desde 2005, disponível no endereço [HTTP://www.cesumar.br/moodle](http://www.cesumar.br/moodle).

2) Biblioteca Digital: um repositório de objetos de aprendizagem que onde estão incluídos vídeos, aulas gravadas e ao vivo, textos, tutoriais, apostilas, manuais, mídias interativas digitais (MIDI),

além de permitir consultar o acervo da biblioteca central do **Unicesumar**. Este recurso, hoje disponível a todos os alunos da EAD, pode ser também oferecido aos alunos de graduação e pós-graduação presenciais do **Unicesumar**.

3) Biblioteca Virtual Pearson: permite o acesso ao acervo digital da editora Pearson Education do Brasil, por meio de consultas pelo nome da obra ou autor. O usuário pode folhear eletronicamente cada uma das páginas, incluir anotações eletrônicas e ainda comprar créditos para imprimir até 50% da obra. Além disso, os alunos possuem descontos especiais para aquisição dos livros.

4) Estúdios: O NEAD conta com nove modernos estúdios para gravação e transmissão de conteúdos didáticos. Conta ainda com equipamentos para captura de imagens e elaboração de vídeos em outros ambientes da instituição ou até para cobertura de eventos externos. Ainda neste contexto, pode-se transmitir via satélite e internet os conteúdos aqui produzidos.

9.6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Para a superação de modelos pedagógicos e curriculares tradicionais não basta que se proceda a uma diferenciação somente de conteúdo; é necessária uma série de inovações metodológicas que otimizem a realização de atividades por parte tanto de alunos quanto de professores e que possibilitem a efetiva interdisciplinaridade.

Com este objetivo, o **Unicesumar** desenvolve, no âmbito dos seus cursos, as seguintes alternativas didático-pedagógicas que caracterizam o modelo de ensino implantado, além das já tradicionalmente conhecidas e executadas secularmente:

- I. desenvolvimento de Trabalhos em Parceria tanto com IES nacionais quanto com estrangeiras, além de outras instituições cuja atuação venha a complementar a formação do aluno;
- II. utilização de Simulações como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algum aspecto da realidade, colocando o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No ensino superior as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os alunos; favorecer o

autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;

- III. incentivo ao Estudo Independente, com uma metodologia centrada no estudante: este tipo de ensino apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; individualização da avaliação; propiciamento de formas alternativas de instrução e conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; propiciamento maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações;
- IV. estímulo ao uso de Metodologias de Ensino Baseadas na Interação: são muitos os métodos baseados na interação, entre eles: a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos;
- V. implementação em algumas áreas, da metodologia do Aprendizado Baseado em Problemas, com o estudo centrado em casos reais;
- VI. estabelecimento de um Programa de Integração dos professores e alunos com a realidade da profissão e necessidades do mercado, bem como com os avanços tecnológico-científicos e as tendências futuras para a área.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas que podem ser consideradas de grande relevância inovadora, está a concepção do Núcleo de Educação à Distância, amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da Internet de Banda Larga, computação gráfica exclusivamente desenvolvida para o ensino e programa específico de capacitação de professores e corpo de tutores educacionais.

A oferta de cursos de graduação e pós-graduação manterá o melhor da “Universidade Presencial” com o melhor da modalidade de educação à distância, isto é, as aulas presenciais ocorrerão no ambiente educacional cuidadosamente modelado para manter os mais exigentes padrões de qualidade.

Em médio prazo, a tecnologia utilizada para a educação à distância também estará à disposição para dinamização dos programas presenciais, com o estímulo que será dado às tele aulas, videoconferências e intercâmbio entre os diversos cursos ofertados pelo **Unicesumar**, outras IES, empresas e organizações.

Paralelamente, a Pró-reitoria de Ensino tem estimulado a adoção de ações educacionais para dinamizar a aplicação de aulas práticas, visitas técnicas, fortalecimento da pesquisa e extensão nos diversos cursos do Centro Universitário. Novos recursos audiovisuais estão sendo incorporados permanentemente ao processo ensino-aprendizagem.

9.7 ESTÁGIO E PRÁTICA PROFISSIONAL

O estágio é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente ou auxiliar de ensino. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

Neste sentido deve constituir-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso.

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

O **Unicesumar** oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade) na medida em que essas competências constituem na verdade um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mundo do trabalho.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu aluno. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o professor sempre teve, ou seja, de ajudar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

9.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dentre os meios de operacionalizar a prática profissional se encontram as atividades complementares, que possibilitam a real integração entre teoria e prática profissional.

As atividades complementares possuem a seguinte finalidade:

- I. enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- II. complementar a formação profissional e social;
- III. ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- IV. favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a instituição;
- V. propiciar a inter e a transdisciplinaridade no currículo, dentro e entre as séries;
- VI. estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- VII. encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada;
- VIII. fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão.

As Atividades Complementares deverão ser cumpridas pelo aluno a partir de seu ingresso no curso, obedecendo à carga horária estabelecida nos **PPC's** para a conclusão de sua graduação.

A integralização das Atividades Complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o aluno estiver regularmente matriculado na IES.

10. DESAFIOS DA QUALIDADE

Reconhecidamente, o Sistema Brasileiro de Avaliação do Ensino Superior muito evoluiu nos últimos anos, mas permanece ainda tendo a função estritamente estatal orientada para as funções oficiais de autorizar, credenciar, recredenciar e supervisionar. Os processos de avaliação continuam centrados na aferição da qualidade e quantidade dos insumos, basicamente, dos recursos humanos e os recursos de infraestrutura acadêmica e administrativa.

A avaliação da qualidade não pode se limitar simplesmente a capacidade cognitiva dos alunos por meio do ENADE independente das variáveis intervenientes. A qualidade não pode ser aferida somente sob o aspecto da relevância econômica e social, do grau de satisfação do cliente, da empregabilidade, do mercado ou da sociedade.

A questão da qualidade está profundamente inserida na raiz e na missão da **Unicesumar**. Por esta razão, é praticamente uma obrigação da entidade envidar esforços e buscar os meios necessários para apoiar o desenvolvimento do Ensino Superior particular, mediante a busca continuada da qualidade.

10.1 AÇÕES DE QUALIDADE DA UNICESUMAR DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ENSINO

A seguir, as AÇÕES definidas como forma de alcançar os resultados de qualidade esperados com relação às atividades educacionais promovidas pelo **Unicesumar**.

10.1.1 CALENDÁRIO ACADÊMICO

Objetivo: Ofertar, conforme previsto na legislação vigente, mínimo de 200 dias letivos por ano. O Calendário Acadêmico do **Unicesumar** é elaborado anualmente com o objetivo de maximizar a oferta de aulas e atividades de ensino-aprendizagem relacionadas aos cursos ofertados. Neste contexto, consideramos que a expectativa dos estudantes, quando realizam matrícula em nossa Instituição, é a contratação de serviços educacionais de qualidade e, tal parâmetro passa, sob nosso ponto de vista, na maximização do tempo dedicado ao estudo.

Assim sendo, a composição do Calendário Acadêmico além do patamar mínimo estabelecido pela legislação vigente é uma meta a ser alcançada. Compreendemos que tal postura coaduna com a

visão de respeito a nossos alunos, seja com relação às expectativas depositadas na Instituição, relacionadas à sua formação, seja quanto ao esforço relacionado ao pagamento de suas mensalidades.

Deste modo, o alargamento do Calendário implica na valorização do esforço coletivo (alunos, docentes e colaboradores técnico-administrativos) em formar profissionais competentes e cidadãos.

10.1.2 SEMANA PEDAGÓGICA DOCENTE

Objetivo: Preparar o Corpo Docente do **Unicesumar** para as atividades do ano letivo, assim como apresentar ao grupo de professores as questões mais atuais presentes no universo da Educação Superior, por meio da realização de Palestras, Oficinas, Workshops e Reuniões Pedagógicas com o intuito de, simultaneamente, planejar as ações acadêmicas e pedagógicas que serão desenvolvidas no âmbito da Instituição e seus cursos assim como fomentar o desenvolvimento e aplicação de estratégias didáticas inovadoras.

10.1.3 SENSIBILIZAÇÃO DO ALUNADO

Objetivo: Apresentar a visão de conduta a ser seguida pelo aluno ao ingressar nos cursos do **Unicesumar**. Em linhas amplas, conforme dito pelo Prof. Wilson Matos, Reitor da Instituição: “Objetivamos converter a sociedade brasileira à sociedade do conhecimento”. Neste contexto, apresentam-se fatos relacionados ao desenvolvimento das nações e o papel da educação nas sociedades cujo sucesso econômico e social é modelo para o desenvolvimento de nosso país. Objetiva, portanto, confrontar o aluno com sua própria realidade demonstrando que sua própria conduta durante o curso é fator fundamental para seu sucesso em sua carreira profissional.

10.1.4 INTEGRAÇÃO COM OS PAIS

Objetivo: Apresentar aos pais de alunos ingressantes no **Unicesumar** a visão relacionada ao compromisso de oferecer ensino de qualidade, assim como a responsabilidade compartilhada entre pais e Instituição, desde o momento do ingresso até a formatura, com o desenvolvimento de seus filhos. Do mesmo modo como apresentado aos alunos, objetiva-se compactuar conduta a ser seguida pelo aluno ao ingressar nos cursos do Unicesumar, solicitando dos pais o apoio necessário ao cumprimento deste objetivo. Tal qual realizado na Sensibilização do Alunado, apresentam-se fatos

relacionados ao desenvolvimento das nações e o papel da educação nas sociedades cujo sucesso econômico e social é modelo para o desenvolvimento de nosso país. Nesse sentido, esta ação compartilha os mesmos objetivos.

10.1.5 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Objetivo: Fornecer aos estudantes ingressantes condição de acompanhamento das disciplinas ministradas nos cursos de graduação do **Unicesumar** por meio da oferta ou recuperação de conteúdos básicos do Ensino Médio, cujo desconhecimento implica atrasos ou dificuldades aos alunos. Os Cursos são ofertados gratuitamente aos alunos ingressantes nas áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Química, Física, Cálculo e Biologia, com carga horária de 40 ha em aulas semanais realizadas as sextas (tarde), sábados (manhã e tarde) e domingo (manhã).

Alunos com avaliação positiva (média final maior ou igual a 6,0) e índice de presença igual ou superior a 80% das aulas ministradas recebem 1,0 ponto na média de disciplina relacionada àquela cursada no Programa de Nivelamento, a ser indicada pela Coordenação de Curso. Além disso, todos os alunos aprovados (i.e. aqueles com média igual ou superior a 6,0 e presença igual ou superior a 75% das aulas ministradas) recebem certificado que dá direito ao cumprimento de carga horária como Atividade Complementar, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

10.1.6 AULAS ESTRUTURADAS

Objetivo: Acompanhar o Plano de Ensino/Aula Estruturada. Sequência sistematizada dos passos que serão desenvolvidos no dia letivo e com as metas que se deseja alcançar, como conhecimentos/conteúdos, competências e habilidades, indicando as bibliografias, metodologias e demais fatores que envolvem o processo de ensino e aprendizagem da aula e disciplina.

10.1.7 ATIVIDADES DE ESTUDO PROGRAMADO

Objetivo: Estruturar a atividade de estudo extraclasse do alunado dos cursos de graduação presencial do **Unicesumar**. Garantir tempo de estudo destinado à fixação dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos em sala de aula, proporcionando melhor e maior rendimento acadêmico e viabilizando o cumprimento integral da carga horária prevista nos Projetos Pedagógicos de Curso.

10.1.8 DISCIPLINA DE FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA

Objetivo: Estudar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais com vistas à atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Trata-se de uma disciplina institucional que tem por ementa o Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações **étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena** e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das **políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Além disso, oportuniza aos estudantes o acesso a um conjunto de textos dos mais diversos gêneros e assuntos.

10.1.9 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS PROVAS

Objetivo: Garantir a realização de avaliações com grau de dificuldade compatível com os objetivos Institucionais de ofertar ensino de qualidade e apresentar ao mercado de trabalho, egressos aptos ao exercício das profissões relacionadas aos cursos oferecidos pelo **Unicesumar**.

As avaliações previstas no calendário acadêmico são previamente analisadas pela coordenação de curso com a finalidade de garantir a elaboração de questões com complexidade compatível com a expectativa de formar profissionais aptos a atuar prontamente no mercado de trabalho. Neste contexto, espera-se que as questões que compõem as avaliações sejam formuladas com a premissa fundamental de verificação dos conteúdos, habilidades e competências vinculados às diversas disciplinas em patamar adequado. Claramente busca-se a excelência do processo de ensino-aprendizagem induzindo o aluno ao esforço necessário à superação dos desafios apresentados na avaliação. Espera-se que, que a avaliação não seja considerada inadequada seja por prevalência de tópicos de baixa ou alta complexidade, tornando-a exacerbadamente fácil ou difícil para a média geral dos alunos da turma.

Além disso, a Avaliação da Qualidade das Provas deve objetivar a construção de questões elaboradas a partir do modelo disseminado nacionalmente pelo Exame Nacional do Desempenho Estudantil (ENADE), ou seja, construídas a partir de situações-problema onde são necessários conhecimentos que inter-relacionam teoria e prática, capacidade de interpretação (textos e gráficos), de

reflexão, de raciocínio lógico e expressão correta, coerente e concisa das respostas. Além disso, deve ser garantida a elaboração de questões dissertativas, como forma de garantir tais objetivos.

Finalmente, a Avaliação da Qualidade das Provas deve servir de parâmetro para identificar docentes, candidatos a procedimentos de capacitação.

10.1.10 FISCAIS DE PROVAS

Objetivo: Garantir idoneidade aos processos avaliativos das disciplinas ministradas no Unicesumar. Na realização de avaliações definidas no Calendário Acadêmico objetiva-se auferir resultado individual realmente vinculado à capacidade do aluno de demonstrar seu aprendizado. Neste contexto, em turmas onde há grande número de alunos (maiores do que trinta estudantes) determina-se a presença de um colaborador cuja função é auxiliar o docente na tarefa de coibir eventuais tentativas de burlar o objetivo precípua da avaliação.

Compreende-se que, dado o objetivo de formar cidadãos éticos e responsáveis, conforme estabelecido na Missão Institucional, o **Unicesumar** tem a obrigação diante da sociedade de garantir que os resultados do processo avaliativo estão isentos de qualquer mácula desabonadora.

10.1.11 AVALIAÇÃO INTEGRADA

Objetivo: Partindo-se da máxima que aponta que “o todo é maior do que a soma das partes”, a Avaliação Integrada objetiva realizar avaliação do desempenho discente sob a ótica interdisciplinar, uma vez que cada disciplina, em tese, apresenta-se responsável somente pelo conteúdo a ela vinculado.

10.1.12 AVALIAÇÃO INSTANTÂNEA

Objetivo: Identificar a postura de aprendizagem de docentes e discentes durante o desenvolvimento das atividades letivas.

Baseando-se no pressuposto cognitivo de que para que se realize o processo de aprendizagem é fundamental o estado cerebral de atenção, a Avaliação Instantânea propõe que, a partir do reconhecimento da condição corporal de docentes e discentes, além da forma como se apresenta (em termos disciplinares) o conjunto turma e professor, seja possível reconhecer – em linhas gerais – se o grupo encontra-se, nas palavras do Prof. Wilson Matos, Reitor do **Unicesumar** em

“Estado de Alerta”. Tal postura compreende, para o alunado, posicionamento confortável na carteira escolar, com o tronco ereto, levemente apoiado no espaldar da cadeira, pernas flexionadas e pés perfeitamente apoiados no solo, além de olhar atento nas orientações emanadas pelo professor. Este, por sua vez, deve apresentar-se posicionado em pé, movimentando-se pelo púlpito de modo a ser perfeitamente visualizado por toda a turma ao mesmo tempo em que observa atentamente cada aluno, de modo a corrigir eventuais deslizes disciplinares e/ou orientar o grupo com relação à atenção a postura própria e aprendizagem.

10.1.13 AVALIAÇÃO DAS MÉDIAS BIMESTRAIS

Objetivo: Acompanhar o resultado médio das avaliações de cada turma e disciplina como indicador do desempenho geral dos alunos em cada disciplina. Disciplinas em que são constatados desempenhos médios acima de 7,0 ou abaixo de 4,0 devem ser acompanhadas pelo coordenador do curso visando identificar problemas relacionados à metodologia de ensino, qualidade das avaliações ou de outra natureza que conduzam a discrepâncias em termos de comportamento geral. Fundamentada estatisticamente, esta ação tem como pressuposto estabelecido que os resultados das médias obtidas pelos alunos acompanham curva de distribuição normal. Neste contexto, valores elevados ou muito baixos de média geral denotam comportamento excepcional e induzem à necessidade de verificação das estratégias adotadas em sala de aula pelo docente.

10.1.14 AVALIAÇÃO DE FALTAS

Objetivo: Acompanhar a frequência do alunado nas diversas disciplinas ministradas, tendo como indicador a Média de Faltas do alunado apontadas no Sistema de Registro de Presenças.

10.1.15 SUPEVISÃO OPERACIONAL

Objetivo: Supervisionar a ação docente, gerando informações e indicadores relativos a atrasos, faltas ou outros eventos potencialmente prejudiciais à oferta de ensino de qualidade, proposta pelo **Unicesumar**.

10.1.16 RETENÇÃO E CONTROLE DE EVASÃO

Objetivo: Reduzir o índice de evasão e aumentar a retenção de alunos, tendo como base comparativa as matrículas ativas no ano corrente em relação aos períodos anteriores.

10.1.17 ENADE

Objetivo: Obter nota mínima 3 (três) no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e ENADE.

10.1.18 AÇÕES DO ENADE

Objetivo: Acompanhar o processo de aprendizagem e de desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação; suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão.

10.1.19 PLANO DE METAS

Objetivo: Gerenciar as ações de qualidade e cumprimento das metas estabelecidas. Destina-se aos gestores acadêmicos dos centros – Direções de área e coordenações dos cursos de graduação, na qual será produzido mensalmente um Índice de Gestão e Cumprimento de Metas (IGCM) com pesos específicos para cada meta.

10.1.20 MÉRITO ACADÊMICO

Objetivo: Incentivar o aluno a evoluir, a estudar, ler, produzir e alcançar uma satisfação acadêmica que o fará ter um futuro promissor. Levantamento bimestral das médias por série. Cada série terá um melhor aluno destaque do bimestre. Socialização do Levantamento. Confecção das Camisetas. Confecção dos Certificados. Almoço “Melhores Alunos”.

10.1.21 FALTA COLETIVA

Objetivo: Sensibilizar os alunos a evitarem o Gazeamento Coletivo. A turma que fizer uso dessa prática, terá 1(hum) ponto a menos na(s) disciplina(s) que foi(foram) gazeada(s).

10.1.22 PROGRAMA GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo: Incentivar Docentes e Técnico-Administrativos da **Unicesumar** a participar de treinamentos institucionais e programas de treinamentos que visam atender as necessidades/demandas de cada Coordenação/setor. O plano de treinamentos foi criado considerando o levantamento de necessidades de treinamento, que foi realizado com base: nas descrições de funções (descrição de cargo), entrevistas de desligamentos, pesquisas de clima, avaliação do período de experiência e por avaliação dos gestores.

10.1.23 ALUNO OCULTO

Objetivo: Garantir a idoneidade aos processos avaliativos das disciplinas ministradas na **Unicesumar**. O aluno oculto se faz presente nas avaliações presenciais, nos polos de educação à distância, visando acompanhar o ambiente avaliativo e se este se encontra em conformidade com a missão da IES.

10.1.24 VISITA AOS POLOS: COORDENADORES

Objetivo: Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e avaliativo dos cursos da **Unicesumar**. Os coordenadores de curso cumprem uma agenda anual onde visitam todos os polos de apoio presencial, visando um contato com os alunos, avaliando o grau de satisfação e de aprendizagem, a infraestrutura e de pessoal e se os mesmos se encontram em conformidade com a missão da IES.

10.1.25 ENQUETE NAS AULAS AO VIVO

10.1.26 AVALIAÇÃO AO FINAL DE CADA MÓDULO

10.1.27 INDICADORES: SAE, SPO, MENSAGENS.

10.1.28 SISTEMA BI

10.1.29 CONVENÇÃO ANUAL COM OS POLOS

10.1.30 ENCONTROS REGIONAIS DE FORMAÇÃO

10.1.31 ENCONTROS SEMANAIS DE TREINAMENTO

10.1.32 PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

11. POLÍTICAS ACADÊMICAS

11.1 POLÍTICAS DE ENSINO

O **Unicesumar** mantém cursos de graduação na modalidade presencial e a distância organizados em três áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; b) Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; c) Ciências Biológicas e da Saúde.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância, concebe essa modalidade de ensino como agente “de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras”

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, o **Unicesumar** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;

- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Aprimorar a metodologia de ensino a distância nos cursos ofertados;
- XII. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;
- XIII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIV. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XVI. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;

- XVII. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVIII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XIX. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

11.2 POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O propósito de atender às demandas sociais pela Educação, no atual contexto sócio-histórico-cultural das comunidades onde está inserida, o **Unicesumar**, diretamente inferido da Missão e dos Fins, implica o reconhecimento de considerável parcela da população que busca o conhecimento sem, contudo, lograr transpor distâncias geográficas e descompassos temporais para realizar seus estudos em modalidade a distancia, no Centro Universitário de Maringá.

Com efeito, as novas características do mundo do trabalho criam exigências de acesso facilitado e flexível ao conhecimento, nos aspectos físicos e temporais, bem como na estruturação pedagógica dos cursos.

Dessa forma, a concretização da Missão institucional implica, entre outras dimensões, a crescente implantação de cursos na modalidade Educação a Distância (EAD). Este desiderato, constante do PDI em seus lineamentos gerais, é de objetivos mais claros e completos, que constituam efetiva orientação para sua implantação, sem que revoguem as diretrizes anteriores.

A principal política estabelecida e a de Buscar continuamente a excelência nos cursos de graduação, e, alcançar indicadores de qualidade, em todas as áreas ofertadas no EAD transpondo todas as barreiras e dificuldades, proporcionando ao nosso aluno a capacidade de concorrer no mercado de trabalho tão competitivo, com sucesso.

Para alcançar esse objetivo a **Unicesumar** solicitou junto ao Ministério da Educação mais de 300 polos de apoio presencial, em endereços que atendem ao padrão de qualidade para essa modalidade. Ainda, a contratação de Corpo Docente e de Tutores para o acompanhamento da vida acadêmica, avaliando continuamente todas as ações da Educação a Distância.

A proposta da implantação da modalidade à distância, alicerçada nas atividades da equipe multidisciplinar que constitui o NEAD, surge da dinâmica do ensino superior e das atividades de

educação que são inerentes às ações de desenvolvimento. A últimação do PDI do período anterior, já apresentava a inclusão da modalidade a distância como área de atuação da **Unicesumar**, devidamente aprovada e autorizada pelo Ministério da Educação.

As diretrizes da **Unicesumar** para o estudo de expansão de seu crescimento e de novos polos são normativas alinhadas à missão e valores da instituição. Elas refletem não só os objetivos da **Unicesumar** para o futuro, mas, também a maneira como a instituição relaciona-se com a sociedade, seu papel e impacto por ela exercido.

Como primeiro passo para o esclarecimento dessas diretrizes, regata-se a missão da instituição: “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.”

Na busca pela concretização de sua missão, a **Unicesumar** estabelece as seguintes diretrizes:

- Priorizar, em suas atividades, o diagnóstico, num caráter regional, dos problemas e necessidades, estabelecendo uma relação com a sociedade para propor alternativas de soluções através de projetos e programas, de modo a propiciar uma participação efetiva do aluno na comunidade e na resolução de problemas;
- Assegurar uma estrutura administrativa e organizacional de forma que as propostas decisórias tenham participação democrática;
- Propiciar a comunidade acadêmica uma participação dialógica nas definições das políticas de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo uma relação inclusiva;
- Viabilizar as condições necessárias para a promoção da qualificação e educação continuada do corpo docente e administrativo;
- Aperfeiçoar e intensificar a integração entre órgãos, setores e atividades afins, promovendo atividades culturais que envolvam toda a comunidade acadêmica;
- Manter os cursos, das diferentes áreas, em contínuo e crescente processo de avaliação, buscando a excelência do padrão de qualidade, de modo a oferecer um ensino com qualidade e equidade;
- Intensificar a busca por novas parcerias e projetos, contribuindo para a formação profissional de nossos alunos e com o desenvolvimento regional integrado;
- Promover a conscientização, da comunidade acadêmica, quanto a necessidade do zelo e manutenção das instalações físicas e equipamentos necessários ao bom desempenho do ensino, pesquisa e extensão;
- Articular Ensino, Pesquisa e Extensão, propiciando uma formação integral ao acadêmico de modo a contribuir para a formação de uma consciência crítica, que lhe permita refletir sobre a

problemática social, de seu papel como sujeito e ator social no processo de mudança e construção de sociedade mais justa e igualitária;

- Articular e promover a interdisciplinaridade e uso de metodologias alternativas e abrangentes, de modo a formar profissionais dotados de conhecimentos do todo e habilitados a uma prática competente, ética e socialmente responsável;

- Enfatizar e participar, como já tem feito sistematicamente, da preservação do meio-ambiente, por meio da Educação Ambiental e da elaboração de projetos, visando a participação de acadêmicos e da sociedade na preservação de nosso ecossistema e aproveitamento sustentável das riquezas da região;

- Buscar a produção do conhecimento em todas as suas formas, questionando as teorias e os processos de investigação, fazendo do ato educativo um trabalho para a práxis profissional consciente e voltada para a resolução dos problemas impostos à sociedade como um todo.

Dessa forma, a busca por oportunidades de abertura de novos polos perpassa pelos seguintes indicadores:

- Demografia;
- Crescimento Demográfico na última década;
- Localização Geográfica;
- Presença de outras instituições oferecendo cursos superiores a distância;
- Potencial impacto social (melhoria e qualificação da mãe de obra);
- Interiorização da educação no cenário nacional;
- Fortalecimento da Marca **Unicesumar**;
- Consolidação de mercados;

Com base nos indicadores relatados, realizou-se um estudo que irá revelar quais municípios atendem o maior número de itens, em uma dinâmica de expansão geográfica que seja viável sob a ótica operacional.

11.3 POLÍTICAS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o aluno em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar

aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do aluno em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, o **Unicesumar** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação, essencial ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica institucionalizada. O programa de pós-graduação é responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da instituição e da região, avançando sempre na produção do conhecimento científico. Centrado nesta convicção, o **Unicesumar** tem uma Pós-graduação voltada para a garantia da subsistência científica, à formação e ao aperfeiçoamento constante do profissional, a fim de que este se sinta efetivamente um cidadão e um profissional apto para acompanhar a modernidade.

O Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Jurídicas em nível de Mestrado, credenciado pela CAPES, está se consolidando. Novos Programas de Pós-graduação em nível de mestrado estão sendo concebidos e outros se encontram na CAPES para credenciamento.

Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* do **Unicesumar** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As políticas institucionais para o Ensino de Pós-graduação são:

- I. Fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. Constituir a pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento ao **Unicesumar** e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- III. Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e do exterior;
- IV. Desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- V. Ampliar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;

- VI. Incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;
- VII. Ampliar a oferta de cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação.

11.4 POLÍTICAS PARA A PESQUISA

O **Unicesumar** estabeleceu a pesquisa como prioridade. Esse compromisso redireciona as contratações e formação de recursos humanos, a estruturação de grupos e linhas de pesquisa, assim como investimentos em infraestrutura e novas tecnologias de comunicação e informação. Essas iniciativas consistem no preparo de qualidade acadêmica e visam consolidar sua comunidade de conhecimento, integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No entanto, a lacuna entre ensino, pesquisa e extensão, tão difícil de ser superada, expressa a realidade da maioria das instituições de ensino superior. A principal tarefa a ser realizada consiste em envolver o corpo docente e discente para o engajamento nessas três grandes áreas (ensino, pesquisa e extensão), na tentativa de superar o trabalho isolado e solitário dentro da academia. Segundo Demo (1992), essa dicotomia conduz à cisão entre teoria e prática, pois não há relação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos alunos. Esse é um grande desafio.

No entanto, a possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para o **Unicesumar** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002:34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, permite rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos alunos ‘o questionamento reconstrutivo’, isto é, a capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto

pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos alunos na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de alunos.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional do **Unicesumar**.

A partir de 2001, foi privilegiada a inserção de estudantes de graduação nos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq e nos projetos de pesquisa em andamento, em especial por meio do PIBIC/CNPq **Unicesumar**, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, mantido com recursos próprios e recursos federais oriundos da mais importante Agência de fomento à pesquisa do Brasil - o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Com o intuito de fomentar a pesquisa institucional, bem como sua divulgação e intercâmbio científico, o **Unicesumar** é responsável pela publicação, impressa e on-line de periódicos científicos indexados. Por outro lado, o **Unicesumar** possui uma moderna biblioteca, com acervo de alto nível, com diversas bases de dados, assim como acesso ao Portal da CAPES.

Para dar suporte aos professores e pesquisadores, o **Unicesumar** ainda conta com: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, Comitê Assessor de Pesquisa, Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica e Programa de Apoio e Capacitação ao Desenvolvimento Profissional.

As atividades de pesquisa, portanto, constituem-se um dos importantes pilares da educação de qualidade do **Unicesumar**, permitindo o desenvolvimento e o constante avanço do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que o **Unicesumar** tem contribuído não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que exerce papel transformador na sociedade.

11.5 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Desde o seu credenciamento, em 2002, o **Unicesumar** tem ampliado suas ações extensionistas visando ao cumprimento de sua missão e também seu compromisso com a sociedade.

A consolidação da extensão universitária exige políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade.

Foram aprovadas, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em março de 2005, as Políticas e Normas de operacionalização da Extensão Universitária, por meio da Res. 002/2005. O presente documento visa explicitar as diretrizes institucionais para o desenvolvimento das atividades extensionistas de nosso Centro Universitário, na busca da consolidação de nossas ações.

A política de Extensão Universitária está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para tanto, foram estabelecidas dez políticas de extensão do **Unicesumar**:

- Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- Incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- Divulgar e apoiar a produção acadêmica;

- Enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada a distância;
- Apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

11.6 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

”Os estudantes com “necessidades educacionais especiais” devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada no aprendiz, capaz de atender às suas necessidades. (Declaração de Salamanca, *apud* GOMES, 2009. p. 34).

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o

mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e sub-emprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O **Unicesumar**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.
- Manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

11.7 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O **Unicesumar**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº. 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

A política de inclusão social estabelecida pelo **Unicesumar** possui os seguintes objetivos:

- I. promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso no **Unicesumar**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

O **Unicesumar** possui ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades:

- I. a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante por meio da produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- II. a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- III. a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;
- IV. a melhoria das condições da sociedade, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e

processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

O **Unicesumar** se empenha para articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, visando:

- I. a contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- II. à implementação de políticas curriculares compatíveis com as necessidades concretas da sociedade;
- III. à descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- IV. à experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa;
- V. ao desenvolvimento de atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros, afro-descendentes e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub representados.

11.7.1 PROJETO DE INCLUSÃO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O movimento em prol da educação inclusiva tem representado um desafio para a educação superior. Tem-se notado que a partir das políticas de inclusão há uma maior necessidade de preparação da comunidade acadêmica para receber estes alunos. Diante disso, a **Unicesumar** propõe uma Política de Educação Inclusiva calcada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que respeite as diferenças e forneça condições de igualdade de oportunidades e que possibilite um movimento de real inclusão dos alunos com deficiências e dos que apresentam algum tipo de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

Essa Política de Educação Inclusiva visa atender os alunos já matriculados em nossa instituição, bem como preparar as ações e os procedimentos para demais casos que possam chegar a nossa comunidade acadêmica, garantindo a acessibilidade a todos os acadêmicos com deficiência e/ou NEEs respeitando o seu direito de matrícula e permanência no Ensino Superior.

Na busca de referenciais legais para a construção deste projeto, destaca-se o capítulo V da Lei nº 9394/96 que trata da educação especial e, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior; [...]

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei nº 9394/96, destaca-se um conjunto de documentos que regem os compromissos que devem ser cumpridos em relação a questões que envolvem a Educação Inclusiva.

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente	Apresenta artigos que influenciam as legislações e a educação voltadas para os deficientes.
LDB 9.394/96, cap. IV	Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.
Aviso Circular nº 277/96	Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
Lei 10.098/2000 Lei da Acessibilidade	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto nº 3.956/01	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de

	Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.436/02	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
Lei Estadual do Paraná 10845/2004	Apona os objetivos do Atendimento Educacional Especializado, cumprindo o disposto no Art. 208 da CF.
ABNT NBR 9.050/04	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
Plano de Desenvolvimento da Educação/2007	O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de

	professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
<i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)</i>	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
<i>Decreto nº 6.949/09</i>	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
<i>Decreto nº 7.234/10</i>	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
<i>Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010</i>	Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.
<i>Decreto nº 7.611/11</i>	Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
<i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012</i>	Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.
<i>Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012</i>	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Decreto Nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014	Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei Nº 13.146, de 6 De Julho De 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: MEC. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Julho, 2013.

As políticas públicas para a Educação Especial no Brasil, na tratativa sobre a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista traz a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012², bem como o Decreto Nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014, que regulamenta a mesma, no qual, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Decreto vigente em seu Art. 1º considera a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Dessa maneira, este público passa a se enquadrar na Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (2008)³, no qual, garante a inclusão e o AEE.

Em relação à educação, conforme a Lei apresentada, em seu Art. 4º assegura o direito à inclusão deste público em todos os níveis de ensino.

Art. 4o É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2012).

Assim, a legislação vigente aponta um norte para as políticas educacionais brasileiras, voltadas ao atendimento dos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o objetivo de assegurar o direito à educação a todos de forma igualitária, ou seja, uma educação democrática.

Em relação aos alunos que apresentam deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os documentos já citados convêm destacarmos a Lei nº 10.098/2000, no qual em seu Art. 1º estabelece,

Art. 1º normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário

² BRASIL. Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 30/03/2015.

³ BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 7 de Janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acesso em 07/04/2015.

urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).⁴

Para fins de compreensão, a Lei n.º 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, assim define, em seu art. 8º, o que se deve entender por acessibilidade e as barreiras que a impedem ou dificultam:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (Brasil, 2004).

Essa lei abre novas discussões, e a partir da Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003, as Instituições de Ensino Superior contam com a orientação sobre os requisitos de acessibilidade para atender esse público.

A Educação Inclusiva é destinada a todos os alunos, sem discriminação de raça, cor, religião ou qualquer tipo de deficiência. Diante disso, o Decreto 6949/2009 no qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Artigo 9º, discute as questões de eliminação das barreiras de Acessibilidade, que implicam nas barreiras à acessibilidade arquitetônica; de comunicação; o acesso a informações, pedagógicas, como também a eliminação das barreiras à acessibilidade digital.

§1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

⁴ BRASIL. Lei nº 10.098/2000, de 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10098.htm. Acesso em 31/03/2015

No que se refere à Educação, o referido Documento em seu Artigo 24, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação. No qual, os Estados Parte deverão assegurar esse direito de forma que:

- §2. a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob a alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2009)⁵.

A inclusão educacional compreende o atendimento à todos os alunos e em todos os níveis de ensino. Dessa maneira, segundo a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva de 2008, o atendimento deve se estender também aos alunos com Distúrbios de Aprendizagem e TDAH, os quais também requerem um atendimento educacional especializado e, como revela o documento, se enquadram no grupo dos Transtornos Funcionais Específicos. Podemos apontar como os que fazem parte deste grupo de alunos com NEEs, os que apresentam: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, e ainda os com transtorno de atenção e hiperatividade (BRASIL, 2008).

A Lei Nº – 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 1º destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015)⁶.

Assim, podemos dizer que a educação inclusiva, oportuniza a garantia de que os direitos dos alunos com NEEs sejam atendidos frente as suas necessidades específicas.

Apontamos que a partir da legislação vigente, o Brasil vem delineando ações de forma que a Educação Especial, pouco a pouco, ganha relevância com a educação inclusiva, e, de acordo com as leis e documentos oficiais, a educação inclusiva destina-se para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) em todos os níveis de ensino, isto é do básico ao nível superior.

⁵ BRASIL. Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 31/03/2015

⁶ BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 16/07/2015.

Diante disso, a Instituição de Ensino Superior **Unicesumar** vem buscando atender os alunos com deficiência ou NEEs nos termos da lei, visando à oferta do Atendimento Educacional e a eliminação das barreiras à acessibilidade para ofertar um ensino de qualidade.

11.8 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A delimitação da política de responsabilidade social é exigência do Ministério da Educação. Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, essa política está relacionada à contribuição com a inclusão social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, completando o compromisso social da instituição na qualidade de portadora do bem público e dos princípios de cidadania, independentemente de sua natureza jurídica, o que não significa adotar políticas assistencialistas ou antigas ações de filantropia. Adotar políticas que atendam tais exigências ministeriais requer que todos os sujeitos integrantes da comunidade acadêmica percebam de forma direta e indireta as ações coletivas dessa natureza em todos os níveis, até mesmo a sociedade como um todo. Nesse sentido, a responsabilidade social está imbricada não só com os Projetos de Extensão desenvolvidos pela IES, como também com as ações que os envolvem e que estão voltadas para a melhoria de cada um deles. É um caminho vocacionado para uma contribuição que vai além do progresso científico-tecnológico-cultural, com o intuito de possibilitar melhoria concreta nas condições de vida da comunidade que interage com a IES.

Dessa forma, o **Unicesumar** desenvolve suas políticas de responsabilidade social em consonância com sua missão para o atendimento de seus funcionários, professores, gestores e membros da comunidade em geral, por meio de ações oriundas das diretrizes abaixo:

- I. Manter o Programa de Bolsa de Estudos e Bolsa Trabalho Institucionais e/ou parcerias com empresas da região e instituições públicas e privadas;
- II. Manter os Programas de Extensão;
- III. Manter o Programa de Cessão de Espaços e de Recursos Institucionais para a Sociedade Organizada;
- IV. Programas de Educação Continuada;
- V. Manter Programas de Atendimento à Comunidade por meio de práticas pedagógicas realizadas em suas clínicas, hospital escola, restaurante escola, farmácia escola, fazenda escola, posto de saúde em parceria com a Prefeitura Municipal, hotel escola,

Unicesumar empresarial, rádio universitário, canal televisivo, núcleo de prática jurídica, Programa de Medicina Veterinária – Carroceiro Cidadão;

- VI. Manter Projetos Especiais e Culturais;
- VII. Fortalecer o Programa de Incentivo à Preservação do Meio Ambiente.

11.9 POLÍTICAS PARA A GESTÃO E INFRAESTRUTURA FÍSICA

Esse documento, conforme já explicitado, tem por objetivo a orientação da atividade fim do **Unicesumar**. No entanto, a gestão do processo acadêmico supõe uma administração que confira condições operacionais e recursos necessários para o desenvolvimento de seus objetivos e metas. Todas as diretrizes políticas e estratégias de operação são estabelecidas no **PDI**, do plano plurianual, organizados, preferencialmente, em torno de programas e projetos específicos nele apontadas. Essas políticas estão organizadas em seis tópicos, conforme os subitens abaixo elencados.

- Política de sustentabilidade financeira
 - I. Assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros;
 - II. Manter políticas de planejamento, de coordenação e de gerência em sintonia e sinergia com os funcionários envolvidos;
 - III. Assegurar a socialização do **PDI**.

11.10 POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- I. Estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação do **Unicesumar**;
- II. Fortalecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados, com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão;

- III. Aprimorar o Projeto Integração de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação do **Unicesumar**;
- IV. Identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão;
- V. Promover a realização de Projetos no âmbito dos cursos de graduação e das unidades prestadoras de serviços que possam gerar receitas ou aumentar a visibilidade do **Unicesumar**;
- VI. Fomentar e viabilizar a realização de consultorias (**Unicesumar** empresarial) pelos docentes e discentes;
- VII. Identificar potencialidades e viabilizar parcerias para comercialização de produtos de natureza tecnológica desenvolvidos na instituição.

11.11 POLÍTICA DE RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE ACADÊMICA

- I. Fortalecer o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional e de Capacitação Docente e Técnica do **Unicesumar**;
- II. Fortalecer a produção acadêmica docente e discente difundida por meio de eventos e provimento de meios para a publicação de produção científica das revistas indexadas em veículos de divulgação científica;
- III. Aprimorar o Programa de Nivelamento, visando oferecer aos alunos ingressantes a oportunidade de sanar as deficiências de conteúdos pertinentes à educação básica;
- IV. Fortalecer o Programa de Atendimento Psicossocial e Psicopedagógico dos alunos;
- V. Fortalecer o Programa de Valorização do profissional docente baseado em experiência profissional e não só em titulação docente;
- VI. Aprimorar o Programa de Qualificação Profissional do Técnico-administrativo;
- VII. Aprimorar o atendimento didático-pedagógico aos docentes;
- VIII. Aprimorar o Programa de Flexibilização e Simplificação dos processos administrativos;

- IX. Aprimorar o Programa de Atividades Artísticas e Culturais e os espaços de convivência e lazer da comunidade acadêmica;
- X. Aprimorar o Programa de Incentivo a Atividades Desportivas da Comunidade Acadêmica.

11.12 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

- I. Aprimorar a Política de Comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral;
- II. Aperfeiçoar a Política de Comunicação com a comunidade interna e a comunidade loco-regional;
- III. Fortalecer a comunicação da Assessoria de Imprensa;
- IV. Fortalecer a Política de Responsabilidade Social por meio da divulgação da imagem de seus serviços junto à população, articulando sua história, seus objetivos e suas projeções para o futuro;
- V. Aprimorar as Políticas de Tecnologias de Comunicação e Informação do **Unicesumar**.

11.13 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DE PLANEJAMENTO

- I. Fortalecer as Políticas de Auto avaliação e da Avaliação Externa na sua prática, visando o aprimoramento dos processos acadêmicos e de gestão;
 - II. Aprimorar a comunicação dos resultados da avaliação institucional em sintonia com o planejamento em todos os seus níveis, para melhor consistência técnica dos diagnósticos apresentados;
 - III. Ampliar e fortalecer o Projeto da Disciplina de Formação Sociocultural e Ética, das Oficinas de Compreensão Leitora e demais ações do Núcleo de Apoio Pedagógico;
 - IV. Aprimorar os Programas de Ouvidoria, Capelania e de Aconselhamento Acadêmico.
- Política da Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão

- I. Acompanhar e manter atualizados os documentos norteadores: PDI, PPI, PPCs, estatuto e regimento da IES em consonância com as legislações do ensino superior e com os resultados das avaliações internas e externas.

11.14 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O fortalecimento das relações internacionais, o intercâmbio e desenvolvimento de ações na área de tecnologia e de negócios, a implementação de ações de cooperação nos campos do ensino, pesquisa, extensão e de assessoria nas áreas de planejamento estratégico e gestão universitária são objetivos da cooperação internacional que o **Unicesumar** estabelece, principalmente, com os países de língua portuguesa. Aliando a infraestrutura à prática educacional, o **Unicesumar** procura oferecer formação sólida, garantindo ao aluno o aprendizado que lhe permita atuar com competitividade no mercado de trabalho.

Os convênios firmados para o fortalecimento da internacionalização são:

- Missouri State University – English Language
- Universidade Técnica de Angola
- Alma Mater Studiorum – Universita Di Bologna
- Universidad Andrés Bello
- Universidade do Porto
- University of Bridgeport
- Universidad Mayor (Chile)
- Universidad Autónoma Del Estado de Hidalgo
- Harvard Business School – Institute for Strategy & Competitiveness
- Galway-Mayo Institute of Technology
- Banco Santander – Bolsas de Intercâmbio Ibero-Americanas

11.15 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O **Unicesumar** dispõe atualmente de infraestrutura de **Tecnologia da Informação (TI)** com rede de comunicação que interliga computadores, impressoras entre outros dispositivos. Essa rede está conectada à Internet banda larga. Para manter este parque tecnológico a **Unicesumar** conta com um Departamento de Tecnologia da Informação. Esse é responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de tecnologia visa garantir aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão do **Unicesumar** a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O programa de atualização do **Unicesumar** oferece acesso à alta tecnologia de hardwares e softwares disponíveis no mercado.

O **Unicesumar** possui 145 laboratórios de informática com 3.876 computadores que atendem atividades práticas nos cursos de graduação, pós-graduação, extensão. As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos dos laboratórios de informática são substituídos e/ou atualizados. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos.

O **Unicesumar** possui aproximadamente 7.250 computadores distribuídos nos laboratórios específicos dos cursos, departamentos acadêmicos e departamentos administrativos do **Unicesumar**. As atualizações dos equipamentos são periódicas. A frequência de compra de equipamentos para substituição é semestral, mantendo atualizado com bom tempo médio de uso.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pela Pró-reitoria Administrativa) e critérios técnicos.

Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede, demanda de manutenções corretivas e uso de energia elétrica.

Os departamentos técnicos administrativos também podem desenvolver projetos de expansão. Neste caso, os projetos devem ser encaminhados para avaliação da Pró-reitoria Administrativa.

Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao Departamento de TI que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento de Compras.

O Departamento de TI possui uma equipe de técnicos e monitores de laboratórios de informática. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de TI em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do Departamento de TI.

12. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

As instituições de ensino superior, como as demais instituições escolares, se caracterizam por serem organizações extremamente complexas, em que o fator humano se sobressai como elemento determinante. “Não existe escola sem professor e sem estudante”, ambos se constituem em elementos essenciais no processo, o qual envolve uma ética, uma cultura, uma estética, uma linguagem, valores, espiritualidade e aspectos antropológicos e socioambientais. Gerir ou administrar uma organização com estas características e arquitetar instâncias decisórias que deem fluidez e precisão ao processo, se constitui num grande desafio que exige a abertura e o espaço para o constante aprimoramento para a gestão estratégica.

O **Unicesumar** possui uma estrutura organizacional e administrativa que dá sustentação a essas características e que flui por suas várias instâncias, a qual apresentamos a seguir.

12.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa do **Unicesumar** está explicitada no Título II – Capítulo I de seu Estatuto.

A administração do **Unicesumar** compreende os seguintes órgãos colegiados superiores:

a) Conselho Universitário (CONSUNI);

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

- Conselho Universitário (CONSUNI) - órgão superior do Centro Universitário, que dispõe de funções normativa, consultiva, deliberativa, recursal e de instância final.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) - órgão de natureza consultiva, normativa e deliberativa em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

12.2 A ADMINISTRAÇÃO DO UNICESUMAR: ÓRGÃOS EXECUTIVOS

- a) Reitoria - responsável pela administração geral do Centro Universitário, coordena, acompanha e executa as políticas definidas pelos conselhos superiores e mantenedores.
- b) Vice-Reitoria - A Vice-Reitoria é exercida pelo Vice-Reitor que tem atribuições permanentes no âmbito do **Unicesumar**, definidas pelo Reitor, assim como atribuições delegadas, competindo-lhe ainda, substituir o Reitor nos seus impedimentos eventuais e exercer outras funções para as quais tenha sido designado pelo Reitor.
- c) Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) - órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades acadêmicas de ensino de graduação do **Unicesumar**, cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- d) Pró-Reitoria Administrativa (PROAD) - órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades administrativas, financeira e de pessoal do Centro Universitário, cujas atribuições são definidas no Regimento Geral.
- e) Pro – Reitoria de Educação a Distância (PRDED) – vinculada à Reitoria, é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle de todas as atividades atinentes ao ensino de graduação e pós-graduação a distância, cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- f) Pró – Reitoria de Pesquisa, Pós – Graduação e Extensão (PRPPGE) – órgão executivo responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle de todas as atividades referentes à pesquisa, pós-graduação e extensão, cujas atribuições constam no Regimento Geral. Compõem a PRPPGE as Diretorias executivas de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.
- g) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DPDI – vinculada à Reitoria compete planejar, organizar, dirigir e coordenar as atividades de desenvolvimento institucional e de avaliação institucional.

- h) Diretorias de Centros - órgãos executivos, de natureza deliberativa, vinculados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e são responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e controle de todas as atividades administrativas dos cursos vinculados as suas áreas, em consonância com as políticas e diretrizes dos órgãos superiores e cujas atribuições constam do Regimento Geral.
- i) Diretoria de Serviços Acadêmicos – vinculada à Reitoria é o órgão responsável pelas informações de toda vida acadêmica dos estudantes, do seu ingresso à conclusão, colação de grau e expedição de diploma.
- j) Coordenações de cursos: órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e controle de todas as atividades administrativas e acadêmicas, em nível de curso, em consonância com as políticas e diretrizes dos órgãos superiores e cujas atribuições são definidas no Regimento Geral. São vinculadas as respectivas Diretorias de Centros.

12.3 GABINETE DA REITORIA, ASSESSORIAS E ÓRGÃOS ESPECIAIS

São órgãos de assessoramento e de apoio às atividades acadêmicas e administrativas da Reitoria e Pró – Reitorias, criadas pelo Reitor, cuja organização, competências e atribuições são por ele definidas em regulamento próprio.

12.4 ÓRGÃOS COLEGIADOS

São órgãos colegiados:

- a) Conselho Universitário
 - b) Conselho de ensino, pesquisa e extensão.
 - c) Colegiado de curso de graduação
 - d) Câmara de pesquisa e pós-graduação
1. Conselho Universitário - órgão máximo de natureza normativa, deliberativa, jurisdicional e consultiva, que tem a seguinte composição:

Reitor, seu presidente nato; Vice-Reitor; Pró-Reitores; Diretores de Centros; um representante da entidade mantenedora; um representante dos coordenadores de cursos de graduação; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - órgão superior de natureza consultiva, normativa e deliberativa, em matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão e tem a seguinte constituição: Reitor, seu presidente nato; Vice-Reitor; Pró-Reitores; um representante dos coordenadores dos cursos de graduação; um representante dos coordenadores dos cursos e programas de pós-graduação *stricto-sensu*; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente.
3. Conselho de Curso de Graduação - órgão de natureza deliberativa, consultiva e auxiliar, com função de analisar e propor medidas didático-pedagógicas para o funcionamento do curso e para a sua integração nos diversos programas de ensino, de pesquisa e de extensão, que tem a seguinte composição: o coordenador do curso de graduação, seu presidente nato; cinco docentes que ministram aulas no curso; um representante do corpo discente. Suas atribuições são definidas no Regimento Geral.

12.5 ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE APOIO ACADÊMICO

12.5.1 NAP – NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO

Objetivando apoiar a sua metodologia de ensino-aprendizagem, o **Unicesumar** conta com o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP, que vinculado à Reitoria e à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DPDI, tem por função supervisionar os procedimentos dos Cursos de Graduação, analisando as atividades curriculares, assim como sugerindo formas alternativas para a superação tanto de dificuldades inerentes aos processos de ensino quanto aos processos de aprendizagem.

Sob demandas definidas da área educativa, o NAP promove cursos, eventos, seminários, orientação aos docentes e discentes. Direcionando as múltiplas atividades acadêmicas, sob a perspectiva da política institucional, aciona pedagogicamente o desenvolvimento humano e técnico, o aprimoramento da responsabilidade e o comportamento social.

Anualmente, a instituição programa a Semana Pedagógica que se constitui em um espaço de discussões acadêmicas onde são apresentadas as grandes tendências do ensinar e do aprender, os novos instrumentos do processo ensino-aprendizagem e o fazer pedagógico institucional.

A instituição conta com um serviço de atendimento aos estudantes por meio da Diretoria de Serviços Acadêmicos, órgão responsável pelas informações de toda vida acadêmica dos estudantes, do seu ingresso à conclusão, colação de grau e expedição de diploma.

O “Aluno On Line” é uma importante ferramenta que auxilia o discente no processo formativo e o mantém informado sobre a sua vida acadêmica, num ambiente de interação entre docentes e discentes, onde estes encontram os planos de aula, o programa de cada disciplina, materiais complementares, bem como o estágio da sua progressão acadêmica.

Além disso, o **Unicesumar** disponibiliza no site da instituição um eficiente canal de contato o “Fale com o Reitor”, no qual toda a comunidade acadêmica, em especial os estudantes, tem acesso à administração superior e podem registrar suas sugestões, críticas e reivindicações.

A instituição conta ainda com um eficiente setor de acolhimento estudantil.

13. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

As ações previstas no presente **PDI** deverão ser implantadas até o final da vigência do PDI institucional, previsto para o ano de 2020. Não obstante, cada ação estratégica possui seu cronograma próprio, que deverá ser cumprido o mais estritamente possível.

13.1 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS

Conforme previsão legal, a CPA encarregar-se-á da avaliação do atingimento dos objetivos e da consecução das ações aqui planejadas, no período de vigência acima indicado. Os resultados deverão ser consignados no Relatório de Avaliação previsto para o ano de 2020.

13.2 OBJETIVOS E METAS

Os objetivos e metas apresentados são resultantes dos planos de ações dos gestores e órgãos colegiados institucionais.

13.3 GESTÃO ACADÊMICA

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1 – Desenvolver o Programa de Gestão da qualidade					
Mapeamento de processos.		X			
Revisão das estruturas colegiadas para tomada de decisões.		X			
Incentivo à qualificação dos recursos humanos.	X	X	X	X	X
Manutenção do quadro docente e técnico-administrativo qualificado que atenda às necessidades institucionais.	X	X	X	X	X
Incremento do programa de Capacitação continuada e valorização dos colaboradores.	X	X	X	X	X
Desenvolvimento de programa para capacitação dos gestores.	X	X	X	X	X
Revisão dos critérios de contratação docente.	X	X			
Implantação de sistema de avaliação de desempenho.		X	X		
Divulgação das Políticas institucionais revisadas em 2015.	X	X			

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
Sistematização de reuniões para o corpo técnico-administrativo	X	X			
Socialização das principais rotinas e processos administrativos e acadêmicos.	X	X	X	X	X
Instalação de comissão para analisar a viabilidade e implantação de novos produtos	X	X			
Melhoria da qualidade da ação educacional da instituição por meio da Avaliação Institucional	X	X	X	X	X
2 - Intensificar o programa de relacionamento com a comunidade externa					
Intensificação de parcerias e convênios com instituições e organizações nacionais.	X	X	X	X	X
Estabelecimento de parcerias e convênios com instituições e organizações internacionais.	X	X			
Intensificação da interação com a comunidade regional.	X	X	X	X	X
3 – Revisar o Regimento Interno					
Revisão do Regimento Interno		X			
4 – Criar cursos sob demanda do mercado					
Criação e consolidação de cursos de graduação e de pós-graduação	X	X	X	X	X
5 – Implantar o Sistema Acadêmico de Gestão e ampliar o Sistema Administrativo de Gestão					
Ampliação das atividades relacionadas ao Portal Acadêmico	X	X	X		

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
6 – Revisar o Plano de Carreira docente e administrativo					
Revisão do Plano de Carreira docente e administrativo	X	X	X		

13.4 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1 – Ampliar projetos de desenvolvimento de produtos e serviços para o mundo do trabalho e melhoria da qualidade de vida no Estado					
Intensificação da participação discente em projetos de ensino, pesquisa extensão.	X	X	X	X	X
Ampliação da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em sintonia com os cursos de graduação com demandas da sociedade.	X	X	X	X	X
Implementação de programas de pós-graduação stricto sensu com foco nas inter-relações das ciências e nas emergências de campos profissionais.			X	X	
Ampliação das relações de parcerias com a comunidade vinculando ações à função social da Instituição adequando-as à capacidade institucional.		X	X	X	
Desenvolvimento de ações comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas.	X	X	X	X	X
Oferta de projetos de desenvolvimento sustentável que possam incentivar o empreendedorismo e o agronegócio visando a mudanças nas áreas educacional, de saúde, habitacional e de cidadania dos municípios da região.		X	X		
Promover a formação de gestores públicos nas áreas de educação e saúde por meio de parcerias interinstitucionais visando a uma gestão pública orientada para resultados.			X	X	
2 – Ampliar e criar novos cursos de graduação e de pós-graduação					

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
Ampliação e criação de novos cursos de graduação em nível sequencial, tecnológico e de pós-graduação.	X	X	X	X	X
3 – Intensificar o Programa de Educação a Distância	X	X	X	X	X
4 – Promover, por meio de programas de análise de mercado, captação de recursos, articulação e integração com setores produtivos.					
Ampliar a área de pesquisa de mercado para subsidiar a oferta de novos cursos.	X	X	X		
Oferta de tecnologias, informações e produtos para setores produtivos.		X	X	X	
Incentivo e reforço da cadeia produtiva com logística impulsionada por parcerias interinstitucionais, privadas e governamentais desenvolvendo redes de intercâmbio com outros estados.	X	X	X	X	X
Intensificar o setor de assistência jurídica, administrativa e logística para desenvolvimento e aprimoramento de micro e pequenas empresas por meio de parcerias com setor público e privado (Unicesumar Empresarial).	X	X	X	X	X
5 – Revisar todos os regulamentos e normas acadêmicas.					
Revisão de todos os regulamentos e normas acadêmicas.	X	X	X	X	X
6 – Criar Programa de qualidade acadêmica por meio de indicadores institucionais.					
Criação de Programa de qualidade acadêmica por meio de indicadores institucionais.	X	X	X		
7 – Intensificar o Programa de Qualificação para a Docência no Ensino Superior.					
Ampliação do Programa de Valorização docente.	X	X	X	X	X
8 – Promover análise e avaliação dos cursos de graduação tendo como parâmetro os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.					

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
Avaliação dos Projetos Pedagógicos segundo as alterações das Diretrizes Curriculares.	X	X	X		
Reconhecimento e renovação dos reconhecimentos dos cursos de graduação pela satisfação das comunidades interna e externa e pelos padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.	X	X	X	X	X

13.5 PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO FÍSICA

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1 - Adequar e otimizar as instalações, visando a atender as prioridades institucionais.					
Ampliação da infraestrutura física e técnica para que forneça o suporte necessário ao crescimento e ao desenvolvimento dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Instituição.	X	X	X	X	X
Desenvolvimento de Programa de Manutenção Preventiva.	X	X	X	X	X
Melhoria para atendimento a pessoas com necessidades especiais.	X	X	X	X	X
Otimização da segurança interna e externa por meio de tecnologias.		X	X		
2 – ampliar os Programas de conscientização do uso racional de espaços, equipamentos, energia, água, telefone e TIC.					
Conscientização dos usuários e colaboradores quanto ao uso racional dos espaços equipamentos da instituição por meio de campanhas publicitárias institucionais e comunicação interna.	X	X	X		
Elaboração de normas de procedimentos de utilização		X	X		
3 – melhorar a comunicação e informação entre a instituição, comunidade acadêmica e externa.					

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
Criação de placas de sinalização (normal e braille) e orientação para circulação nos espaços institucionais existentes.		X	X		

13.6 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1 – Ampliar parcerias existentes, para a captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas institucionais.					
Ampliação de parcerias existentes, para a captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas institucionais.	X	X	X	X	X
2 – Realizar Pesquisa de novas fontes de captação de recursos					
Realização de Pesquisa de novas fontes de captação de recursos:		X	X		
3 – Programar orçamento anual com base no planejamento estratégico institucional					
Desenvolvimento do orçamento programa anual com base no planejamento estratégico institucional.	X	X	X	X	X

13.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
1 – Ampliação e implantação de polos de apoio presencial para cursos EAD					
Realização de estudos técnicos para ampliação e implantação de polos de apoio presencial ao ensino na modalidade EAD.	X	X	X	X	X

Objetivos/Metas	2016	2017	2018	2019	2020
Designação de espaço físico com dimensões adequadas e provisão de equipamento moderno e de boa qualidade.	X	X	X	X	X
Ampliação do acervo das bibliotecas às necessidades dos cursos oferecidos na modalidade EAD, contemplando aquisição de títulos e quantidade necessária de exemplares.					

Atualmente, 2015, o **Unicesumar** conta com **73 cursos de graduação**, que formam bacharéis, licenciados e tecnólogos tendo, em média, 40.000 profissionais que se formaram nesta instituição, os quais vêm contribuindo com o desenvolvimento cultural, socioeconômico e técnico-científico, da região e do país.

13.8 EVOLUÇÃO NA EXPANSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO ATÉ 2015

TABELA DE CURSOS UNICESUMAR – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

ÁREA	MODALIDADE	CURSO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ATIVO/INATIVO
CHSA	Bacharelado	Administração	1990	Ativo
CETA	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1990	Ativo
CHSA	Bacharelado	Ciências Contábeis	1994	Ativo
CHSA	Bacharelado	Direito	1994	Ativo
CHSA	Bacharelado	Com. Social Publicidade e Propaganda.	1998	Ativo
CBS	Bacharelado	Fisioterapia	1998	Ativo
CBS	Bacharelado	Fonoaudiologia	1998	Ativo
CHSA	Bacharelado	Jornalismo	1998	Ativo
CBS	Bacharelado	Medicina Veterinária	1998	Ativo
CHSA	Bacharelado	Moda	1998	Ativo
CBS	Licenciatura	Educação Física	1999	Ativo
CBS	Bacharelado	Farmácia	1999	Ativo
CBS	Bacharelado	Nutrição	1999	Ativo
CBS	Bacharelado	Odontologia	1999	Ativo
CBS	Bacharelado	Psicologia	1999	Ativo
CETA	Bacharelado	Arquitetura e Urbanismo	2002	Ativo
CBS	Bacharelado	Biomedicina	2002	Ativo
CBS	Licenciatura	Ciências Biológicas	2002	Ativo
CBS	Bacharelado	Enfermagem	2002	Ativo
CHSA	Tecnológico	Gestão Comercial	2002	Ativo
CHSA	Licenciatura	Pedagogia	2002	Ativo
CETA	Tecnológico	Redes de Computadores	2002	Ativo
CHSA	Bacharelado	Serviço Social	2002	Ativo
CETA	Tecnológico	Sistemas para Internet	2002	Ativo
CHSA	Bacharelado	Teologia	2002	Ativo
CETA	Tecnológico	Agronegócio	2003	Ativo
CHSA	Licenciatura	Artes Visuais	2003	Ativo
CETA	Tecnológico	Automação Industrial	2003	Ativo
CETA	Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação - MEC	2003	Ativo
CHSA	Tecnológico	Gastronomia	2003	Ativo
CETA	Tecnológico	Design de Interiores	2004	Ativo
CHSA	Tecnológico	Gestão de Recursos Humanos	2005	Ativo
EAD	Tecnológico	Agronegócio - EAD	2006	Ativo
CETA	Bacharelado	Agronomia	2006	Ativo
CHSA	Tecnológico	Comércio Exterior	2006	Ativo
CBS	Bacharelado	Educação Física	2006	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão Comercial - EAD	2006	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão de Recursos Humanos - EAD	2006	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão Financeira - EAD	2006	Ativo
EAD	Tecnológico	Negócios Imobiliários - EAD	2006	Ativo

ÁREA	MODALIDADE	CURSO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ATIVO/INATIVO
CETA	Bacharelado	Engenharia Civil	2007	Ativo
CETA	Bacharelado	Engenharia Elétrica	2007	Ativo
CBS	Tecnológico	Estética e Cosmética	2007	Ativo
EAD	Licenciatura	Pedagogia - EAD	2007	Ativo
EAD	Bacharelado	Administração - EAD	2008	Ativo
EAD	Tecnológico	Processos Gerenciais - EAD	2008	Ativo
CBS	Bacharelado	Ciências Biológicas	2009	Ativo
CETA	Bacharelado	Engenharia Ambiental e Sanitária	2009	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão Pública - EAD	2010	Ativo
CHSA	Tecnológico	Logística	2010	Ativo
EAD	Tecnológico	Análise e Desenvolvimento de Sistemas - EAD	2011	Ativo
EAD	Bacharelado	Ciências Contábeis - EAD	2011	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão Ambiental - EAD	2011	Ativo
EAD	Tecnológico	Marketing - EAD	2011	Ativo
CBS	Bacharelado	Medicina	2011	Ativo
CETA	Tecnólogo	Pilotagem Profissional de Aeronaves	2011	Ativo
EAD	Tecnológico	Sistemas para Internet - EAD	2011	Ativo
CETA	Bacharelado	Engenharia de Software	2012	Ativo
EAD	Licenciatura	Letras - Português - Inglês - EAD	2012	Ativo
EAD	Tecnológico	Logística - EAD	2012	Ativo
CHSA	Licenciatura	Música	2012	Ativo
CETA	Bacharelado	Engenharia de Produção	2013	Ativo
EAD	Licenciatura	Geografia - EAD	2013	Ativo
EAD	Licenciatura	História - EAD	2013	Ativo
CHSA	Tecnólogo	Manutenção de Aeronaves	2013	Ativo
EAD	Licenciatura	Matemática - EAD	2013	Ativo
EAD	Bacharelado	Serviço Social - EAD	2013	Ativo
EAD	Bacharelado	Engenharia de Produção - EAD	2014	Ativo
EAD	Bacharelado	Engenharia de Software - EAD	2014	Ativo
EAD	Tecnológico	Gastronomia - EAD	2014	Ativo
EAD	Tecnológico	Gestão da Tecnologia da Informação - EAD	2014	Ativo
EAD	Tecnológico	Secretariado - EAD	2014	Ativo
EAD	Tecnológico	Segurança no Trabalho - EAD	2014	Ativo
CHSA	Bacharelado	Administração - Comércio Exterior	1998	Ativo
CHSA	Bacharelado	Turismo e Hotelaria	2000	Inativo
CHSA	Bacharelado	Administração - Marketing	2002	Inativo
CHSA	Tecnológico	CST em Negócios Imobiliários	2002	Inativo
CHSA	Licenciatura	Letras - Português - Espanhol	2002	Inativo
CHSA	Licenciatura	Letras - Português - Inglês	2002	Inativo
CETA	Bacharelado	Sistemas de Informação	2002	Inativo
CHSA	Bacharelado	Artes Visuais	2003	Inativo
CBS	Bacharelado	Farmácia - Hab. Análises Clínicas.	2004	Inativo
CHSA	Tecnológico	CST em Marketing	2006	Inativo
CETA	Tecnológico	CST em Produção Sucoalcooleira	2007	Inativo
CHSA	Bacharelado	Administração (Integral)	2008	Inativo
CHSA	Bacharelado	Turismo	2008	Inativo

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2015.

13.9 EVOLUÇÃO NA EXPANSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – PDI 2016-2020

TABELA DE CURSOS UNICESUMAR – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

PDI 2016-2020	ÁREA	MODALIDADE	CURSO
2016	EAD	Bacharelado	Ciências Econômicas - EAD
2016	EAD	Tecnológico	Design de Interiores
2016	EAD	Tecnológico	Design de Moda
2016	EAD	Licenciatura	Educação Física
2016	CETA	Bacharelado	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia
2016	CETA	Bacharelado	Engenharia Mecânica
2016	CETA	Bacharelado	Engenharia Química
2016	CETA	Tecnológico	Gestão da Produção Industrial
2016	EAD	Tecnológico	Gestão da Qualidade
2016	EAD	Tecnológico	Gestão de Cooperativas
2016	EAD	Tecnológico	Gestão Hospitalar
2016	CHSA	Tecnológico	Processos Gerenciais
2016	EAD	Bacharelado	Teologia
2017	CETA	Tecnológico	Construção de Edifícios
2017	CHSA	Tecnológico	Gestão de Turismo
2017	CETA	Tecnológico	Jogos Digitais
2017	EAD	Bacharelado	Filosofia
2017	EAD	Licenciatura	Ciências
2018	CETA	Tecnológico	Design de Produtos
2018	CHSA	Tecnológico	Gestão Pública
2018	CETA	Tecnológico	Eletrotécnica e Gerenciamento Industrial
2018	EAD	Tecnológico	Gestão de Turismo
2018	EAD	Tecnológico	Jogos Digitais

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2015.

13.10 PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL – PDI 2016-2020

Para expansão dos Polos de Apoio Presencial, serão desenvolvidas as seguintes ações:

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	ALÉM PARAÍBA	Rua Doutor José Tepedino (Jd. Paulista), 80.	Além Paraíba	MG
2016	ALVORADA	Av. Presidente Getúlio Vargas, 2500.	Alvorada	RS
2016	ANAJÁS	Travessa Roseli Paiva	Anajás	PA
2016	ANÁPOLIS	Praça Manoel Demóstenes, 78.	Anápolis	GO
2016	APARECIDA DE GOIÂNIA	Rua Riviera, 17	Aparecida de Goiânia	GO
2016	ARACAJÚ	Rua Delmiro Gouveia, 2920.	Aracajú	SE
2016	ARAÇATUBA	Rua Cristiano Olsen, 2122.	Araçatuba	SP
2016	ARACRUZ	Rua Coronel Herculano Leal, 08	Aracruz	ES
2016	ARAGUAÍNA	Av. Primeiro de Janeiro, 1064	Araguaína	TO
2016	ARAUCÁRIA	Rua Adilha Saad, 981	Araucária	PR
2016	ASSIS	Av. Rui Barbosa, 3777	Assis	SP
2016	BAGE	Rua General João Teles, 1568	Bagé	RS
2016	BARBACENA	Av. Bias Fortes, 1019	Barbacena	MG
2016	BARREIRAS	Praça São João, 261	Barreiras	BA
2016	BARUERI	Alameda Rio Negro- Conj. 803-Alphaville, 911	Barueri	SP
2016	BAURÚ	Rua Salvador Filardi, 298	Baurú	SP
2016	BELFORD ROXO	Rua Mata Machado, 57	Belford Roxo	RJ
2016	BELO HORIZONTE- PAMPULHA	Rua Guimarães, 108	Belo Horizonte	MG
2016	BELO HORIZONTE- URUCUAI	Rua Intersindical, 218	Belo Horizonte	MG
2016	BOA VISTA	Rua Coronel Pinto, 14	Boa Vista	RR
2016	BOTUCATU	Rua Amando de Barros, 100	Botucatu	SP
2016	BREVES	Rua Justo Chermont	Breves	PA
2016	BRUSQUE	Rua Conselheiro Rui Barbosa, 50	Brusque	SC
2016	CACHOEIRINHA	Av. Frederico Augusto Ritter, 51	Cachoeirinha	RS
2016	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Rodovia Engenheiro Fabiano Vivácqua, BR 482	Cachoeiro de Itapemirim	ES
2016	CAMAÇERI	Rua do Telégrafo	Camaçari	BA
2016	CAMPINA GRANDE	Rua Doutor Severino Ribeiro Cruz, 735	Campina Grande	PB
2016	CAMPO DOS GOYTACAZES	Rua Tenente-Coronel Cardoso, 450	Campo dos Goytacazes	RJ

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	CANINDÉ	Av. Joaquim Magalhães	Canindé	CE
2016	CANOAS	Rua Antonio Prado, 371	Canoas	RS
2016	CAPANEMA	Rua Padre Cirilo, 421	Capanema	PR
2016	CARAGUATATUBA	Rua Benedito Zacarias Arouca, 62	Caraguatatuba	SP
2016	CAXIAS DO SUL	Rua Sinimbu, 1919	Caxias do Sul	RS
2016	CEILÂNDIA	Quadra (QNM 3)	Brasília	DF
2016	CHAPECÓ	Av. General Osório, 990	Chapecó	SC
2016	COLNIZA	Rua das Bromélias	Colniza	MT
2016	CRICIÚMA	Rua Joaquim Nabuco, 140	Criciúma	SC
2016	CUIABÁ	Av. Principal, 15	Cuiabá	MT
2016	CURITIBA	Av. Iguçu, 1700	Curitiba	PR
2016	DIVINÓPOLIS	Rua Rio de Janeiro, 426	Divinópolis	MG
2016	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	Praça Rui Barbósa, 09	Divinópolis de Goiás	GO
2016	DUQUE DE CAXIAS	Rua Professor José de Souza Herdy, 488	Duque de Caxias	RJ
2016	FAZENDA RIO GRANDE	Travessa Arábia Saldita, 104	Fazenda Rio Grande	PR
2016	FEIRA DE SANTANA	Av. Getulio Vargas, 579	Feira de Santana	BA
2016	FLORIANÓPOLIS	Av. Rio Branco, 779	Florianópolis	SC
2016	FORMOSA	Av. Ângelo Chaves, 540	Formosa	GO
2016	FORTALEZA	Rua Adolfo Campelo, 20	Fortaleza	CE
2016	FORTALEZA-BOM JARDIM	Rua Doutor Fernando Augusto, 123	Fortaleza	CE
2016	FORTALEZA-CENTRO	Rua Pedro I, 1278	Fortaleza	CE
2016	GAMA	Quadra 2 - Conj. A- Sub- Solo-Setor Sul, 20	Gama	DF
2016	GOIÂNIA	Av. T 15	Goiânia	GO
2016	GOIÂNIA-SETOR BUENO	Av. T 2- 2022	Goiânia	GO
2016	GOVERNADOR VALADARES	Rua Peçanha, 622	Governador Valadares	MG
2016	GRAVATAÍ	Rua Coronel Sarmento, 1736	Gravataí	RS
2016	GUARA	Quadra (QE)	Brasília	DF
2016	GUARARAPI	Rua Carlos Santana, 212	Guararapi	ES
2016	GUARULHOS	Rua Argentina, 59	Guarulhos	SP
2016	GUIMARÂNIA	Rua Guimarães, 486	Gumarânia	MG
2016	IGUATU	Av. Carlos Gomes	Iguatu	PR
2016	IGUATU	Rua Adeodato Matos, 420	Iguatu	CE
2016	IMBITUBA	Centro- Sc 434 Km 13	Imbituba	SC
2016	IMPERATRIZ	Rua Alagoas, 1290	Imperatriz	MA
2016	INDAIATUBA	Rua Vinte e Quatro de Maio, 748	Indaiatuba	SP
2016	IPATINGA	Vila Ipanema- Rua Alcobaça, 43	Ipatinga	MG
2016	ITABIRA	Rua Guarda-Mor Custódio, 136	Itabira	MG
2016	ITAJAÍ	Rua Alberto Werner, 668	Itajaí	SC

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	ITAPECERICA DA SERRA	Rua Clementino Pereira Rodrigues, 277	Itapecerica da Serra	SP
2016	ITAPEVI	Av. Cesário de Abreu, 1155	Itapevi	SP
2016	ITAPIPOCA	Rua Eubia Barroso	Itapipoca	CE
2016	ITAPIRA	Rua 7 de Setembro, 315	Itapira	SP
2016	JABOATÃO DOS GUARARAPES	Rua Dom Bosco, 90	Jaboatão dos guararapes	PE
2016	JAGUARIAÍVA	Rua Romário Martins, 56	Jaguariaíva	PR
2016	JAGUARIÚNA	Rua Professora Júlia Calhau Rodrigues, 552	Jaguariúna	SP
2016	JARU	Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, 53	Jaru	RO
2016	JI-PARANÁ	Rua Dom Augusto, 715	Ji-Paraná	RO
2016	JOÃO PESSOA	Rua Deputado José Mariz, 1075	João Pessoa	PB
2016	JOINVILLE	Rua Bota Fogo, 377	Joinville	SC
2016	JUAZEIRO	Rua José Petitinga, 5	Juazeiro	BA
2016	JUAZEIRO DO NORTE	Rua São Benedito, 2009	Juazeiro do Norte	CE
2016	JUIZ DE FORA	Rua Catarina de Castro, 85	Juiz de Fora	MG
2016	JUNDIAÍ	Rua Vigário João José Rodrigues, 965	Jundiaí	SP
2016	LAURO DE FREITAS	Vida Nova Cam (Quadra 12), 488	Lauro de Freitas	BA
2016	LEOPOLDINA	Av. Getulio Vargas, 329	Leopoldina	MG
2016	LIMEIRA	Av. Saudades, 1544	Limeira	SP
2016	LINHARES	Av. Augusto Pestana, 1279	Linhares	ES
2016	MACAÉ	Rua Teixeira de Gouveia, 1352	Macaé	RJ
2016	MACAPÁ	Av. Fab, 1465	Macapá	AP
2016	MACEIÓ	Rua Santa Cruz, 230	Maceió	AL
2016	MACEIÓ - PONTA VERDE	Av. Professor Sandoval Arroxelas, 247	Maceió	AL
2016	MAGÉ	Rua João Valério, 28	Magé	RJ
2016	MANACAPURU	Rua Maurício da Cunha Freire, 1672	Manacapuru	AM
2016	MANAUS	Rua Mozart Guarnieri	Manaus	AM
2016	MARABÁ	Av. Antônio Vilhena, 488	Marabá	PA
2016	MARANGUAPE	Av. Argeu Braga Herbster, 960	Maranguape	CE
2016	MARÍLIA	Av. Nelson Spielmann, 746	Marília	SP
2016	MARINGÁ	Av. Guedner, 1610	Maringá	PR
2016	MARINGÁ	Rua José Moreno Junior, 265	Maringá	PR
2016	MONTES CLAROS	Av. Mestra Fininha, 565	Montes Claros	MG
2016	MURIAÉ	Rua Alexandre Barroca, 290	Muriaé	MG
2016	NATAL	Rua Adauto Freire da Silva, 50	Natal	RN
2016	NITERÓI	Rua Aurelino Real, 51	Noiterói	RJ
2016	NOVA IGUAÇU	Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, 92	Nova Iguaçu	RJ
2016	NOVO CRUZEIRO	Av. Julio Campos, 596	Novo Cruzeiro	MG
2016	NOVO HAMBURGO	Rua Joaquim Nabuco, 856	Novo Hamburgo	RS

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	OEIRAS DO PARÁ	Rua Governador Magalhães Barata	Oeiras do Pará	PA
2016	OLHO D' AGUA DAS FLORES	Rua Ismael de Abreu	Olho D' Água das Flores	AL
2016	OLINDA	Av. Ministro Marcos Freire, 2855	Olinda	PE
2016	OSASCO	Av. Yara, 300	Osasco	SP
2016	OSASCO-CENTRO	Rua Pedro Viel, 56	Osasco	SP
2016	OURINHOS	Rua João Moya Restoy, 455	Ourinhos	SP
2016	PALMITAL	Av. Anchieta, 210	Palmital	SP
2016	PARÁ DE MINAS	Rua Benedito Valadares, 504	Pará de Minas	MG
2016	PARAGOMINAS	Rua Sebastião Neves, 244	Paragominas	PA
2016	PARANAGUÁ	Rua Faria Sobrinho, 394	Paranaguá	PR
2016	PATO BRANCO	Rua Paraná- Sala 9 e 10, 673	Pato Branco	PR
2016	PATOS DE MINAS	Praça Josefina Mourão, 46	Patos de Minas	MG
2016	PAULO AFONSO	Rua Joana Angélica, 130	Paulo Afonso	BA
2016	PEDRO GRANADO	Rua São Roque, 113	Pero Canário	ES
2016	PETROLINA	Av. Pernambuco, 146	Petrolina	PE
2016	PETRÓPOLIS	Rua Washington Luiz, 369	Petrópolis	RJ
2016	PINHAIS	Av. Jacob Macanhan, 1722	Pinhais	PR
2016	PIRACICABA	Av. Maria Elisa, 472	Piracicaba	SP
2016	PIÚMA	Av. Miguel Metri, 534	Piúma	ES
2016	PLANALTINA	Rua Alexandre Salgado (Quadra 20), It 09	Brasília	DF
2016	PONTA DE PEDRAS	Av. Raimundo Malato, 450	Ponta de Pedras	PA
2016	PORTA ALEGRE- RUBEM BERTA	Rua Dário Borda Brossard, 56	Porto Alegre	RS
2016	PORTO ALEGRE-CENTRO	Rua Tapajós, 39	Porto Alegre	RS
2016	PORTO ALEGRE-ZONA NORTE	Av. Benno Mentz, 1560	Porto Alegre	RS
2016	PORTO ALEGRE-ZONA SUL	Praça Cônego Marcelino, 107	Porto Alegre	RS
2016	PORTO VELHO	Av. Calama, 5262	Porto Velho	RO
2016	POUSO ALEGRE	Rua Coronel Otávio Meyer, 160	Pouso Alegre	MG
2016	QUEIMADOS	Av. Olímpia Silva, 813	Queimados	RJ
2016	QUIXERAMOBIM	Rua Joel Nunes, 16	Quixeramobim	CE
2016	RECIFE- SETUBAL	Rua João Cardoso Aires- Setubal, 469	Recife	PE
2016	RECIFE-BOA VISTA	Rua Dom Bosco, 1367	Recife	PE
2016	RIBEIRÃO DO PINHAL	Rua Raul Curupaná, 854	Ribeirão do Pinhal	PR
2016	RIBEIRÃO PRETO	Rua Comandante Marcondes Salgado, 534	Ribeirão Preto	SP
2016	RIO BRANCO	Rua Venezuela, 658	Rio Branco	AC
2016	RIO CLARO	Avenida 15, 252	Rio Claro	SP
2016	RIO DAS OSTRAS	Travessa Primavera, 75	Rio das Ostras	RJ
2016	RIO DE JANEIRO- CRISTO	Rua Acre- Sala 201, 55	Rio de Janeiro	RJ
2016	RIO DE JANEIRO- MADUREIRA	Estrada Intendente Magalhães, 199	Rio de Janeiro	RJ

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	RIO DE JANEIRO- MEIER	Rua Arquias Cordeiro, 450	Rio de Janeiro	RJ
2016	RIO DE JANEIRO-CAMPO GRANDE	Estrada do Campinho, 2700	Rio de Janeiro	RJ
2016	RIO DE JANEIRO-CENTRO 1	Rua Conselheiro Saraiva, 28	Rio de Janeiro	RJ
2016	RIO DE JANEIRO-CENTRO 11	Praça Tiradentes, 73	Rio de Janeiro	RJ
2016	RIO DE JANEIRO-RECREIO	Av. dos Eucaliptos, 90	Rio de Janeiro	RJ
2016	RONDON DO PARÁ	Rua Elcídia de Oliveira, 94	Rondon do Pará	PA
2016	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Rua José Benardino Gomes, 346	Santa Cruz do Capibaribe	PE
2016	SANTA FÉ	Rua Vereador- Ap° Scandelai, 105	Santa Fé	PR
2016	SANTA MARIA	Quadra (CL)- Sala 102, 1°Andar	Brasília	DF
2016	SANTARÉM	Travessa Turiano Meira- Centro, 33	Santarém	PA
2016	SANTO ANASTÁCIO	Av. José Bonifácio-Esq-Av. 9 de Julho, 226	Santo Anastácio	SP
2016	SANTO ANDRÉ	Rua Onze de Junho, 312	Santo André	SP
2016	SANTOS	Av. General Francisco Glicério, 261	Santos	SP
2016	SÃO BERNARDO DO CAMPO	Rua Doutor Antônio Jorge Franco, 135	São Bernardo do Campo	SP
2016	SÃO GONÇALO	Rua Doutor Nilo Peçanha, 246	São Gonçalo	RJ
2016	SÃO JOÃO DO MERITI	Rua João Nabuco	São João do Meriti	RJ
2016	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Jd. America- Rua Doutor Coutinho Cavalcante, 1752	São José do Rio Preto	SP
2016	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Rua Andrômeda, 720	São José dos Campos	SP
2016	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Rua Veríssimo Marques, 1565	São José dos Pinhais	PR
2016	SÃO LUIS	Av. Senador Costa Rodrigues , 9	São Luis	MA
2016	SÃO MATEUS	Rua Manoel Andrade, 420	São Mateus	ES
2016	SÃO PAULO- PONTE RASA	Jd. Popular- Rua Embira, 305	São Paulo	SP
2016	SÃO PAULO-CENTRO	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2050	São Paulo	SP
2016	SÃO PAULO-LAPA	Rua Roma, 350	São Paulo	SP
2016	SÃO PAULO-SÃO MIGUEL PAULISTA	Av. Marechal Tito- Zona Leste, 1413	São Paulo	SP
2016	SÃO PAULO-ZONA LESTE	Rua João Martins, 446	São Paulo	SP
2016	SARANDI	Av. Rio de Janeiro, 459	Sarandi	PR
2016	SERRA	Rua Paraguaçu, 210	Serra	ES
2016	SERRA TALHADA	Praça Sergio Magalhães, 749	Serra Talhada	PE
2016	SOBRAL	Rua Portugal, 288	Caucaia	CE
2016	SOROCABA	Rua Eudmira Almeida Neves Rinaldo, 77	Sorocaba	SP
2016	TAGUATINGA	Av. Comercial	Brasília	DF
2016	TANHAÇU	Rua Lauro de Freitas	Tanhaçu	BA

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2016	TEOFILO OTONI	Rua Padre Virgulino, 443	Teófilo Otoni	MG
2016	TERESINA	Rua Simon Bolivar, 2400	Teresina	PI
2016	TERRA RICA	Av. São Paulo, 692	Tera Rica	PR
2016	TRAMANDAÍ	Rua Saldanha da Gama, 329	Tramandaí	RS
2016	UBERABA	Praça Rui Barbósa, 300	Uberaba	MG
2016	UBERLÂNDIA	Av. Cipriano Del Favero, 890	Uberlândia	MG
2016	UIRAUNA	Rua Francisco Leão Veloso, 448	Uiraúna	PB
2016	VALPARAÍSO	Quadra 19- It 02/06	Valparaíso de Goiás	GO
2016	VALPARAÍSO DE GOIÁS	Rua 13 (Quadra 49, Lote 8/12)	Valparaíso de Goiás	GO
2016	VAZANTE	Av. Tancredo Neves, 1401	Vazante	MG
2016	VILA VELHA	Rua Dezesseis, 20	Vila Velha	ES
2016	VITÓRIA	Rua Wilson Freitas, 129	Vitória	ES
2016	VITORIA DA CONQUISTA	Av. Lauro de Freitas, 142	Vitoria da Conquista	BA
2016	XANXERÊ	Rua Maranhão, 57	Xanxerê	SC
2017	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	Quadra 22, Conjunto B (lote 10)	Águas Lindas de Goiás	GO
2017	ANANINDEUA	Rua C, 24	Ananindeua	PA
2017	ARAPIRACA	Rua Paulo Afonso, 333	Arapiraca	AL
2017	CARAPICUÍBA	Estrada da Aldeinha, 245	Carapicuíba	SP
2017	CARIACICA	Rua José Himério, 11	Cariacica	ES
2017	CARUARU	Rua João Soares de Lira, 1925	Caruaru	PE
2017	DUQUE DE CAXIAS	Av. Doutor Manuel Teles, 77	Duque de Caxias	RJ
2017	FRANCA	Rua Acácio de Lima, 2150	Franca	SP
2017	IBIRITÉ	Ac. Ibirité	Ibirité	MG
2017	ITAJAÍ	Av. Ministro Victor Konder, 387	Itajaí	SC
2017	LUZIÂNIA	Rua Amazonas	Luziânia	GO
2017	MARINGÁ	Av. Guedner, 1610	Maringá	PR
2017	MAUÁ	Av. Barão de Mauá, 3544	Mauá	SP
2017	NOVA FRIBURGO	Rua Moisés Amélio	Nova Friburgo	RJ
2017	OLINDA	Praça Doze de Março, 23	Olinda	PE
2017	PASSO FUNDO	Av. General Netto, 304	Passo Fundo	RS
2017	PETOLAS	Rua Quinze de Novembro, 917	Petolas	RS
2017	SÃO LEOPOLDO	Rua Lindolfo Collor, 439	São Leopoldo	RS
2017	TERESÓPOLIS	Av. Delfim Moreira, 604	Teresópolis	RJ
2017	VÁRZEA GRANDE	Av. A (Quadra 5), 3	Várzea Grande	MT
2017	VOLTA REDONDA	Rua Vinte e Um, 452	Volta Redonda	RJ
2017	ABAETETUBA/PA	Rua Magno de Araujo, 1638	Abaetetuba	PA

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2017	ALAGOINHAS/BA	Rua José Galdino Maia, 10	Alagoinhas	BA
2017	ARARANGUÁ/SC	Av. Getulio Vargas, 415	Araranguá	SC
2017	ARIQUEMES/RO	Av. Guaporé, 3577	Ariquemes	RO
2017	CAMAQUÃ/RS	Av. Conego Luís Walter Hanquet, 151	Camaquã	RS
2017	CASTANHAL	Alameda Cônego Luís Leitão, 2200	Castanhal	PA
2017	DOURADOS/MS	Rua Presidente Vargas, 579	Dourados	MS
2017	ESTEIO/RS	Rua Pedro Lerbach, 174	Esteio	RS
2017	EUNÁPOLIS/BA	Rua Santa Rita, 320	Eunápolis	BA
2017	GARANHUNS/PE	Av. Gonçalves Maia, 159	Garanhuns	PE
2017	LUCAS DO RIO VERDE/ MT	Rua Paranapanema, 857	Lucas do Rio Verde	MT
2017	MARINGÁ	Av. Guedner, 1610	Maringá	PR
2017	MOJI MIRIM/SP	Praça Rui Barbosa, 200	Moji Mirim	SP
2017	NOVA LIMA	Av. Toronto, 1308	Nova Lima	MG
2017	PALHOÇA/SC	Rua Jacob Weingartner, 4177	Palhoça	SC
2017	SÃO CARLOS/SP	Rua Nove de Julho, 1194	São Carlos	SP
2017	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	Praça Governador Armando Sales, 141	São João da Boa Vista	SP
2017	SAPIRANGA/RS	Av. João Corrêa, 1486	Sapiranga	RS
2017	TAQUARA/RS	Rua Marechal Floriano, 1202	Taquara	RS
2017	TIMON/MA	Rua Odilo Costa, 1056	Timon	MA
2017	VIÇOSA	Travessa Sagrado Coração de Jesus, 31	Viçosa	MG
2018	BARRA DOS GARÇAS	Rua Mato Grosso, 1600	Barra dos Garças	MT
2018	CABO FRIO	Rua Vinte e Cinco de Dezembro, 147	Cabo Frio	RJ
2018	CAMPO GRANDE	Rua Euclides da Cunha, 1216	Campo Grande	MS
2018	CURITIBA-PORTÃO	Rua Itajubá, 673	Curitiba	PR
2018	FERRAZ DE VASCONCELOS	Av. XV de Novembro, 413	Ferraz de Vasconcelos	SP
2018	ITABERABA	Rua Rubens Ribeiro, 253	Itaberaba	BA
2018	ITABIRITO	Rua Nicolai Silva, 396	Itabirito	MG
2018	ITAITUBA	Rua Homero Gomes de Castro, 1188	Itaituba	PA
2018	JOÃO MONLEVADE	Av. Rodrigues Alves, 134	João Molevade	MG
2018	LAJEADO	Av. Benjamin Constant, 538	Lajeado	RS
2018	MATÃO	Av. Siqueira Campos, 1041	Matão	SP
2018	MOGI DAS CRUZES	Rua Coronel Souza Franco, 10	Mogi das Cruzes	SP
2018	MONTE ALTO	Av. José Luiz Franco da Rocha, 144	Monte Alto	SP
2018	NOVA SERRANA	Rua Messias Augusto da Silva, 200	Nova Serrana	MG
2018	PEDRO LEOPOLDO	Rua Doutor Herbster, 132	Pedro Leopoldo	MG
2018	RIO DO SUL	Rua Coelho Neto, 170	Rio do Sul	SC
2018	SAPUCAIA DO SUL	Av. Mauá, 2226	Sapucaia do Sul	RS

PROCESSO	NOME POLO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO
2018	VARGEM GRANDE PAULISTA	Rua Luís Mourão, 180	Vargem Grande Paulista	SP
2018	VENÂNCIO AIRES	Rua Reinaldo Schmaedecke, 1212	Venâncio Aires	RS
2018	VILHENA	Rua (743), 2043	Vilhena	RO
2018	CAMPO GRANDE-UN2	Rua Ceará, 1216	Campo Grande	MS
2018	CURITIBA-PORTÃO UN2	Rua Itajubá, 765	Curitiba	PR
2018	DIADEMA	Rua Oriente Monti, 208	Diadema	SP
2018	ITU	Praça da Independência, 151	Itu	SP
2018	MARINGÁ	Av. Guedner, 1610	Maringá	PR
2018	PARAUPEBAS	Rua (A), 653	Parauapebas	PA
2018	PASSO FUNDO	Rua Jacinto Vilanova, 246	Passo Fundo	RS
2018	PORTO ALEGRE-CENTRO HISTÓRICO	Praça Quinze de Novembro, 16	Porto Alegre	RS
2018	RIBEIRÃO DAS NEVES	Av. Denise Cristina Rocha, 857	Ribeirão das Neves	MG
2018	RIO VERDE	Rua Professor Jerônimo Ferreira Sobrinho, 808	Rio Verde	GO
2018	TANGARÁ DA SERRA	Rua Deputado Hitler Sansão, 1038	Tangará da Serra	MT

A articulação e a integração com a sociedade ocorrem pela extensão universitária, por meio de programas, projetos de extensão, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

O **Unicesumar** dispõe de uma estrutura moderna e atualizada, atendendo as necessidades de ensino e aprendizagem para seus cursos na modalidade presencial e à distância, modalidade relativamente nova, autorizada pela portaria MEC/Nº 1772 – 01/11/2006, o **Unicesumar** oferece por meio do ensino a distância, cursos de graduação e cursos de pós-graduação em 54 polos, distribuídos pelo território nacional.

A instituição, até o segundo semestre de 2015, possuía 15.000 estudantes no ensino presencial e 55.000 estudantes no ensino de graduação a distância; na pós-graduação *lato sensu* existiam 2.300 estudantes matriculados e na pós-graduação *stricto sensu*, 80 estudantes matriculados, em fase de obtenção de créditos ou de elaboração de dissertação.

Na pós-graduação *lato sensu*, o **Unicesumar** projeta para o quinquênio **2016-2020** um crescimento da ordem de 50% no número de cursos na modalidade à distância e de um crescimento na

ordem de 15 % na modalidade presencial, distribuídos nas três grandes áreas de conhecimento da instituição, conforme quadro e cronograma que seguem:

Cursos	2016		2017		2018		2019		2020	
	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.	EAD	Pres.
Ciências Biológicas e da Saúde	-	15	4	17	6	20	9	20	15	23
Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas	1	8	2	10	6	12	8	15	15	18
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	10	10	10	12	12	14	19	15	25	18
TOTAL	11	33	16	39	24	46	37	50	55	59

Projeção de crescimento da Pós-Graduação *lato sensu* **2016-2020**, EAD e presencial (por área).

Para fazer frente à ampliação dos cursos, o **Unicesumar** projeta uma ampliação de 23 (vinte e três) salas de aula no quinquênio, conforme cronograma a seguir.

	2016	2017	2018	2019	2020
Salas de aula	300	350	362	378	403

Previsão de ampliação do número de salas de aula.

Também é projetada uma ampliação de laboratórios para atender a implantação gradativa dos cursos. Para atender à expansão da infraestrutura física no quinquênio **2016-2020**, em especial, as novas salas de aula e os laboratórios, será concluído o Bloco 09 com 1.335 m², o Bloco 10 com 5.628 m² de área construída no campus sede, além do Bloco 11 que irá abrigar a estrutura administrativa da **Unicesumar**. Além disso, será construída, para uso do curso de Educação Física, uma piscina coberta, semiolímpica e aquecida numa área de 1.100 m² e uma academia de ginástica em uma área de 1.200 m².

Para o quinquênio **2016-2020**, a instituição projeta a oferta de mais três cursos de mestrado e um de doutorado, conforme a seguir.

Expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* 2016-2020

Cursos	2016	2017	2018	2019	2020
Doutorado em Ciências Jurídicas	X				X
Doutorado em Gestão do Conhecimento nas Organizações		X			
Doutorado em Promoção da Saúde		X			
Doutorado em Educação			X		

Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PRPPGE), 2015.

14. PERFIL DO CORPO DOCENTE

Para garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e extensão, a instituição possui em 2015, 73 cursos de Graduação (presencial e a distância), corpo docente formado por 540 professores, sendo 86% de doutores e mestres e 87% de tempo integral e parcial, uma equipe de 1250 técnico-administrativos preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho do **Unicesumar**.

14.1 POLÍTICA DE PESSOAL E DE QUALIFICAÇÃO

14.1.1 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O **Unicesumar** conta com 1030 (hum mil e trinta) colaboradores técnico-administrativos, preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho do **Unicesumar**. Para o quinquênio **2016-2020** é projetada a manutenção e otimização do corpo técnico-administrativo com uma política de qualificação dos colaboradores, em especial, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O **Unicesumar** tem procurado, ao longo das suas duas décadas de existência, investir na qualificação do corpo docente e de seu quadro de pessoal técnico-administrativo, implementando políticas de humanização e de melhorias contínuas das relações de trabalho.

A instituição desenvolve políticas de aperfeiçoamento de gestão capacitando, avaliando e readequando a alocação de seu quadro de colaboradores, em especial, do corpo técnico-administrativo

promovendo, desta forma, a melhoria contínua dos indicadores de qualidade do desempenho acadêmico e institucional.

O **Unicesumar**, para atender aos dispositivos legais dos órgãos reguladores e às exigências do mercado, considera como parte relevante o aperfeiçoamento contínuo de seus professores e colaboradores. A capacitação continuada é incentivada na instituição como parte constante para o aperfeiçoamento profissional e pessoal, bem como para o exercício da cidadania estando, a capacitação, sempre disponível a todos os seus colaboradores. O objetivo é o aperfeiçoamento técnico, científico e sociocultural dos docentes e técnico-administrativos, na perspectiva da construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo da instituição.

A capacitação se dá por meio de programas de aperfeiçoamento, da pós-graduação e das demais atividades técnicas, científicas e culturais no âmbito da IES, ofertados na própria instituição.

O **Unicesumar** coloca à disposição dos seus colaboradores, um conjunto de incentivos e práticas que têm em seu escopo melhorar as suas competências e habilidades viabilizando, desta forma, o perfil mais adequado ao desempenho de suas funções.

A instituição oferta bolsas de incentivo de até 100% (cem por cento) na mensalidade de cursos, oficinas, programas de pós-graduação próprios ou conveniados, considerados de interesse do setor ou área de atuação do colaborador e/ou bolsa parcial ou integral para aperfeiçoamento, nacional ou internacional. O colaborador contemplado com bolsa ou incentivo para cursos *stricto sensu* assume, com a instituição, o compromisso de prestação de serviços no **Unicesumar** por, no mínimo, um período equivalente ao do benefício recebido.

14.2 PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES

A seleção e contratação de professores no **Unicesumar** se dá obedecendo aos critérios já institucionalizados para o recrutamento como descrito nas normas internas. Ressalta-se que, na instituição, o critério básico de seleção é o mérito acadêmico, com a titulação, produção acadêmico-científica e experiência na docência, critérios estes já muito cristalizados e consolidados em nossa instituição.

14.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE

O **Unicesumar**, no decorrer de sua história, tem perseguido a constante meta de oferecer educação superior de excelência. Em 2010, a instituição se adequava confortavelmente ao percentual de mestres e doutores exigidos pelos órgãos reguladores. No entanto, vem buscando melhorar ainda mais a titulação do seu quadro docente. Deste modo, a instituição tem atuado de forma diversificada, seja promovendo cursos de especialização, na própria instituição, seja apoiando iniciativas individuais dos docentes que buscam a sua qualificação, se engajando em programas de pós-graduação em outras instituições, recomendados pela CAPES. Para o quinquênio **2016-2020** projeta-se a continuidade da meta de especialistas por mestres e de mestres por doutores.

Como estratégia para melhorar a titulação do quadro de professores, a instituição vem privilegiando a contratação de doutores e mestres conforme a necessidade de ampliação do quadro de docentes, conforme quadro com a projeção da titulação docente a seguir.

Projeção da titulação docente – Quinquênio 2016-2020

Titulação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Doutores e Mestres	464	510	561	617	679	750
Especialistas	76	84	92	101	111	122
TOTAL	540	594	653	718	790	872

Projeção da titulação do quadro docente do **Unicesumar**.

Projeção da dedicação do quadro docente – Quinquênio 2016-2020

Regime	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tempo Integral e Parcial	470	522	575	631	695	767

Horistas	70	72	78	87	95	105
TOTAL	540	594	653	718	790	872

Projeção de crescimento do quadro de professores do **Unicesumar**.

A instituição conta também com um plano de carreira docente que busca contemplar as diversas formas de vínculos empregatícios necessários ao funcionamento do **Unicesumar**, normatizando os critérios de ingresso, enquadramento, ascensão e regime de trabalho.

14.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO

O **Unicesumar** tem como política de substituições eventuais o recrutamento interno de professores, ampliando as suas cargas horárias e, para as substituições definitivas, a instituição usa o processo seletivo normatizado (o qual consta no documento “processo de recrutamento e seleção de docentes”) priorizando a seleção de mestres e doutores.

15. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

15.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional do **Unicesumar** tem por objetivo a construção de uma radiografia virtual da IES de modo a disponibilizar informações institucionais fidedignas para orientar os órgãos superiores, gestores e mantenedores no processo de tomada de decisão, visando a consolidação da excelência dos serviços educacionais prestados pelo **Unicesumar** com a permanente melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição, a fim de contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Por meio da avaliação é possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessários à formulação de políticas acadêmicas de mais largo alcance e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a indispensável prestação de contas à comunidade acadêmica, aos órgãos reguladores e à sociedade. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo pelo qual a instituição não só se conhece, mas também se torna conhecida pela sociedade e se projeta como instituição de ensino superior de excelência.

A participação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade externa é componente de extrema relevância neste processo. Do mesmo modo é imprescindível que se promova a articulação entre avaliação, planejamento e processo de tomada de decisões tornando possível à avaliação institucional atuar, efetivamente, como instrumento de consolidação, ajustes, adequações e mudanças.

A auto avaliação institucional envolve a coleta de informações, a sistematização das mesmas e a produção de dados e informações sobre os mais variados aspectos do fazer universitário, o que possibilita um amplo diagnóstico situacional da IES. A auto avaliação do **Unicesumar** segue as orientações preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nas suas dez dimensões, a saber:

- I. a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. a política para o ensino, a pesquisa e a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

- III. a responsabilidade social da instituição, considerada, especialmente, no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. a comunicação com a sociedade.
- V. as políticas de pessoal de carreira do corpo docente e do corpo técnico- administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- VI. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- VII. infraestrutura física, especialmente, a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- VIII. planejamento e avaliação, especialmente, em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.
- IX. políticas de atendimento aos discentes.
- X. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Pensar uma instituição de educação superior com o ensino, pesquisa e extensão indissociáveis significa montar uma estratégia para oferecer um serviço de qualidade que se renova, se redimensiona e se qualifica constantemente.

Neste processo a auto avaliação nos oferece um instrumento imprescindível para a montagem de uma radiografia virtual da IES, já que a auto avaliação, se constitui num processo participativo em que todos os setores se avaliam e são avaliados, tornando-se sujeitos na construção de um ensino superior de excelência. Ao tempo em que a instituição se conhece e se reconhece, oferece aos gestores e aos mantenedores instrumentos precisos para a potencialização de suas virtudes e para a correção de eventuais deficiências.

15.2 PROJETO – PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o processo avaliativo conduzido pela instituição é básico e vinculado às funções de regulação e de auto regulação. O processo, portanto, é obrigatório para que a instituição se integre formalmente ao sistema de educação superior, cumprindo as exigências concernentes a autorizações de funcionamento, credenciamento, credenciamento, reconhecimentos, transformações e demais instrumentos legais.

A CPA - **Unicesumar** está estruturada por uma Assembleia composta por membros indicados em Portaria, Coordenação Geral, Secretaria, Comissões Institucionais e Comissões Setoriais.

Todo o material produzido, assim como a bibliografia e documentos de suporte às atividades, está disponibilizado pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional aos membros da CPA, Comissões Institucionais e Setoriais, Comunidade Universitária e à Sociedade, no sítio e na Biblioteca Central do **Unicesumar**.

Desde então, tem sido realizadas avaliações setoriais periódicas, as quais são utilizadas para a elaboração de projetos de intervenção no desenvolvimento dos PPC's. As avaliações externas, promovidas pelo MEC (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, Avaliação Institucional e Avaliações de Cursos de Graduação) são, também, objetos de análise e estudos que, articulados à avaliação interna, oferecem subsídios para a direção superior e para os mantenedores no processo de planejamento institucional.

15.3 METODOLOGIA

Conforme determina as diretrizes da CONAES, o processo de auto avaliação segue 04 (quatro) etapas distintas e interdependentes: Preparo, Desenvolvimento, Consolidação e Execução. Cada etapa foi subdividida em ações específicas, a saber:

- **Preparação:**
 - 1) CPA;
 - 2) Sensibilização;

3) Projeto.

- **Desenvolvimento:**

- 1) Ação;
- 2) Levantamento;
- 3) Tabulação e Análise;
- 4) Relatórios Parciais.

- **Consolidação:**

- 1) Relatório Final;
- 2) Comunicação;
- 3) Balanço.

- **Execução:**

- 1) Pontos de Melhoria;
- 2) Estratégias de Correção;
- 3) Implantação de Melhorias.

15.4 PREPARAÇÃO

De acordo com o disposto no Art.11 da Lei n.10.861/04, a **Unicesumar** nomeou a comissão da CPA, proporcionando estrutura física e a liberação de todos os documentos institucionais solicitados por esta comissão, facilitando assim a análise e o desenvolvimento dos trabalhos. Todos os encontros da CPA são registrados em atas.

15.5 SENSIBILIZAÇÃO

A CPA em alguns encontros convidou outros profissionais da **Unicesumar** visando colaborar no desenvolvimento da avaliação.

A CPA julga indispensável à participação de outros atores envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem e da administração da **Unicesumar**, por entender que a avaliação deve ser pensada de forma multi e interdisciplinar para que seja imprescindível avaliar o desenvolvimento dos **PPC**, independentemente da fase em que estes se encontram, visto que deve ser considerada como uma necessidade intrínseca dos projetos educacionais.

Isso se justifica pelo exercício avaliativo de buscar o aprofundamento de conhecimentos para apreender o contexto da realidade institucional, identificando suas lacunas, necessidades, potencialidades, além de permitir a correção de rumos e a segurança do caminhar na direção da consecução dos objetivos traçados de um ensino de qualidade.

No cotidiano do trabalho acadêmico, subsidiado pelo trabalho avaliativo, é possível identificar os desafios e encaminhar soluções alternativas de problemas de diferentes naturezas.

No contexto histórico, a avaliação, reconhecida como um instrumento estratégico pode oferecer às lideranças acadêmico/administrativa, parcerias capazes de gerar elementos confiáveis para a tomada de decisão e possibilitar a implantação de uma cultura organizacional que valorize a utilização da informação para o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

15.6 PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Depois de realizada a consulta e discussão com os atores envolvidos na instituição, a CPA elabora instrumentos de avaliação que consistem em questionários desenvolvidos para pesquisar os seguintes segmentos:

- Avaliação de Docência.
- Avaliação do aluno em relação ao curso.
- Avaliação do professor em relação ao curso.
- Avaliação do coordenador em relação ao curso.
- Avaliação do aluno em relação à infraestrutura.

- Auto avaliação docente.
- Auto avaliação discente.

Dentro de cada segmento estabelecem alguns aspectos considerados mais importantes a serem abordados, conforme segue na tabela.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO ELABORADO PELA CPA.

Segmentos	Aspectos	
Avaliação Docente	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ensino • AVA/MOODLE • Provas • Didática, clareza e domínio 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento • Planejamento e Organização das aulas • Em geral, considere o professor
Avaliação do aluno em relação ao curso	<ul style="list-style-type: none"> • Programa do curso e avaliação de aprendizagem • O curso em relação ao mercado de trabalho • Coordenadoria do curso 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura do curso • Itens Globais • Auto avaliação
Avaliação do professor em relação ao curso	<ul style="list-style-type: none"> • Programa do curso e avaliação de aprendizagem • O curso em relação ao mercado de trabalho • Coordenadoria do curso 	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo discente • Infraestrutura do curso • Itens globais
Avaliação do coordenador em relação ao curso	<ul style="list-style-type: none"> • Programa do curso e avaliação de aprendizagem • O curso em relação ao mercado de trabalho • Corpo docente 	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo discente • Infraestrutura do curso e da IES • Itens globais
Avaliação do aluno em relação à infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação à qualidade do atendimento • Em relação à infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação à qualidade dos produtos e serviços

FONTE: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO 2015.

Estes instrumentos de avaliação são disponibilizados online no portal da IES para acesso da comunidade acadêmica e a pesquisa é realizada conforme período previsto em calendário.

15.7 ANÁLISE DOS DADOS

Visando caracterizar a qualidade dos itens avaliados, a CPA criou uma escala de satisfação que varia a nota de 1 (um) a 5 (cinco), de forma que os usuários (discentes, docentes e coordenadores) podem responder o seu nível de satisfação e, posteriormente, possam calcular as média de satisfação conforme cada aspecto e segmento avaliado. Para melhor entendimento e interpretação na elaboração do relatório, estabeleceu-se a linguagem descrita abaixo para facilitação da compreensão de análise:

- **Muito Bom** (alcance da média igual a 5)
- **Bom** (médias entre 4,0 e 4,9)
- **Regular** (médias entre 3,0 e 3,9)
- **Fraco** (médias entre 2,0 e 2,9)
- **Muito Fraco** (médias entre 1,0 e 1,9)

Para a análise de qualidade, a CPA utilizou essa linguagem como base para fazer recomendações de elaboração de planos de ação de melhoria nos aspectos e segmentos que apresentaram médias de satisfação inferiores a 4,0 (Bom). Para as médias que alcançaram uma satisfação boa a CPA atribuiu recomendações de incentivo da manutenção da qualidade e alcance da nota máxima de satisfação.

15.8 DESENVOLVIMENTO

Definidas a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento busca-se assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos. Esta etapa consistiu na concretização das atividades planejadas na etapa de preparação. Dessa forma, são desenvolvidas as seguintes atividades:

- sensibilização da comunidade acadêmica através do endomarketing online e informativo impresso;
- planejamento estratégico, operacional e tático de meios que possam avaliar as unidades da instituição visando a excelência do ensino, pesquisa e extensão;
- implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;
- tabulação e análise dos dados da avaliação;
- preparação de relatórios parciais;
- discussão e análise dos resultados;
- planejamento de ações para solucionar os possíveis problemas identificados;
- acompanhamento e avaliação das ações para aprimoramento do processo;
- divulgação interna e externa à IES dos resultados da auto avaliação.

No início dos trabalhos a CPA realiza a leitura de toda a legislação vigente, bem como dos relatórios enviados anteriormente ao MEC.

Passando essa fase de interação e apropriação da legislação, inicia-se o planejamento das atividades a serem executadas e a revisão dos instrumentos de avaliação.

Após discussão e os instrumentos aprovados, a CPA passa para a Sensibilização que busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da avaliação. São realizadas palestras, encontros por áreas e por cursos, entre outros. Julgamos que toda sensibilização para ser bem sucedida deve ser precedida de ampla divulgação do relatório entre a comunidade acadêmica. Para tanto, a CPA tem área específica na página da internet da **Unicesumar** que é usada para a sensibilização e resultados finais. Ainda, a CPA faz uso de banners, cartazes, convites através do ambiente virtual aluno-online e trabalho de ampla divulgação, realizada pelas Diretorias de Áreas visando à participação de um percentual expressivo da comunidade acadêmica no processo de auto avaliação.

15.9 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Depois de realizada a pesquisa, procede-se a tabulação e o tratamento dos dados. Dos resultados obtidos, são explorados a construção de gráficos gerais da instituição (Total) e comparativos por centro de ensino (Saúde, Humanas e Exatas). O delineamento da análise e interpretação dos resultados são estabelecidos de maneira a atender a missão e a visão da IES sempre objetivando a busca da melhoria da qualidade de ensino e serviços prestados. Os dados coletados foram processados com estatísticas simples como frequências e médias, acompanhadas de síntese descritiva, de cunho qualitativo. Nos instrumentos com questões abertas, foram efetuadas análises de conteúdo, cuja finalidade foi obter uma descrição objetiva, sistemática, quantitativa e qualitativa do conteúdo das informações.

15.10 RELATÓRIOS PARCIAIS

No decorrer do processo de auto avaliação, foram elaborados relatórios parciais para monitoramento do processo de avaliação pela CPA com informações sistemáticas de porcentagem do grau de adesão parcial ao processo. O relatório parcial desse processo foi composto de gráficos da análise dos dados para a interpretação das informações. Os destinatários desses relatórios foram os

membros da CPA, diretores e coordenadores para tomada de plano de ação para incentivo à participação da avaliação.

15.11 CONSOLIDAÇÃO - RELATÓRIO FINAL

Modelos e metodologias dependem das concepções de homem e de sociedade que adota cada Instituição de ensino. Mas, a todas cabe responder três questões fundamentais de forma dialética:

- O que queremos alcançar?
- A que distância estamos daquilo que queremos alcançar?
- O que faremos concretamente, dentro de um determinado prazo, para diminuir esta distância?

Sob esse contexto, a auto avaliação é capaz de realizar uma retrospectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais e assim realizar uma avaliação que proporcione a melhoria e o fortalecimento institucional.

Na conclusão desse diagnóstico, se construiu a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores e variáveis específicas levando-se em consideração as dimensões que são o foco da avaliação, que se encontram explicitados no Art.3º da Lei n.10.861, tendo como parâmetros as diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade os princípios e indicadores estabelecidos pela CONAES.

15.12 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A divulgação deve oportunizar a socialização dos resultados com a utilização de diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A avaliação institucional precisa ser um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Essa interação deve produzir um dos insumos mais preciosos do processo avaliativo capaz de fertilizar, através da autoconsciência

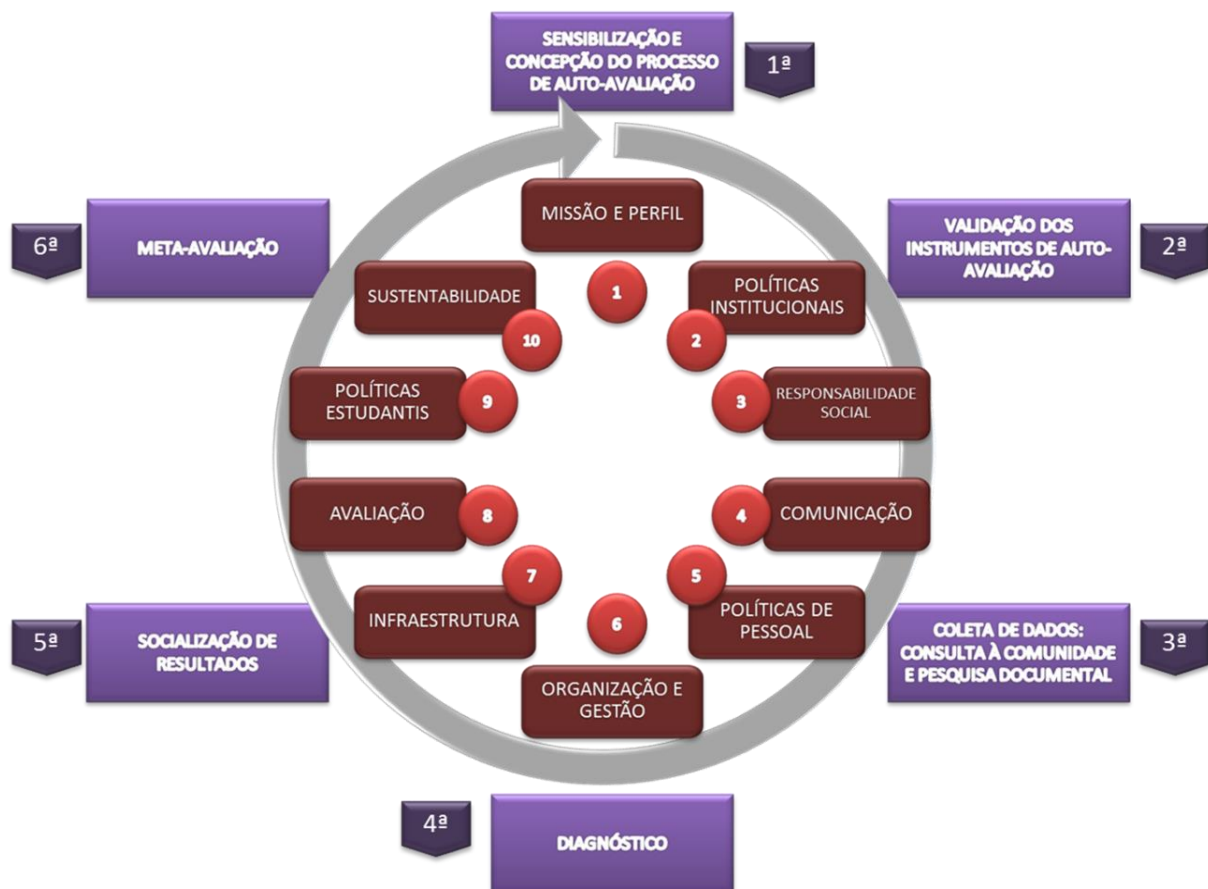
valorativa, a capacidade da instituição de planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social.

Nesse contexto, para a divulgação dos resultados da auto avaliação institucional são confeccionados banners e cartazes para serem colocados nas secretarias e coordenações, no ambiente de multiatendimento aos alunos e também nas salas de aula. A IES utiliza-se do informativo Endomarketing (online), informativo CAMPUS (impresso) e a página no facebook para a divulgação de informações como “o que é CPA”, o índice de participação e os resultados gerais da avaliação.

O processo de auto avaliação proporciona o autoconhecimento, que em si já representa grande valor para a IES e se caracteriza como um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES.

Como finalização de cada fase da avaliação, a reflexão sobre o processo é necessária, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo, permitirá planejar ações futuras.

15.13 FLUXO DO PROCESSO AVALIATIVO



FONTE: PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. **Unicesumar.**

16. ATENDIMENTO AOS DISCENTES

16.1 PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

O **Unicesumar** proporciona variadas formas de auxílio para possibilitar o ingresso do acadêmico no ensino superior:

- I. **PROUNI – Programa Universidade para Todos** - é uma política pública que favorece a inclusão social e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos (integrais e parciais) nas instituições de ensino privadas para estudantes de baixa renda, variando com a disponibilidade de vagas no curso e concorrência a bolsa de estudos. Suas inscrições ocorrem 2 (duas) vezes ao ano.
- II. **PROMUBE - Programa Municipal de Bolsas de Estudos** - é uma política pública do município de Maringá, que abrange tanto bolsas parciais como integrais em instituições privadas de ensino para estudantes de baixa renda residentes em Maringá. Sua inscrição ocorre somente 1 (uma) vez ao ano, ficando a critério da instituição de ensino definir as datas conforme liberação da Prefeitura Municipal de Maringá.
- III. **PROEP – Programa para Estudantes do Ensino Médio em Escola Pública** – é um programa de bolsa de estudos, com 15% de desconto sobre a anuidade do curso, para estudantes interessados nos cursos de Pedagogia, Letras (Português/Inglês e Português/Espanhol), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Contábeis, Teologia, Fonoaudiologia e Artes Visuais.
- IV. **Bolsa Experiência** - O Programa oferece 25% de desconto na mensalidade do curso de graduação para acadêmicos com 55 anos ou mais.
- V. **Bolsa Família** - O Programa oferece 10% de desconto na mensalidade dos cursos de graduação, pós-graduação, ensino fundamental e médio para irmãos, pais, filhos ou cônjuges de estudantes que ingressem na instituição.
- VI. **Programa de Inclusão Social Para Atenção à Criança** - Por meio deste programa é concedido aos professores da rede pública de ensinos municipal e estadual e aos professores de escolas de educação infantil filiadas ao Sinfantil/NOPR (Sindicato das

Escolas Particulares de Educação Infantil do Noroeste do Paraná), 20% de bolsa no curso de Fonoaudiologia.

- VII. **FIES - Programa de Financiamento Estudantil** - é uma política pública do Governo Federal, destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no referido programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.
- VIII. **Programa de Bolsa de Estudo de Incentivo ao Desenvolvimento Profissional do Turismo Regional** - O Unicesumar em parceria com o Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, estabeleceram regras definindo condições de concessão e de manutenção da modalidade de bolsa de estudo e benefícios oferecidos no Processo Seletivo, especificamente para os estudantes ingressantes no primeiro ano do Curso de Turismo.
- IX. **Programa de Bolsa de Estudos para Formação de Professores de Pedagogia e Letras** - O Unicesumar definiu critérios que regem as condições de concessão e de manutenção das modalidades de bolsas de estudo e benefícios oferecidos no processo seletivo, especificamente para os estudantes ingressantes no primeiro ano dos cursos de Pedagogia - Noturno e Letras (Português/ Inglês) - Noturno.

O **Unicesumar** conta, também, com um eficiente programa de nivelamento ofertado, opcionalmente, a todos os estudantes que desejarem, de forma gratuita, participarem destes cursos, os quais têm duração de 40h e são ofertados aos estudantes ingressantes de cada curso. Os cursos são: Matemática, Química, Língua Portuguesa e Biologia.

Este programa se constitui em uma iniciativa de grande relevância na medida em que o **Unicesumar** recebe estudantes oriundos de diversas instituições de ensino com diferentes níveis de formação onde, não raro, as deficiências se revelam muito expressivas, necessitando desta complementação ao chegarem ao nível superior.

A instituição conta ainda com um eficiente setor de acolhimento e ouvidoria que, centrado no atendimento e orientação dos acadêmicos regularmente matriculados na IES, buscam fazer um trabalho preventivo a não adequação às exigências legais e às aspiração estudantis, que abrangem a visualização dos aspectos que levam os acadêmicos ao trancamento de matrícula, cancelamento e evasão.

Para além da entidade da organização estudantil, os estudantes tem assento em todos os órgãos colegiados da instituição, onde são incentivados a participarem e dão valiosa contribuição ao fazer acadêmico.

16.2 EGRESSOS

O **Unicesumar** conta com uma política para estabelecer um vínculo constante com os seus egressos, por meio do “Projeto Egressos” e que incentiva a formação continuada, ofertando descontos nos cursos de pós-graduação da instituição. Além disso, busca ampliar a integração no mercado de trabalho dos seus egressos ao mesmo tempo em que procura adequar as informações para a formação ofertada na instituição com as necessidades dos diversos segmentos no mercado de trabalho.

17. INFRAESTRUTURA FÍSICA

O **Unicesumar** dispõe de uma infraestrutura moderna, assentada em 100.000 mil m² de área construída, que abriga 300 salas de aula, 01 sala para cada coordenador de curso, 05 salas de professores, 05 anfiteatros, com 100 laboratórios, com equipamentos de última geração, 06 Clínicas: Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia e Estética; 01 Hospital Veterinário; 01 Fazenda Escola, localizada a 10 (dez) km do centro de Maringá, com 146 alqueires onde se desenvolvem pesquisas em agronomia e projetos de biotecnologia e reprodução animal; 03 ginásios de esporte, 02 quadras de tênis, 01 campo de futebol suíço e pista de atletismo; 01 Restaurante; 03 Cantinas; um Centro de Hospitalidade (hotel/restaurante).

A instituição conta, também, com um Núcleo Integrado de Saúde, em parceria com o município de Maringá (NIS Aclimação) que realiza centenas de atendimentos por dia, o que reforça a responsabilidade social do **Unicesumar**. Além disso, a IES conta com agência bancária e dois postos de atendimento bancários, uma farmácia escola (CESUFARMA), um núcleo de práticas jurídicas, uma rádio universitária (RUC, FM 94,3), um salão de estética, uma agência de turismo (CESUTOUR), uma livraria (CAMPUS) e estacionamento interno, pavimentado, para cerca de 3.000 veículos.

O **Unicesumar** possui rede lógica com 45 servidores e 1.063 estações de trabalho, distribuídos nos ambientes da instituição e acesso a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) com a rede Wireless em todas as salas de aula e demais ambientes do campus.

Os diversos ambientes da instituição estão preparados para receber pessoas com deficiência, em consonância com a legislação específica vigente (Decreto 5296/04 e 5773/06).

18. BIBLIOTECA

A Biblioteca do **Unicesumar**, órgão da Administração Geral é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão do Centro Universitário, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- atendimento à comunidade do **Unicesumar** e à comunidade em geral.

A Biblioteca tem como atribuições:

- adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural do **Unicesumar**;
- normalizar os serviços bibliográficos e de informação no Centro Universitário;
- executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

18.1 ESPAÇO FÍSICO

A Biblioteca Central está instalada em um prédio de 6 andares e ocupa 2 pavimentos deste, sendo 1 climatizado e o outro com projeto de climatização em andamento, ocupa uma área construída de 4.000 m² com capacidade para armazenar até 250.000 volumes. Todo o acervo da Biblioteca Central está protegido por um sistema eletrônico de segurança, com circuito fechado de TV. Seu controle é feito por meio de monitoramento e gravação de imagens, 24 horas por dia. Possui também Sistema Antifurto da 3M e da MultiSystem para o controle de saída de materiais. O prédio possui um sistema de prevenção contra incêndio, que contém:

- sistema de prevenção portátil: 32 extintores distribuídos em todos os setores.
- detectores de fumaça.

Oferece condições de utilização por portadores de necessidades especiais, através da construção de rampa de acesso e elevador.

No quadro a abaixo é demonstrada a área dos vários setores da Biblioteca, garantindo aos usuários amplo espaço além de conforto e facilidades no acesso à cultura e à informação.

Instalações físicas da Biblioteca

Local	Área Total m ²
Acervo de Livros	926
Acervo de Referência	69
Acervo do Colégio Objetivo	62
Acervo de Periódicos	65
Salas de Estudos em Grupo	96
Leitura Coletiva	1.454
Leitura Individual	44
Ilhas de Consulta	43
Ilhas de Internet	47
Ilhas de Multimídia	43
Sala de aula	53
Processamento Técnico	71
Reprografia	48
Salas de Vídeo	65
Videoteca	24
Sanitários	44
Guarda-Volumes	52
Administração	36

Recepção/Devolução/Atendimento	152
Copa/Serviço/	32
Mapoteca	50
Sala de Chá	50
Balcão de Apoio	26
Sofás para Leitura Informal	282
Área Total	3.834

Fonte: Biblioteca **Unicesumar** – agosto/2015

18.2 ACERVO DA BIBLIOTECA CENTRAL

O acervo da Biblioteca Central é constituído de:

- a) Livros.
- b) Periódicos (revistas, jornais, boletins).
- c) Livros de referência (enciclopédias, dicionários, Atlas, mapas, biografias, dados estatísticos, anuários, almanaques).
- d) Coleção especial (produção bibliográfica da Instituição, teses, dissertações, monografias, TCC, obras raras, fotografias).
- e) Fitas de vídeo, Cd ROM.
- f) Banco e bases de dados.

A Biblioteca está com todo o seu acervo informatizado (livros, folhetos, teses, trabalhos, fitas de vídeo, controle da coleção de periódicos e indexação de artigos de alguns periódicos). O sistema funciona em rede, proporcionando a consulta e a alimentação das bases de dados simultaneamente.

Além disso, a Biblioteca faz parte da rede COMUT, BIREME e possui convênio de cooperação técnica firmada com a UEM, como forma de integração com outras instituições objetivando o intercâmbio técnico e científico.

A Biblioteca adquiriu no segundo semestre de 2006 o direito do uso de 2 (duas) Bases de Dados da EBSCO, com acesso restrito a comunidade acadêmica da Instituição.

As bases são uma na área de Direito e a outra Multidisciplinar que atende a todas as áreas de ensino da Instituição.

As bases são:

EBSCO - Legal Collection - Esta base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre assuntos atuais, estudos, pensamentos e tendências do mundo legal.

EBSCO - Academic Search Elite - Base de dados de publicações em texto completo "peer-reviewed". Área: Ciências Sociais, Humanas, Educação, Informática, Engenharia, Línguas, Artes & Literatura, Ciências Médicas e Estudos Étnicos.

A Biblioteca também passou a ter direito ao acesso de duas bases de dados do Portal CAPES.

Essas são as bases de dados disponibilizadas para a Biblioteca do **Unicesumar**:

Science Direct: onde estão disponíveis publicações da Elsevier e de outras editoras científicas, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes. Possui aproximadamente 2.500 periódicos.

Scopus: é a maior base de dados de resumos e citações de literatura científica revisada por pares e de fontes web de qualidade, que integra ferramentas inteligentes para acompanhar, analisar e visualizar os resultados da pesquisa.

Está em fase final de implantação a Biblioteca Virtual, elaborada pela editora Pearson. Esse modelo de acervo possibilita que estudantes e professores tenham acesso a cerca de 900 obras já disponíveis.

A biblioteca possui um acervo **359.000 exemplares**, distribuídos em todas as áreas do conhecimento.

18.3 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A política de aquisição do acervo é centralizada e dá-se através das sugestões dos professores encaminhadas à Biblioteca em formulário próprio e assinado pelo Coordenador do Curso. Essa política tem em vista o maior envolvimento dos professores na seleção do acervo, bem como o comprometimento maior das unidades organizacionais no gerenciamento dos recursos disponíveis.

Também são consideradas as sugestões dos usuários alunos e dos Bibliotecários, principalmente, os de atendimento ao público.

A expansão também se dá para atender a criação dos novos cursos a uma taxa de 13% ao ano (38 novos cursos no quinquênio **2016-2020**) a medida que estes forem sendo integralizados, dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância e a previsão de uma taxa de crescimento médio das matrículas da ordem de 5% ao ano, conforme a seguir:

2016	2017	2018	2019	2020
437.484	524.980	629.976	755.971	907.165

Projeção de crescimento do acervo da Biblioteca **Unicesumar, 2015.**

O fato de as aquisições da Biblioteca se nortear pelas indicações dos professores garante a correlação pedagógica entre o acervo e os cursos/programas da Instituição. Todas as solicitações de compras são atendidas.

Para duplicação da quantidade de exemplares, também são consideradas estatísticas de reservas do mês.

A política de atualização do acervo passa por um programa de aquisição permanente, através de compras, doações e permutas. O intercâmbio é intensivo com Periódicos nacionais e estrangeiros, através da troca com títulos editados pela Instituição. O controle e acompanhamento do acervo é efetuado pelo Reitor e pela Comissão para Gestão do Acervo da Biblioteca Central, com o objetivo de ordenar o crescimento racional, assegurando consistência e equilíbrio no desenvolvimento dos recursos informativos; compor uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, da forma que melhor atenda aos interesses da comunidade universitária do **Unicesumar**.

Todo acervo adquirido é registrado, catalogado e classificado na Biblioteca Central e encaminhado aos Departamentos quando solicitado. A aquisição de Periódicos está condicionada ao parecer dos Coordenadores de Cursos, com base nas estatísticas anuais de uso fornecidas pela Biblioteca.

Eventualmente a Biblioteca adquire Coleções Especiais que pertenceram a pessoas com destacada atuação profissional ou acadêmica. Essas coleções, além de conter obras raras, trazem a

marca de seus organizadores, entre eles pessoas da maior expressão nos campos jurídico, político, da sociologia e da literatura.

Para atendimento aos professores/pesquisadores, mestrandos e alunos engajados nos projetos de pesquisa, a Universidade investe em programas de cooperação bibliográfica e aquisição de bases de dados.

18.4 POLÍTICA DE INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca faz parte da Rede Pergamum desde 2006, quando adquiriu a seção de uso do Software PERGAMUM, um sistema de Gerenciamento de Bibliotecas utilizado nas principais Universidades brasileiras. Engloba os módulos de consulta, catalogação, circulação, seriados, aquisição, administração e controle de débitos. A utilização do formato de catalogação USMARC e as normas de catalogação do AACCR2 permitem o intercâmbio de dados com qualquer instituição do mundo que utilize os mesmos padrões.

O Sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica e programação em Delphi.

Contempla as principais funções da biblioteca:

- **Processo de aquisição** de qualquer tipo de material, utilizando a pré-catalogação para controle de assinatura e renovação de periódicos via Kardex.
- **Catalogação** - utilizando formato USMARC, que permite o intercâmbio.
- **Consulta ao Catálogo** – permite a pesquisa por autor, título, assunto e termo livre com a utilização de operadores booleanos.
- **Circulação** – permite cadastro de usuários, controle de visitantes, empréstimo, reservas, renovação, consulta histórico de empréstimos ou multas e devolução.
- **Relatórios** - levantamento do acervo por área de conhecimento, por bibliotecas e por disciplina. Relatórios por atividade, por grupo de atividades e por executante:
- **Internet** - Consulta ao acervo *on-line*
- **Renovação**
- **Reserva**

Acompanhamento do processo de aquisição pelo usuário solicitante.

Envio automático de mensagens para lembrar a data de devolução do material emprestado, informar liberação de reservas e novas aquisições na área de interesse pré-selecionada (DSI - Disseminação Seletiva da Informação).

Informação dos materiais a serem devolvidos.

- **Inventário do acervo** - utilizando coletores de dados.
- **Portal da CAPES.**

Com a aquisição do Software, a Biblioteca participa da Rede Compartilhada Pergamum, formada por todos os clientes do sistema. A participação permite o intercâmbio de dados de catalogação (importação e exportação de registros), agilizando, assim, o processo de catalogação e empréstimo entre Bibliotecas.

Na eventualidade de ocorrer queda do Sistema por falta de energia, os usuários são atendidos utilizando-se operações manuais.

- **Redes de informação acessada**
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT
- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas – CCN
- Rede de Bibliotecas na área de Engenharia – REBAE
- Rede de Bibliotecas na área de Psicologia – REBAP
- Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior – RICESU
- Rede Interamericana de Conectividade de Bibliotecas Universitárias – RICBLU
- Rede Nacional de Bibliotecas – PERGAMUM

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem vários caminhos para a construção do PDI que, por se constituir num processo, estará em contínua construção, avaliação e reelaboração.

Nas discussões para a construção do PDI entendeu-se que ele não deve existir apenas para o atendimento de exigências de organismos burocráticos.

Não temos dúvidas de que elaborar e construir um PDI próprio, implementar e aperfeiçoá-lo constantemente num processo coletivo, é um grande desafio, principalmente, em razão das expectativas geradas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos seus resultados.

Portanto, não se trata apenas de mais um documento, mas de um processo de ação-reflexão-ação que exigirá de toda a comunidade acadêmica, empenho para a construção do trabalho, que deve ser vivenciado como parte dinâmica da prática dos educadores.

Visando a transformação em Universidade, destacamos algumas ações:

19.1 ATUALIZAÇÃO DA NORMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL

As mudanças do contexto socioeconômico-político-cultural em que se insere o **Unicesumar**, ao exigirem destas mudanças na oferta de cursos e em suas modalidades, colocam também exigências de natureza jurídica, que ajustem o corpo normativo institucional às novas atividades e à sua dinâmica própria.

Em atendimento a essas exigências, desenvolver-se-á trabalho de análise e revisão dos instrumentos normativos internos, visando proceder às atualizações que se fizerem necessário.

19.2 CRONOGRAMA GERAL DE IMPLANTAÇÃO

As ações previstas no presente **PDI-2016-2020** deverão ser implantadas até o final da vigência do PDI institucional, previsto para o ano de 2020. Não obstante, cada ação estratégica possui seu cronograma próprio, que deverá ser cumprido o mais estritamente possível.

19.3 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS

Conforme previsão legal, a CPA encarregar-se-á da avaliação do atingimento dos objetivos e da consecução das ações aqui planejadas, no período de vigência acima indicado. Os resultados deverão ser consignados no Relatório de Avaliação previsto para o período 2016-2020.

A DIREÇÃO

Maringá, PR, 2015



ANEXO I – Balanço Patrimonial

ANEXO II - Relatório de Acompanhamento – PDI 2011-2015